

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO**

ALEXANDRE FLORENCIANO ALONSO

**MANTENDO A ORDEM. CORRESPONDÊNCIAS E OFÍCIOS SOBRE A
GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870): indisciplinas, coerção e cotidiano durante
a guerra.**

NITERÓI

2013

ALEXANDRE FLORENCIANO ALONSO

**MANTENDO A ORDEM. CORRESPONDÊNCIAS E OFÍCIOS SOBRE A
GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870): indisciplinas, coerção e cotidiano durante
a guerra.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof^o Dr^o Jorge Prata de Sousa

NITERÓI

2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

A454m Alonso, Alexandre Florenciano.

Mantendo a ordem. Correspondências e ofícios
sobre a Guerra do Paraguai (1865-1870) :
indisciplinas, coerção e cotidiano durante a guerra. /
Alexandre Florenciano Alonso.- Niterói, 2013.

137 p.

Bibliografia: p. 113-118.

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de
Mestre em História Social - Universidade Salgado de
Oliveira, 2013.

Orientador: Dsc. Jorge Luiz Prata de Sousa.

1. Paraguai, Guerra do, 1865-1870 -
Correspondência. 2. Brasil - História militar. 3.
Brasil- Exército - Historia. 4. Brasil - História -
Império, 1822-1889. I. Título.

CDD 989.205

Bibliotecária: Ana Marta Toledo Piza Viana-CRB7/2224

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALEXANDRE FLORENCIANO ALONSO

**MANTENDO A ORDEM. CORRESPONDÊNCIAS E OFÍCIOS SOBRE A
GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870): indisciplinas, coerção e cotidiano durante
a guerra.**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 26/02/2013 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Profº Drº Jorge Prata de Sousa (orientador) - UNIVERSO

Profº Drº Jonis Freire – UNIVERSO

Profº Drº Carlos Engemann - UNIVERSO

Dedico este trabalho a minha família, especialmente, a minha filha Beatriz que muitas vezes me solicitou atenção e companhia, mas, devido concentração e dedicação à pesquisa, deixei, algumas vezes, de atendê-la. Te amo filha!

AGRADECIMENTO

Agradeço as pessoas que estiveram presentes no período da minha pesquisa como os professores doutores do mestrado da UNIVERSO, aos funcionários no atendimento do Arquivo Nacional, do Arquivo do Exército, do Arquivo da Cidade, da Biblioteca Nacional e do IHGB, e ao meu orientador Profº Drº Jorge Prata pela sua dedicação e paciência.

“O Brasil se improvisou guerreiro em poucos meses. O rude operário com uma constância surpreendente se fazia soldado no dia do juramento, e veterano no primeiro combate. O governo chegou a assustar-se dessa afluência de bravos que ao reclamo de honra corriam pressurosos a vingar a pátria; e estagnou-lhe o curso, embora depois se arrependesse.”

José de Alencar

RESUMO

Nesta presente dissertação, foram pesquisadas as diversas insubordinações de soldados, suboficiais e oficiais das forças do exército do Império do Brasil na campanha contra o Paraguai. O objetivo foi mostrar que os atos indisciplinados foram motivados pelo ambiente da guerra e pela estrutura das forças militares entre os anos de 1865 a 1870. O desânimo, a falta de provisões, as punições, a violência institucional, o quadro epidemiológico estão como os fatores motivadores das indisciplinas. Apesar do sistema coercitivo, no exército, com castigos e prisões, não evitou a resistência de sujeitos do exército contra a própria instituição e a ordem imperial até o final da guerra. Foram utilizadas fontes manuscritas do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, IHGB, Arquivo do Exército e fontes impressas como as Ordens do dia no período de 1865 e 1866, além da pesquisa bibliográfica que enfoca o momento histórico. Deserções, prisões, punições e a inspeção de saúde foram os conteúdos das fontes analisadas, cronologicamente ordenadas, dando um sentido de permanência das práticas indisciplinadas ao longo da guerra.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. Indisciplinas. Coerção. Cotidiano.

ABSTRACT

In this present work, we investigated the various insubordinations of soldiers, noncommissioned officers and officers of the army forces of the Empire of Brazil in the campaign against Paraguay. The aim was to show that the acts of indiscipline were motivated by environment of war and by the structure of the military between the years 1865-1870. The discouragement, lack of provisions, punishments, institutional violence, and the epidemiological factors are as encourager of indiscipline. Despite the coercive system, the army, with punishments and prisons, did not prevent the subject's resistance army against the institution of army and the imperial order until the end of the war. Manuscript sources were used from the National Archives, National Library, IHGB, Archive Army and printed sources such as Agendas in the period between 1865 and 1866, in addition to the literature that focuses on the historical moment. Defections, arrests, punishments and health inspection were the content of the sources analyzed, ordered chronologically, giving a sense of permanence indiscipline practices throughout the war.

Keywords: War of Paraguay. Indiscipline. Coercion. Everyday.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1-Relatório sobre movimentação de guardas nacionais e voluntários da cidade de Niterói.....	41
TABELA 2-Mapa de crimes cometidos por militares entre 1865 a 1869.....	44
TABELA 3-Relação de deserções dos meses de abril, maio e junho de 1869.....	49
TABELA 4-Mapa demonstrativo da inspeção de saúde entre 1865 a 1866.....	90
TABELA 5-Mapa das principais ocorrências da inspeção de saúde no período de março/1865 a dezembro/1865.....	96
TABELA 6-Mapa das principais ocorrências da inspeção de saúde no período de novembro/1865 a março/1866.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGC – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AHEX – Arquivo Histórico do Exército

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 – Uma breve revisão bibliográfica.....	16
Capítulo 2 – Deserções e indisciplinas nos acampamentos militares.....	36
2.1 – Deserções e suas motivações.....	36
2.2 – Ordem unida: prisões e castigos.....	52
2.3 – O núcleo familiar. A formação de famílias com a presença de mulheres e filhos nas tropas.....	70
Capítulo 3 – As condições de saúde e a realidade do cotidiano nos acampamentos da guerra contra o Paraguai.....	83
3.1 – Licenças médicas concedidas: período de 1865 e 1866.....	97
Conclusão.....	102
Fontes.....	108
Referências bibliográficas.....	113
Anexos.....	119

INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, um grupo de escritores e intelectuais começou a preocupar-se com a história da sociedade que não se limitava a guerras e a política.¹ E foi com o movimento dos *Annales* que opôs às abordagens tradicionais de fazer história.

Através do movimento e da revista dos *Annales*, criada em 1929 pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre na França, com proposta de uma história-problema com a inclusão de métodos das outras ciências humanas, a história social, ao contrário da história factualista centrada nos feitos de grandes homens da história, em batalhas e estratégias diplomáticas, viabilizou novas pesquisas direcionadas para o coletivo e para os movimentos humanos na sociedade. Nas décadas de 1960 e 1970, a história social esteve fortemente marcada pelo crescente método quantitativo das fontes históricas, através de análises de documentos como testamentos, inventários, certidões e outros documentos.² Novos estudos da sociedade e de movimentos humanos surgiram com essa metodologia, mas, um melhor enfoque para a pesquisa de representações coletivas está nas fontes qualitativas e bem específicas para o tema a ser proposto.

José Honório Rodrigues escreveu: “nenhum fato ou ato histórico existe isolado; eles aparecem sempre no conjunto do processo histórico”.³ O coletivo humano para este tema apresentado surgiu de um processo histórico ocasionado pela convocação da nação de seus jovens para a guerra contra outra nação que ambicionava seu *status quo* no cenário do cone sul do continente americano.

A história da Guerra do Paraguai é instigante devido à união de vários segmentos da sociedade imperial com a finalidade de derrotar o inimigo paraguaio que invadiu as províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Instigante, também, pela consolidação da nação brasileira com uma considerável participação popular, tanto nas ruas como nos meios de comunicação da época, para a convocação de corpos

¹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 17.

² CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1997, p. 45-47.

³ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 31.

voluntários com destino à guerra. E a importância que o exército teve neste período histórico decisivo na política externa brasileira foi de grande relevância tanto para a manutenção do regime monárquico quanto para a ascensão do movimento republicano na caserna. Mais instigante ainda, é compreender como se comportaram as tropas brasileiras, organizadas às pressas para defender a nação brasileira, ora agredida, sem conhecer, ao menos, quem era o povo e a nação que esses voluntários iriam combater. Alguns nem sequer sabiam onde ficava a República do Paraguai e nem imaginavam que tipo de inimigo iriam enfrentar.

Muitos foram os inimigos que os batalhões do Império do Brasil estiveram frente a frente como quadro epidemiológico grave, falta de uma alimentação apropriada para as tropas, conflitos internos, acampamentos em péssimas condições sanitárias e até a falta que o soldado sentia da família e de uma mulher que lhe fizesse companhia, além do próprio soldado paraguaio. Tudo isso causava insegurança nas longas marchas de soldados e oficiais ao longo da guerra.

A Guerra do Paraguai compreendeu o período entre dezembro de 1864 e março de 1870, mas o período delimitado nesta pesquisa corresponde aos anos de 1865 a 1870 que constam nas fontes analisadas para este tema. Com referência ao título, foi mantido a Guerra do Paraguai, usual na maioria dos trabalhos acadêmicos e no próprio currículo da disciplina de História do Brasil, porém será usada a expressão guerra contra o Paraguai no texto, evitando dessa forma uma interpretação equivocada que a guerra foi somente do Paraguai, apesar da agressão inicial partir do lado da República do Paraguai, comandada pelo ditador Solano Lopez. A guerra foi travada com ferocidade e interesses de ambos os lados, tanto do lado paraguaio como dos aliados da Tríplice Aliança.

Cabe ressaltar que o recorte espacial deste tema está inserido, em sua maior parte do texto e pelas fontes, no território paraguaio, mas há também algumas análises de fontes originadas em território brasileiro, argentino e uruguaio. As principais fontes estão relacionadas às manuscritas coletadas nos arquivos como correspondências particulares, ofícios e diários. Essas fontes foram transcritas nesta pesquisa da ortografia do século XIX para atual, proporcionando uma melhor compreensão do texto.

O objetivo para o tema pesquisado foi entender o cotidiano das tropas do exército brasileiro que foram reunidas para uma guerra tão distante e duradoura. Também compreender o porquê dos muitos conflitos gerados que foram observados ao

longo do período da guerra como a variedade de indisciplinas e como elas foram motivadas nos batalhões brasileiros. Essas insubordinações foram punidas e através da coerção, o comando do exército imperial procurou manter certa ordem nas tropas. Mas diversos fatores de insegurança que os combatentes enfrentaram, ainda na arregimentação em território brasileiro, motivaram procedimentos ligados à sobrevivência e adaptação às dificuldades nos acampamentos, gerando certo grau de resistência desses soldados mesmo quando a ordem era castigar aquele que faltou com o dever e a ordem. A hipótese central do tema é que as diversas indisciplinas foram motivadas pelas insatisfações com a guerra, com o tratamento dado às tropas, com a insegurança e anseios dos soldados. No decorrer do texto, há hipóteses subsidiárias que se articulam com a hipótese central como as formas indisciplinadas, as deserções, os castigos, as prisões, as famílias e a saúde no acampamento.

As fontes coletadas têm como conteúdo deserções, prisões, punições, insubordinações e a saúde nas tropas que foram postadas de forma qualitativa para cada capítulo e subcapítulo. Outra preocupação com relação às fontes foi discuti-las para cada ano da guerra. Dessa forma, a pesquisa mostra as ocorrências indisciplinadas ao longo de toda a guerra, desde a arregimentação ao seu estágio final do conflito bélico. A postura crítica das fontes tem como função discutir uma realidade social sem parcialidade, não intervindo e nem influenciando, mas formando novos pensares e posições para outros temas.

A presente pesquisa dividiu-se em três capítulos que, através de uma abordagem de comportamentos e relações sociais na guerra em questão, analisaremos diversos grupos da sociedade imperial que também foram personagens importantes da história brasileira e não, somente, a história dos grandes generais, dos comandantes e dos feitos heroicos na guerra contra o Paraguai.

No primeiro capítulo foram levantados alguns trabalhos mais recentes da historiografia, no tocante ao voluntariado e à formação do Exército, e da academia sobre o tema guerra contra o Paraguai. Através de uma breve discussão desses trabalhos, verificamos o que foi tratado sobre a História Social da guerra contra o Paraguai, procurando especificar as partes relevantes à presente pesquisa e à metodologia aplicada pelos seus autores, assim como quais fontes foram utilizadas. Notamos também que não há uma História Total para o tema e ainda há muitas pesquisas a serem feitas para

preencherem lacunas que surgem, pois o tema é amplo e merecedor de novos trabalhos. Na própria coleta de fontes nos arquivos, verifica-se a quantidade de fontes para serem criticadas, tanto na esfera social e econômica, quanto na política da guerra.

O segundo capítulo, onde estão boa parte das fontes manuscritas como ofícios e correspondências de particulares, está dividido em três subcapítulos. No primeiro subcapítulo, são discutidas as motivações das deserções e as muitas indisciplinas nas tropas brasileiras que foram sustentadas até o final da guerra; no segundo subcapítulo, são criticadas as fontes relacionadas às prisões e às formas de coerção para atos de indisciplinas, constando trechos de artigos legais para tal fim; já no terceiro subcapítulo, tem-se a formação do núcleo familiar nos acampamentos brasileiros que também era classificado como forma indisciplinar, mas o comando do exército aceitava ou fazia “vista grossa” para a presença feminina nos acampamentos.

O terceiro e último capítulo da pesquisa mostra a realidade nos acampamentos brasileiros, na guerra contra o Paraguai e, através da inspeção de saúde, analisamos o quadro epidemiológico, constatando que as doenças foram o maior adversário dos batalhões brasileiros na guerra. As inspeções de saúde nas ordens do dia do exército, no comando do general Osório, serviram como base para detalhar esse cotidiano de insegurança nos acampamentos e nas enfermarias de campanha. As baixas do serviço do exército e as licenças para tratamento de saúde são importantes para a compreensão da insatisfação dos soldados e consequentes atos de indisciplinas, motivados pela insegurança da vida na caserna.

Na conclusão, além da fase final de qualquer trabalho acadêmico em que o autor mantém suas observações e análises, há algumas considerações sobre os autores que estão como base historiográfica central para esta pesquisa.

O trabalho levanta questões referentes à realidade dos voluntários e da própria oficialidade do exército, em um momento novo na História do Brasil, onde a resposta para a insatisfação de um cenário de desorganização deu-se através da indisciplina. Mas para manter o exército unido e coeso, durante toda a guerra, foram necessários meios coercitivos como prisões e, até, condenação à morte. A formação do exército, naquele momento e com diferentes indivíduos sociais, foi de extrema dificuldade para a manutenção da ordem. Mesmo assim, as forças imperiais saíram vitoriosas, a muito custo, da guerra contra o Paraguai.

CAPÍTULO 1 – UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Analisaremos alguns trabalhos produzidos no âmbito da academia para situarmos o tema em questão nos últimos anos, verificando como cada autor abordou sua pesquisa e de que forma criticaram suas fontes.

Ricardo Salles, em seu trabalho sobre a guerra contra o Paraguai⁴, analisou a formação de um exército profissional durante o Império do Brasil e suas relações com as camadas populares da sociedade brasileira. Para o autor, o exército, como instituição, teve sua formação profissional vinculada à crise da sociedade imperial escravista brasileira, dando origem a uma geração de oficiais formada durante a guerra. Os esforços de recrutamento nos mais longínquos cantos do Império possibilitaram a convivência de diferentes seguimentos sociais provenientes do sistema escravocrata e demais setores, forjando uma possível inclusão social e uma possível noção de cidadania.

Salles, com base na bibliografia do tema, fez uma análise de como o Exército imperial absorveu ex-escravos na esperança de completar as necessidades que a guerra impunha. Ainda que as fontes quantitativas sobre a participação de libertos sejam débeis, Salles não deixou de se referir ao número de escravos que combateram na guerra contra o Paraguai, reconhecendo a dificuldade de aferir sua contribuição aos batalhões. Segundo o autor, isso se deve às precárias bases estatísticas da época e, por outra, na visão da elite do Império, o desejo de ocultar a dependência de cativos para engrossar os batalhões na defesa da pátria.

A inclusão de novas camadas sociais à formação do Exército e o conceito de cidadania concebido por uma incipiente classe média e absorvido pelas gerações de oficiais ganharam força social e política em um contexto civilizacional, cuja natureza o conceito de “ordem” e de “civilização” acabava por incluir os “incapazes” na esperança de fazê-los cidadãos. O “incapaz” era o cidadão livre, pobre ou médio financeiramente, sem participação e perspectiva de ascender à política e ao poder econômico do Império do Brasil.

⁴ SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990, p. 107 passim.

Segundo o autor, o Império, às vésperas da guerra contra o Paraguai, coincidiu com as transformações econômicas, sociais e políticas marcadas com o desenvolvimento da sociedade escravista nas décadas da segunda metade do século XIX e com a expansão do café no Vale do Paraíba. A consolidação das instituições do Estado Imperial foi aceita pela elite e pelos setores médios da sociedade brasileira, assim como os ditos “incapazes”, maioria da população livre ou escrava, que não possuíam uma base intelectual e nem uma orientação teórica de lideranças na época, capazes de enfrentar a ordem imperial formada pela oligarquia escravista que comandava a nação.

Antes da guerra contra o Paraguai, o contingente das armas do Exército era pequeno e boa parte da força militar estava estruturada na força da Guarda Nacional. O emprego da Guarda Nacional nos conflitos internos do país refletia a estrutura do poder político e militar do Império, baseada nos grandes senhores de escravos e proprietários rurais, a qual mantinha uma relação direta com a estrutura social rígida do sistema escravista no Brasil. A Guarda Nacional era subordinada ao Ministério da Justiça e alistavam os filhos de famílias com idade entre 18 e 50, anos com renda de duzentos mil réis. O Império concedia patentes de milícias que mantinha a ordem e com isso satisfazia a vaidade do poder hierárquico na milícia pela patente superior, confirmando a fidelidade às instituições imperiais. A distribuição de “influências” pelo Império brasileiro mantinha a vigilância, encarnada na figura do grande fazendeiro e a subordinação das populações que viviam sob sua tutela.⁵

Vitor Izecksohn, em sua obra, comenta sobre a estruturação e a profissionalização dos corpos de oficiais do Exército do Império do Brasil, centrado no período de outubro de 1866 a janeiro de 1869 sob o comando do Marques de Caxias. Analisou as diferentes origens dos componentes de oficiais militares, focando os embates de dois grupos - que o autor chama de Núcleo Profissional do Exército - oriundos da Escola Militar com instrução acadêmica e de formação técnica, contra a antiga ordem da oficialidade, formada por uma elite imperial não pertencente à Escola Militar, mas pertencentes aos quadros da Guarda Nacional, chamados de “tarimbeiros” que garantia os interesses da elite brasileira. Ressaltou ainda, a importância de uma política de recrutamento sistemática, ocorrida em função da guerra como eixo basilar

⁵ CALMON, Pedro. História Social do Brasil: espírito da sociedade imperial. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 195-197.

para a profissionalização do exército brasileiro.⁶ Comentou também que há uma deficiência de pesquisa social no Brasil em relação ao Exército.

A necessidade de formação de uma oficialidade profissional para o Exército Imperial, segundo o autor, esteve vinculada ao contexto das intervenções políticas e militares na região do Prata. A solução da formação do oficial do Exército brasileiro foi conseguida através da Escola Militar, atual Praia Vermelha na Urca, Rio de Janeiro, de onde saíram os cadetes instruídos para um novo Exército mais profissional com um quadro de pessoal de outras camadas sociais e de diferentes regiões do país. Segundo o autor, boa parte dos oficiais de carreira no Exército era de famílias com pouca influência na sociedade imperial e estes oficiais confrontavam os seus sacrifícios, juntamente com os de seus soldados, com os obstáculos da ordem estabelecida no Exército.⁷ Sérgio Buarque de Holanda já analisava a reforma no Exército em 1850 atribuindo mais privilégios a quem possuísse diploma da Academia Militar e havia um número insuficiente de oficiais instruídos.⁸

Jorge Prata de Sousa, analisando a constituição dos batalhões dos Voluntários da Pátria, com o objetivo de qualificar a natureza social dos recrutados, chamou atenção da participação de negros alforriados sob a condição de assentarem praça nesses batalhões.⁹ Para isso, analisou os registros de cartas de alforrias dos cartórios da cidade do Rio de Janeiro, quantificando aqueles registros em que a motivação era explícita: liberto fulano de tal na condição de assentar praça no Exército ou Marinha. Segundo sua perspectiva, o autor sugere repetir a mesma metodologia de quantificação para as províncias de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Minas Gerais, por serem as províncias com maiores contingentes de escravos à época. A análise serial dos registros cartorários facilitaria a obtenção de um número aproximado desse importante segmento social, leia-se: ex-escravos, para a guerra contra o Paraguai. Continuando no seu esforço de conceber uma identidade social aos Voluntários da Pátria, o autor, constatou ao pesquisar os Relatórios do Ministério da Guerra, documentos provenientes da Secretaria de Polícia que explicitaram a participação efetiva de negros forros numa guerra que não

⁶ IZECKSOHN, Vitor. O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p. 20 passim.

⁷ Ibid., p. 21.

⁸ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, tomo II, vol. 4, 5ª edição, 1995, p. 245.

⁹ SOUSA, Jorge Luiz Prata. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/Adessa, 1996, p. 29 passim.

era deles, mas, para muitos pode ter servido como a possibilidade de conseguir a tão almejada liberdade e, conseqüentemente, incluir-se socialmente em uma instituição consolidada.

Sousa discutiu também o recrutamento forçado e os meios disciplinares do Exército, as deserções de recrutas, fugas de escravos e casamentos forçados para evitar o alistamento da população masculina livre e pobre. Quanto à convocação forçada de escravos, o autor levantou 140 registros de ocorrências policiais para o ano de 1867, cujos escravos foram aprisionados e remetidos para a Corte com a finalidade de preencher os Corpos de Voluntários e enviados para os campos de batalha. Em todos os 140 casos houve reclamação por parte dos proprietários argumentando seus direitos sobre a propriedade escrava.¹⁰

O autor questionou o termo “voluntário da pátria”, pois este termo não explicita os segmentos sociais que compuseram os batalhões para a guerra. Suas indagações sobre o contingente de recrutas procedentes da escravidão visaram perscrutar até que ponto a convocação para guerra interferiu na organização e na disciplina do trabalho escravo. Tema relevante, no tocante à análise da estrutura da sociedade escravocrata do império e à nova organização militar em construção.¹¹

Dessa maneira, o autor pôde explicitar os segmentos sociais que compuseram os batalhões para a guerra, suas procedências, sua participação efetiva e, por último, interrogou-se até que ponto esse contexto do alistamento de ex-escravos não interferiu na organização e disciplina do sistema escravista do Império.

Já, Francisco Doratioto refez a trajetória diplomática dos antecedentes da guerra contra o Paraguai e confrontou ideias historiográficas mais conservadoras sobre a responsabilidade da guerra ao ditador Solano Lopez com os revisionistas da década de 60 e 70, com forte influência do contexto histórico da Guerra Fria, de um Paraguai autônomo, desenvolvimentista e vítima dos interesses do imperialismo inglês.¹² Para Doratioto, a intromissão inglesa na guerra foi secundária e apoia sua argumentação, através da correspondência do cônsul inglês em Buenos Aires, ao governo paraguaio propondo a paz entre os países beligerantes. Portanto, não corroborando com a visão

¹⁰ Ibid., p. 66-67.

¹¹ Ibid., p. 29 passim.

¹² DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

revisionista dos marxistas sobre a influência do imperialismo britânico no Tratado da Tríplice Aliança e nem de uma República do Paraguai desenvolvida, próspera, de igualdade social e com uma população de alto grau na educação.

Doratioto utilizou uma vasta documentação para sua pesquisa, debruçando-se, do início ao fim, em rever, de forma crítica, com a bibliografia e fontes, os acontecimentos da guerra. Preocupa-se em mostrar os objetivos reais dos países beligerantes, diante da política vigente na segunda metade do século XIX. A disputa hegemônica torna-se uma tônica na região do Prata e os interesses, praticamente, não são diferentes entre Argentina, Brasil e Paraguai com o Uruguai de contrapeso na política. Para o autor, as obras conservadoras procuraram tratar a imagem do ditador paraguaio Solano Lopez como megalômano, deixando de analisar o contexto do conflito contra a República do Paraguai na sua origem.¹³

Doratioto apresenta um excelente quadro crítico sobre a historiografia da guerra contra o Paraguai como a interpretação de um Solano Lopez megalômano, causador do conflito e ambicionista em suas pretensões hegemônica na região *platina*, o que está de encontro com a interpretação tradicional do pós-guerra (1870).¹⁴ Há momentos que parece que o autor tem uma proposta pela visão total da História da guerra contra o Paraguai, revolvendo toda uma contextualização relacionada às questões diplomáticas e políticas que antecederam a guerra, assim como buscando reviver as estratégias militares em todas as fases do período de 1864-1870. Os acontecimentos vão desde as atrocidades cometidas de ambas as partes, erros cometidos pelos comandos de ambas às partes, até a uma facilitação para fuga do ditador Solano Lopez após a batalha em *Lomas Valentinas* pelo Marques de Caxias como acordo entre ambos.¹⁵

Em sua conclusão, menciona que três objetivos foram planejados para alcançar na política do Império do Brasil: o da livre navegação do Rio Paraguai, para garantir a comunicação com a Província de Mato Grosso; a ratificação do problemático tratado de fronteiras entre Paraguai e o Brasil; e o objetivo de conter a influência da Argentina

¹³ Ibid., p. 19.

¹⁴ Alguns autores tradicionais como os memorialistas Visconde de Taunay, Dionísio Cerqueira e também Joaquim Nabuco do século XIX, e autores revisionistas do século XX como o historiador argentino León Pomer e o jornalista brasileiro Júlio José Chiavennato são analisados por Francisco Doratioto.

¹⁵ Há uma controversa explicação para a fuga consentida de Solano Lopez em Lomas Valentinas, devido a um acordo e promessa de negociação entre o representante diplomático estadunidense MacMahon suplicando a Caxias para que deixasse Solano Lopez fugir ileso e comprometendo-se a embarcar o ditador do Paraguai para fora do país e terminar a guerra.

sobre o Paraguai, devido ao suposto anseio de Buenos Aires em rever o antigo território do vice-reino do Rio da Prata.¹⁶ Dentro desta ótica e conforme os fatos ocorridos, a política de consolidação do poder hegemônico na região foi, ao final da guerra contra o Paraguai, estabelecida com sucesso a custo de muitas vidas.

Outras pesquisas regionais surgiram a partir da Nova Historiografia da guerra contra o Paraguai ou da Interpretação Sistêmica Regional com novos tratamentos das fontes primárias se distanciando das abordagens amplas e tratando de temas mais específicos delimitados em seu tempo histórico.

Johny Santana de Araújo analisando o recrutamento de Voluntários da Pátria na província do Piauí pontuou o discurso patriótico nas propagandas dos periódicos entre os anos 1865-1866. Segundo o autor, os periódicos legitimavam o partido liberal que se encontrava no poder e promoviam a convocação para a guerra, alavancando o sentimento exacerbado para engrossar os corpos do exército e da marinha.¹⁷ A importância da imprensa na propaganda para o alistamento já constituía um mecanismo utilizado pelo governo em larga escala, através de chamadas, pronunciamentos, convocação pública. A imprensa do Piauí, além de colaborar para com o ufanismo do recrutamento contribuiu na construção da imagem da recruta Jovita Feitosa, uma jovem cearense, que vestida de homem se alistou como voluntária no 2º Corpo de Voluntários do Piauí, transformando-se em uma “garota propaganda” para o recrutamento sistemático de voluntariados. Araújo pesquisou os jornais de época objetivando conhecer como foi construída a imagem de heroína sem, contudo, explicitar os reais motivos do seu alistamento em uma sociedade do século XIX amplamente preconceituosa em relação à mulher.¹⁸ O trabalho com as fontes de jornais de época esteve voltado para melhor conhecer o labor propagandista dos periódicos para o recrutamento. Não é de todo inútil ressaltar que a grande maioria da população no Brasil no século XIX era analfabeta e os que sabiam ler, poucos tinham acesso aos jornais, daí a importância da imagem como meio de comunicação com a população.

¹⁶ DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 471.

¹⁷ ARAÚJO, Johny Santana de. Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866. 2009. 302f. Tese (doutorado em História), UFF, Niterói.

¹⁸ *Ibid.*, p. 105.

Na reflexão de Araújo, a sociedade na província do Piauí do século XIX era formada por uma população pobre, de escasso emprego, com uma infraestrutura comercial deficiente em relação aos grandes centros do Império e uma elite pouco expressiva, o que ensejava uma formação social de necessitados utilizados pelo recrutamento militar.¹⁹

O preenchimento do vazio nos batalhões, que foi o clamor do país para a “luta civilizatória” contra o Paraguai, estava nas mãos dos mais pobres, dos excluídos do sistema de produção. Araújo os identifica como componentes da tropa de 1ª linha, a infantaria do exército. Também como Ricardo Salles e Jorge Sousa, o autor identifica os excluídos da sociedade como os preferidos para o alistamento “voluntário”, verdadeira caça a esses excluídos. Os meios empregados para conseguir contingente para os batalhões geraram medo e fugas pelo interior das províncias.

Sob uma nova perspectiva de abordagem sobre o tema, o trabalho de André Amaral de Toral esmiuçou as fontes iconográficas produzidas durante a guerra contra o Paraguai identificando tais fontes como a fotografia, a pintura, o desenho e gravura; tendo como objetivo a reflexão crítica e descritiva das representações do conflito entre 1864-1870.²⁰ No segundo reinado, segundo o autor, a imprensa tinha certa liberdade de expressão e os jornais ilustrados levaram as imagens ao público letrado, ou seja, a elite urbana, de forma pioneira no continente sul-americano. Segundo Toral, durante a guerra, privilegiaram notícias sobre a morosidade das operações militares e alistamento forçado, mas, depois de cinco anos de guerra e críticas à continuidade desta, a imprensa ilustrada mudou de postura para acompanhar a opinião pública que ovacionava com a vitória das tropas brasileiras. No Brasil, a visão negativa com as notícias de mortos e feridos que eram tratados como heróis, gerava grande insatisfação contra as formas de organização social, através de uma guerra impopular.²¹

Da mesma linha, Marcus Túlio Borowski Lavarda, embaixado, sobretudo, na obra de Toral, comentou sobre iconografia produzida no período da guerra e sobre as representações do conflito registradas no periódico conhecido como *Semana Ilustrada*,

¹⁹ Ibid., p. 117.

²⁰ TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001, p. 21.

²¹ Ibid., p. 61-62.

procurando determinar quais mensagens elas traziam para a atualidade e como elas foram inseridas em seu tempo, conhecendo seus autores e seus discursos visuais.

Marcus Lavarda interpretou as pinturas realizadas pelo pintor Cândido Lopez, quem participou da guerra e retratou o que viu pintando com apenas uma mão devido à perda do braço direito na própria guerra que ele tomou como objeto de sua pintura. O autor, ao analisar as imagens produzidas por Cândido Lopes, o fez sob a visão crítica, no sentido de que o artista projetou suas pinturas sobre a batalha de Curupaiti, através da visão da retaguarda Paraguai, ou seja, seu ângulo de construção de seu registro e o fez sob a perspectiva do lado inimigo. Crítica desnecessária uma vez que sabemos que para a idealização artística é válido reconstruções nem sempre realistas. Além de se utilizar da pintura de Cândido Lopes, Lavarda também se utiliza de imagens fotográficas da mesma forma com que Toral utilizou, em especial, a produção da *Cia Bate & Cia do Uruguai* que manteve correspondente de guerra e presenciou combates e percorreu registrando acampamentos - cenários reais, mas que o autor qualifica ainda um silêncio sobre as condições adversas dos aliados nas linhas de frente e na retaguarda.²² Vale ressaltar que a produção de uma boa imagem demandava que a imagem fosse captada de forma estática o que empobrece o acervo de fotos neste contexto histórico. Lavarda comenta ainda, sobre o pouco destaque que se dá a participação feminina na guerra, mas sem entrar em detalhes, apenas faz menção à jovem voluntária Jovita, sem, contudo avançar em sua importância para o tema do voluntariado.²³

A fotografia utilizada nos jornais do período da guerra contra o Paraguai foi tímida e basicamente copiada em forma de desenhos e litografias. Mas a captação de imagens realistas, como monte de cadáveres, crianças subnutridas e soldados em trincheiras teve sua importância para sensibilizar a população do quanto a guerra poderia produzir de sofrimento, miséria e fome. A importância desse acervo fotográfico ajuda-nos a dimensionar melhor os relatos dos memorialistas que registram a realidade do cotidiano na guerra, assim como diversas representações fotográficas formam valiosos conhecimentos da geografia da região naquele momento, sobre a etnicidade e também aspectos da cultura regional.

²² LAVARDA, Marcus Túlio Borowski. *A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico Semana Ilustrada – 1865-1870: um discurso visual*. 2009. 140f. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, Dourados/MS, p. 37-38.

²³ *Ibid.*, p. 55.

Maria Teresa Garritano Dourado e Maria Meire de Carvalho pesquisaram a questão feminina na Campanha do Paraguai, desmitificando a natureza frágil e submissa da mulher perante situações difíceis em que se deparavam num ambiente de guerra.

Maria Teresa Dourado menciona o “silêncio historiográfico” sobre o universo feminino durante a guerra contra o Paraguai como objeto e sujeito da História,²⁴ pois os relatos da participação feminina, até então, foram desprezados pela historiografia. As novas temáticas de grupos sociais, antes pouco estudados como sujeitos históricos, expuseram um universo rico a ser desvendado pelos historiadores. Trabalhando com fontes documentais dispersas nos arquivos do Exército, Itamaraty e Biblioteca Nacional, além das fontes dos memorialistas como Visconde de Taunay, Richard Burton, Madame Lynch e Dionísio Cerqueira,²⁵ a autora argumentou que quase todas as mulheres que foram mencionadas pela historiografia tradicional foram companheiras de homens importantes na guerra, como Ana Néri, casada com um oficial da Marinha; Ludovina Portocarrero, casada com o comandante do Forte de Coimbra e Dona Senhorinha casada com o guia Lopes, importante personagem nos relatos da retirada da Laguna.²⁶

Dourado faz jus às fontes de natureza judiciária, sobretudo a dos inquéritos militares. Os “autos de perguntas” do Chefe de Polícia na Secretaria de Polícia de Cuiabá no ano de 1865, encontrado no Arquivo Histórico do Itamaraty, possibilitaram à autora ter uma perspectiva, a partir dos sofrimentos impingidos aos prisioneiros de guerra e, sobretudo, às mulheres mães de famílias que acompanhavam seus pares.²⁷ São visões importantes de quem presenciou a invasão naquele momento pelo exército do Paraguai. Sofrimentos diversos dos protagonistas que sentiram na pele as incertezas e as inseguranças em suas terras invadidas. Nos relatórios de polícia, as testemunhas registraram a gravidade que foi posta à prova à população daquela província, despreparada para a invasão de tropas paraguaias.

Sob a mesma perspectiva, Maria Meire de Carvalho trabalhou as representações das mulheres no universo masculino, como efetivas participantes nas campanhas

²⁴ DOURADO, Maria Teresa Garritano. Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai. 2003. 122f. Dissertação (Mestrado em História), UFMS, Campo Grande/MS.

²⁵ Esses memorialistas foram alguns dos contemporâneos que presenciaram como observadores e participantes da guerra contra o Paraguai (1864-1870). Escreveram suas memórias que são utilizadas como fontes importantes para a observação deste período. Alfredo D’Escagnolle Taunay, Richard Francis Burton, Elisa Alicia Lynch e Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira são alguns deles.

²⁶ DOURADO, Maria Teresa Garritano. Op. cit., p. 6.

²⁷ Ibid., p. 92.

militares.²⁸ A autora buscou resgatar o papel feminino através das vivandeiras,²⁹ nos campos de batalha, fugindo do conteúdo sexista e preconceituoso, utilizando bastante pesquisa iconográfica como desenhos, pinturas, cartões postais, fotografias, anúncios publicitários e selos, além de fontes de memorialistas. Fala também, em capítulo especial, sobre “os silêncios da História” na escrita dos memorialistas e na historiografia ao tratar a questão do papel feminino na guerra contra o Paraguai. A ideia deste “silêncio historiográfico” está mais voltada a dificuldade de encontrar fontes diretas relativas à história do gênero feminino, assim como outras questões sociais relevantes da contenda.

A autora discute as expressões e discursos construídos com o termo vivandeira, de origem francesa, trabalhando a iconografia francesa para representá-las. *Vivandière*, palavra pejorativamente usado para designar as mulheres das tropas francesas, e, através do modelo militar francês, as configurações desses grupos femininos nas tropas de onde Carvalho levantou algumas conotações da expressão vivandeira como: mulheres desonradas, prostitutas, mulheres honradas, mães, esposas, viúvas, enfermeiras dedicadas, mulheres mitificadas e heroínas da guerra.³⁰

Outro tema, até então, visto como silêncio da História foi pesquisado por Rosely Batista M. de Almeida,³¹ que questionou quais grupos de indígenas participaram da guerra contra o Paraguai. Analisou, também, seus aldeamentos na região da província do Mato Grosso, as condições reais que deram esse envolvimento e de que forma foram convocados para os quadros do Exército. São questões importantes, visto que a região em discussão, assim como em boa parte do território brasileiro, havia forte presença de indígenas que já praticavam o comércio de trocas nos limites fronteiriços do Brasil com o Paraguai. A questão das fronteiras na província de Mato Grosso, desde o período colonial, foi marcada, inicialmente, pela busca de metais e pedras preciosas para a coroa portuguesa. Abordou também, as práticas comerciais com grupos indígenas do Paraguai

²⁸ CARVALHO, Maria Meire. Vivendo a verdadeira vida: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combate. 2008. 213f. Tese (Doutorado em História), UNB, Brasília/DF.

²⁹ No dicionário Houaiss da língua portuguesa o termo vivandeira (1789) mulher que acompanha uma tropa, vendendo ou levando mantimentos e bebidas. Maria Meire menciona também que o termo vem do francês *vivandière*, terminologia que exprime *viande*, carne em francês sem ter a precisão de quando surgiu o termo.

³⁰ CARVALHO, Maria Meire. Op. cit., p. 33.

³¹ ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. A presença indígena na Guerra com o Paraguai (1864-1870). 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em História), UFMT, Cuiabá/MT.

e com mercadores bolivianos nas fronteiras com a província de Mato Grosso como facas, machadinhas, tecidos, aguardente, gado e cavalos.

Para autora, a utilização dos aldeamentos de grupos indígenas na região servia para prover a falta de apoio da Corte do Império e a falta de grupos não índios muito escassos na província de Mato Grosso. A necessidade do governo imperial de fixar famílias no território fronteiriço estava, ainda, na fase de demarcação das fronteiras pela movimentação geográfica de terras não ocupadas ou insuficientemente ocupadas. A sociedade latino-americana, nas relações políticas do século XIX, estava no estágio de demarcação de fronteiras mal resolvidas pelos meios diplomáticos. Destaca alguns grupos indígenas participantes e soldados do Império do Brasil, a saber: os Guaikurús, os Txané-guanás, os Guatós, os Kayapós, os Xamakokos e os Bororos da Campanha. Através de documentação do arquivo público de Mato Grosso, a autora ressaltou a influência das organizações jesuíticas na formação de algumas tribos indígenas para salvaguardar as fronteiras da região, colonizando e aplicando zonas agrícolas para o abastecimento regional, aculturando os grupos não índios que abdicavam seu modo de vida e cultura, salvaguardando as fronteiras com o Paraguai o que fez o governo imperial posteriormente utilizá-los nos meios militares tocantes à guerra contra o Paraguai.

Já, Maria Regina Santos de Souza buscou analisar a forma de resistência ao alistamento na província do Ceará e as dificuldades das famílias dos combatentes com base nas correspondências entre autoridades da Corte, do Presidente da Província do Ceará, do Ministério do Império, da Guerra e da Justiça. Utilizou, também, fontes jornalísticas e documentos enviados pelos parentes dos enviados para a guerra. Comenta que alguns jornais cearenses - “O Cearense” e “Aurora Cearense” - usaram o termo “mãe-pátria” para a convocação de voluntários para a guerra.³² São “imagens” criadas através dos discursos dos periódicos para dar vazão ao encorajamento mobilizador para a campanha no Paraguai. A autora menciona o alistamento de criminosos que tinham suas penas aliviadas, escapando de condenação para o serviço da pátria.³³ Como a autora menciona: “os indivíduos se tornavam criminosos quando resistiam à violência

³² SOUZA, Maria Regina Santos de. Impactos da “Guerra do Paraguai” na província do Ceará. 2007. 174f. Dissertação (Mestrado em História), UFC, Fortaleza/CE, p. 42.

³³ *Ibid.*, p. 101.

do recrutamento forçado; de outro, sujeitos considerados pela justiça como criminosos, viam, no alistamento voluntário, o caminho para a redenção social”.³⁴

Segundo Maria Regina Souza, o próprio alistamento era usado como meio de coerção para os órgãos oficiais e até facilitadas por intrigas pessoais como rixas políticas, vingança e desentendimento entre cônjuges, mães desiludidas com os seus filhos, filhas de pais desajustados; estes argumentos serviam como ardil para o alistamento e como forma punitiva ao transgressor da ordem social.³⁵ O “chamamento” para servir a pátria era uma forma de reinserção na sociedade que os criminosos utilizaram. Com apoio de fontes da Secretaria de Polícia do Ceará sobre criminosos julgados que lutaram na guerra e redimidos como heróis da pátria, a autora pretende remover outros meios que atraíram voluntários para a guerra. Mostrando, também, a importância para compreender as diversas sociabilizações que foram geradas com a heterogeneidade de costumes e cotidiano que estavam inseridos os ditos voluntários em seu meio de origem, em especial, na província do Ceará.

Praticamente, todas as pesquisas que trataram de recrutamento nos seus referidos estados brasileiros tiveram, como abordagens, os meios forçados para tal fim e consequentes rejeições para o alistamento. Mas, uma questão social importante para esta pesquisa é a distância entre o provedor da família que estava na guerra e os seus filhos no Brasil sem a presença paterna. Segundo a autora, muitas crianças filhas de combatentes, durante a guerra, foram colocadas em instituições de amparo a órfãos pelas difíceis condições de familiares em criá-las sem a presença do pai que combatia no exterior.³⁶ Inquietações como essas afligiam os combatentes, com a vida de seus filhos dependentes e famílias desamparadas.

Everaldo Pereira Frade teve como objetivo analisar as ações e reivindicações dos ex-combatentes da Guerra do Paraguai no seu retorno ao Brasil e nas ruas do Rio de Janeiro.³⁷ O autor afirma que, ao contrário do que foi defendido por trabalhos anteriores, o conflito dificultou o desenvolvimento e desorganizou o sistema de promoções e de

³⁴ Ibid., loc. cit.

³⁵ Ibid., p. 129.

³⁶ Ibid., p. 154-155.

³⁷ FRADE, Everaldo Pereira. Os ex-combatentes da Guerra do Paraguai nas ruas do Rio de Janeiro: discursos e práticas em torno de um exército vencedor (1870-1874). 2006. 116f. Dissertação (Mestrado em História), UERJ, Rio de Janeiro/RJ.

formação, introduzindo um quadro sem qualificação nas forças militares.³⁸ Utilizou fontes documentais do Ministério da Guerra, relativo à carreira dos militares e fontes de periódicos, destacando o jornal “A Reforma” para sua pesquisa.

O descontentamento dos ex-combatentes com o decreto nº 3371 de 1865, devido à falta de compromisso do governo imperial em assumir os direitos prometidos aos ex-combatentes, ocasionou um desconforto para com o Exército que retornava dos campos de batalha do Paraguai, fortalecido como instituição.³⁹ O decreto nº 3371 estabelecia vantagens e gratificações aos Voluntários da Pátria, além de valores em dinheiro na baixa da praça, pensão às famílias de ex-combatentes mortos ou inválidos em decorrência da guerra, além de garantias de terras em colônias militares. Mas esse desconforto já estava evidente nos acampamentos com o prolongamento da guerra e falta de víveres para as tropas, acarretando conflitos sociais de difícil controle. O aumento das baixas tanto por combate e por doenças, ou por falta de condições de saneamento básico e alimentares, tornava qualquer agrupamento humano descontente e necessitado de extravasar suas reclamações.

Para Frade, à medida que o exército ia se profissionalizando e fortalecendo como instituição, aumentavam as críticas da oficialidade ao governo monárquico relativo às mazelas da sociedade brasileira. Mesmo vitoriosos, os ex-combatentes encontraram problemas comuns ao longo do conflito como soldos atrasados, condições nos quartéis insatisfatórios, maus tratos físicos, além dos pedidos de pensões para as viúvas, órfãos e aleijados que demoravam muitos anos para serem julgados de direito.⁴⁰ O autor abordou os que retornados da guerra envolvidos em crimes fora dos quartéis, utilizando os registros de condenados da Casa de Correção da Corte no período de 1870-1874 como fonte. O contingente de ex-combatentes ociosos e oriundos de segmentos mais pobre da população volta à rotina de repressão e discriminação aos ex-escravos e livres de baixa renda que lutaram na guerra, ao contrário do tratamento dos altos escalões do Exército e da Marinha.

³⁸ *Ibid.*, p. 1.

³⁹ O decreto nº 3371 de janeiro de 1865, criando os Batalhões de Voluntário da Pátria, foi estimulado com vantagens e gratificações como: 300\$000 na baixa da praça, terra de 22.500 braças quadradas em colônias militares ou agrícolas, passagem para onde solicitarem quando declarada a paz, direito a emprego público, as famílias que tiverem voluntários falecidos nos campos de batalha terão direito a pensão ou meio soldo, soldo dobrado de voluntário aos que ficarem inutilizado por ferimentos recebidos em combate. Fonte mencionada na dissertação de Everaldo Pereira Frade do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1865, p. 33.

⁴⁰ FRADE, Everaldo Pereira. *Op. cit.*, p. 83-84.

Outra questão que o autor discutiu foi sobre o estabelecimento militar do Asilo dos Inválidos da Pátria, que foi inaugurado em 1868, e também sobre a Santa Casa de Misericórdia, com a finalidade de abrigar os mutilados, doentes e sem condições de se sustentar financeiramente.⁴¹ Havia a preocupação com o desembarque dos doentes e mutilados da guerra e que eram encaminhados diretamente a esses estabelecimentos, para evitar distúrbios e confusões. Dessa forma, a população não teria a aproximação desses contingentes de enfermos para os hospitais. Para o autor, a população não teria o contato real das baixas da guerra, somente a presença do desfile dos vitoriosos saudáveis. As dificuldades se mantiveram após a guerra com o retorno à vida comum do ex-combatente. A falta de provimento necessário contribuiu para práticas antissociais a que foram relegados. Uma sociedade altamente excludente, com poucas perspectivas de ascensão profissional e financeira fora da elite oligárquica brasileira, serve como pano de fundo para os problemas cotidianos que serão vistos no presente estudo.

Outra abordagem significativa sobre a guerra foi a de Divalte Garcia Figueira, com o trabalho a partir dos negócios e o comércio na guerra contra o Paraguai voltado para o lado econômico do conflito.⁴² Aproveita muito bem dados estatísticos, utilizando gráficos para explicar a situação financeira que se arrastara durante a guerra. Transporte de mercadorias, compras no estrangeiro e no território brasileiro, contratos efetivados com fornecedores para manter as forças militares com o mínimo de provisão, comércio na retaguarda são dados importantes para compreender a dificuldades de abastecimento às tropas com alimentos e uniformes. Para o abastecimento e o esforço do Império do Brasil em levar a diante uma empreitada de tamanha proporção, foram necessárias despesas elevadíssimas para manter uma longa guerra. Improvisações foram feitas para manter o abastecimento regular das tropas como as negociações diretas de comandantes com mercadores e estancieiros do sul com charque, gado bovino e cavalos.

Negócios foram empregados através dos empréstimos estrangeiros para aumentar receitas, investir no poderio bélico, incrementando a frota naval e as armas do Exército. Mas, para manter a empreitada militar, foi necessário o investimento na organização de transportes das tropas, na manutenção dos soldos para os voluntários, além do sustento das tropas com víveres, fardamentos, munições e todo o tipo de

⁴¹ Ibid., p. 91.

⁴² FIGUEIRA, Divalte Garcia. Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

mercadoria. Também os tratos com os negociantes tropeiros foram essenciais para manterem as tropas abastecidas, porque só com o serviço de tropeiros poderiam chegar aos acampamentos, devido ao difícil acesso de regiões.

Figueira analisa as dificuldades de contratar e negociar com os diversos mercadores de Buenos Aires, com os quais o Império do Brasil manteve contato para fornecimento de víveres para as tropas: “Para o abastecimento das tropas era necessário recorrer a fornecedores que, muitas vezes, estavam localizados em Buenos Aires e Montevideú”.⁴³ Os vultosos gastos com a guerra, não só se limitavam aos próprios encargos do Império, mas também ajudavam nas despesas dos aliados, em certos momentos, para seguir com a guerra, principalmente, no incremento e apoio às tropas uruguaias no abastecimento tanto em víveres, como em humanos.

As dificuldades financeiras para a manutenção da guerra foram enormes e, mesmo assim, os problemas com fornecimento de alimentos e fardamento foram críticos em muitos momentos da guerra. Basicamente, o que era comprado vinha de fora do país como armamento, forragem para os animais de transporte e cavalaria, fardamento, bebidas, dentre outros mantimentos para sustentar as tropas brasileiras. Para o autor, a falta de um mercado interno diversificado, devido a uma industrialização incipiente no Brasil, foi um empecilho. E ainda, para complicar a situação, a indústria manufatureira era demasiadamente insuficiente, já antes do conflito com o Paraguai, em meados do ano de 1864, fato que agravava mais a dívida externa. Era necessário investir no parque industrial no Brasil após a guerra contra o Paraguai e o autor menciona que o número de indústria não cresceu com a lição da guerra, pelo contrário, saiu mais dependente do capital estrangeiro e dos recursos do setor cafeeiro.

Diante de aumento dos impostos e novas contribuições para o sustento da guerra, os empréstimos externos fizeram o custo de vida se agravar cada vez mais, e foi a população mais necessitada que sentiu a carestia em decorrência da manutenção da guerra. Figueira analisou também os meios de transportes que abasteciam as tropas brasileiras estacionadas na região da província de Mato Grosso, assim como na região do sul do país. Em Mato Grosso, as tropas foram abastecidas com os serviços de tropeiros e no sul, com aluguel de vapores, pois os navios da Marinha estavam

⁴³ Ibid., p. 42.

ocupados com a esquadra de guerra. O fornecimento de víveres foi outro problema no decorrer da guerra e foram negociados com preços bem elevados, segundo Figueira.

Minha proposta

Os fatos políticos e militares são importantes e foram bem abordados pela historiografia da guerra contra o Paraguai. Já, a História do meio social na guerra tem a proposta de mostrar o cotidiano dos diversos extratos sociais que compunham os batalhões e os voluntários da pátria. Muitos desses voluntários faziam parte da camada mais baixa da sociedade escravista do Império do Brasil. Outros personagens, poucas vezes mencionados, foram observados nas novas pesquisas acadêmicas, sendo alguns comentados nesta pesquisa, que levanta a ideia de que a História da guerra contra o Paraguai não tem uma História Final e nem total da guerra, mas, sim, há muitas lacunas para serem preenchidas e novas pesquisas sobre o cotidiano da guerra. Muitas fontes nos arquivos brasileiros ainda precisam ser organizadas, analisadas e comentadas em novas pesquisas.

Mas como tratar um conflito bélico em que boa parte de sua contenda foram de longos períodos de imobilidade com apenas um período mais decisivo para a guerra em dezembro de 1868?⁴⁴ Em um acampamento militar, onde havia soldados descontentes pode ter sido formador de conflitos e desordens, mesmo com punições severas para inibir as insubordinações? A coerção, justificou, manteve a ordem militar ou motivou a deserção? E quais os meios para aliviar a tensão de homens endurecidos com os traumas da guerra?

O objetivo da pesquisa é entender e conhecer o universo social de sujeitos históricos em um determinado espaço temporal e as condições da guerra, analisando a formação da personalidade e comportamento de voluntários de todos os segmentos da sociedade brasileira que se alistaram no Exército para irem à guerra. E ainda compreender os motivos de suas indisciplinas e resistência, assim como a necessidade do Exército em manter a ordem nos acampamentos militares durante a guerra.

⁴⁴ Quando Caxias assumiu o comando aliado e organizou as tropas que estavam em total desmotivação para prosseguir com as ações militares, o ano de 1868 foi decisivo na guerra contra o Paraguai com o quase aniquilamento das forças paraguaias de Solano Lopez. A tomada da fortaleza de Humaitá abriu passagem fluvial para a capital do Paraguai, Assunção, mas as vitórias mais importantes foram a série de batalhas no mês de dezembro de 1868 mais conhecida como “dezembrada”.

Algumas pesquisas mais voltadas para o cotidiano da guerra envolvem as diversas socializações pertinentes aos comportamentos latentes da soldadesca diante de situações, as piores possíveis que um indivíduo podia aguentar. Há muitas menções relatadas de memorialistas como fonte primordial alusiva ao cotidiano das tropas brasileiras. Mas, são as fontes dos arquivos que devem ser expostas de forma crítica com a finalidade de abordar a rebeldia como um meio de auto-defesa contra as dificuldades em que os voluntários foram colocados à prova. As respostas são observadas em grande número de ofícios e correspondências, solicitando devidos procedimentos coercitivos aos militares indisciplinados. Há casos, até, de pena de morte por fuzilamento do acusado, enviados ao conselho de guerra.

No início de 1865, com a arregimentação de voluntários para preenchimento dos batalhões, houve certo grau de um exacerbado patriotismo dos brasileiros, até o momento em que prometiam o soldo em dia, rancho farto para os soldados, tratamento com dignidade, fardamento e armamento disponível para as tropas. A formação de uma força militar para levar por um longo período uma empreitada, como foi a guerra contra o Paraguai, produziu muitos voluntários, com a qualificação de desertor, indisciplinado, brigão e até de desordeiro, conforme visto nos documentos. Em um Exército que ainda estava sendo reestruturado em plena guerra e com tantas dificuldades e agruras, um grande número de soldados estiveram presos, foram castigados com trabalhos forçados e alguns até açoitados.

Tratando-se de uma abordagem social do meio militar aplicada nesta pesquisa, será focada a desmotivação da soldadesca agravada pela morosidade da campanha, escassez de abastecimento, problemas com álcool, aplicação de punições e um grande número de deserções que se verificaram nos pedidos de prisões, nas correspondências e ofícios que foram emitidos durante o período de 1865-1870. A punição foi um meio empregado para inibir as insubordinações e foi praticada desde o alistamento, muitas vezes forçado pelas províncias do Império, sendo mais de vítimas que de voluntários.

Não há um objetivo de desqualificar os procedimentos militares neste período do século XIX, nem, tampouco, o desmerecimento do Exército do Império do Brasil na guerra contra o Paraguai. O que vale é ressaltar os motivos de tantos procedimentos coercitivos naquele momento em que era necessária a união, assim como entender como uma força tão heterogênea e mal organizada conseguiu manter-se coesa para a vitória

final. As forças paraguaias estiveram, ao longo da guerra, em desvantagem numérica e principalmente em material bélico, não obstante, a guerra tenha durado mais de cinco anos e com custos elevados ao erário do governo imperial, além dos custos sobre as vidas humanas. Nesta pesquisa, serão muitas vezes, vivenciadas pessoas do “baixo escalão” militar: as praças que têm seus nomes expostos e suas faltas cometidas. Os soldados e oficiais de baixa patente são os principais personagens e, não, os generais, com seus feitos heroicos ou de estratégias militares.

Pesquisando as fontes manuscritas como ofícios e correspondências particulares dos arquivos públicos do IHGB, Arquivo Nacional, Arquivo do Exército e Biblioteca Nacional, foi verificado, além das prisões e dos castigos, também as motivações para a prática indisciplinar das praças e até de oficiais do Exército do Império do Brasil. Tratar de um enfoque mais específico ao tema é a proposta apresentada nesta dissertação. Assim como, gerar lacunas para novas discussões dentro da História Social na guerra contra o Paraguai, somando e ampliando estudos que possam motivar outras abordagens no meio acadêmico.

As questões propostas, como mencionadas anteriormente, são relacionadas às insubordinações dos militares e os meios coercitivos para inibir tais indisciplinas, entendendo que o ambiente em que marchavam e viviam moldaram o comportamento de muitos militares e voluntários engajados para a aquela campanha.

A partir da revisão bibliográfica, foram delineados os principais argumentos e temas de outros pesquisadores que mostraram um avanço ao longo dos últimos anos para a questão social da guerra. Buscar outros enfoques e análises de documentação para o tema exposto possibilita conhecer outras estruturas e comandos no quadro do Exército formado, às presas, pelo governo imperial tais como corpos de saúde, de transporte, corpo de engenharia, de pagadoria, corpo eclesiástico e parte jurídica nos meios militares. Muitas dessas estruturas nos quadros do Exército são vivenciadas nas ordens do dia dos comandantes durante toda a guerra, mostrando mesmo que um Exército em formação na guerra tinha sua organização minuciosamente registrada nas ordens do dia.

As fontes utilizadas das ordens do dia do Marquês do Herval, abrangendo dois livros no período de 01 de março de 1865 a 15 de julho de 1866, são fontes importantes para conhecer a formação do Exército no Brasil. Nelas, os comandantes em expedição a

República do Paraguai, registravam todas as suas observações e procedimentos executados no Exército, delineando um quadro estrutural de todos os corpos engajados desde sua concentração na Banda Oriental do Uruguai⁴⁵ até o final da guerra. São dados quantitativos sobre a administração do corpo militar como provimentos para os batalhões, liberação de soldos, diários de combates, solicitações ou envio ao conselho de investigação sobre comportamento de praças e oficiais, nomeações e exonerações de cargos comissionados, transferências de soldados entre os batalhões, batalhões dissolvidos, baixas de posto militar e de serviço, licenças concedidas e licenças excedidas, efetivações de serviços e militares agregados em outros batalhões, condecorações por bravura, assim como promoções por merecimento, por antiguidade e por estudos. Um material rico em detalhes, que é relevante para a compreensão da formação do Exército brasileiro a partir daquele momento, e entender, nesta pesquisa, o comportamento dos soldados nos acampamentos militares em expedição ao Paraguai.

Outra fonte analisado é a Consulta do Conselho de Estado no período de 1866 a 1870 em duas publicações pela Imprensa Nacional no ano de 1884 e 1885 respectivamente. Nestas fontes, constam resoluções de petições de graça e Conselho de Guerra sobre penas impostas aos soldados julgados por deserção, assassinato e pena de morte.

Tenho como hipótese mostrar que a coerção do Exército não moldou um soldado “dócil” e disciplinado, da mesma forma que a sociedade escravista almejava para o seu escravo. Os soldados se rebelaram nos acampamentos e nas marchas, praticamente em todo o conflito da guerra contra o Paraguai. As dificuldades que a guerra impôs como doenças, devido à insalubridade a que os soldados estavam expostos, os castigos para impor a ordem nos acampamentos, variações climáticas que muitos soldados de diferentes regiões brasileiras não estavam acostumados; à falta de abastecimento para as tropas e o desânimo de uma guerra que custava terminar foram grandes motivadores das diversas indisciplinas nos batalhões das tropas brasileiras em marcha e nos acampamentos.

A necessidade de ampliar a compreensão das relações sociais de um grupo heterogêneo, que nortearam os acampamentos das forças brasileiras na guerra contra o Paraguai, surgiu da leitura da obra de Visconde de Taunay, *A Retirada da Laguna*, em

⁴⁵ Banda Oriental do Uruguai era a antiga denominação da atual República Oriental do Uruguai.

que o autor relata a trajetória trágica e penosa de forças brasileiras em expedição, abrindo uma segunda frente pela Província de Mato Grosso em direção à fronteira da República do Paraguai.⁴⁶ Os acontecimentos pormenorizados pelo autor de todas as dificuldades, desde sua partida até a decisão da ordem do alto comando pela retirada, são cheios de atitudes comportamentais vividas naquela tragédia. No tocante ao corpo militar, em meio ao que seria o caos, está presente nas reminiscências de Taunay a preocupação de uma coesão do que restou da força militar em luta pela sobrevivência.

A sensação de dramaticidade, sentida na leitura de Taunay é ambientado numa mesma condição aparente entre os oficiais graduados e os soldados; civis como fazendeiros, que perderam suas posses com a invasão paraguaia; moradores da região, que fugiam dos invasores paraguaios; índios da região e mulheres, que seguiam às tropas.

Mas o voluntário estava ciente da sua condição de homem livre, inclusive os ex-escravos, que se alistaram, e apto para o dever da pátria no início das convocações. Muitos voluntários não aceitaram as difíceis condições a que foram postos à prova e se rebelaram nos acampamentos; outros, procuraram se adaptar ao meio adverso e à monotonia nos acampamento do Exército em que se encontravam, em território desconhecido. Com esta formação, as forças do Império do Brasil conseguiram, a duras provas, o intento de derrubar o governo de Solano Lopez na República do Paraguai, procurando manter a devida ordem, através de seus comandantes, mas com deveras dificuldades até o final da guerra.

⁴⁶ Em 23 de dezembro de 1864, as forças paraguaias invadem a fronteira com a província de Mato Grosso, comandada pelo cunhado de Solano Lopez, o coronel Vicente Barrios, tomando o Forte de Coimbra na mesma província.

CAPÍTULO 2 – Deserções e indisciplinas nos acampamentos militares

Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a Independência e a integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos.⁴⁷

2.1 – Deserções e suas motivações.

A questão da indisciplina na guerra é de suma importância para qualquer força militar de uma nação. Desde a ordem unida de uma tropa, até os serviços de faxina em um acampamento militar, a disciplina é necessária para manter a coesão das tropas; e para a obtenção do êxito em uma guerra requer, não só a disciplina de soldados e oficiais, mas também a aplicação da devida medida de coerção aos infratores da ordem para controle das tropas militares.

Diversas indisciplinas estiveram em pauta na conduta dos soldados e oficiais do Exército. As regras disciplinares para manter a ordem das tropas em uma campanha belicosa, em grande parte fora do território brasileiro, como foi a guerra contra o Paraguai, foram parte integrante ao Exército brasileiro, naquele momento. A deserção que é o abandono deliberado do soldado, sem aviso e permissão para tal ato, é tratada como uma questão indisciplinar grave pelas forças militares, principalmente, em tempo de guerra. Mas quais as reais motivações para o soldado desertar? Foi um ato espontâneo de um voluntário que foi para a guerra enfrentar o inimigo em honra de sua pátria, ou houve outras honras a zelar salvando-se dos campos de batalha ou da vida penosa na caserna?

Alguns trabalhos tratam a deserção com poucos dados quantitativos ou fazem uma abordagem de estimativa aproximada para uma determinada província do Império ou para levantar uma questão problematizada em um tema proposto, como por exemplo, a dificuldade do alistamento devido à fuga em grande quantidade de praças para o serviço militar. Verificar números reais pelas fontes manuscritas como diários de comandantes, ordens do dia, fé de ofícios dos corpos militares do Exército são métodos de pesquisa que abrangem um quadro mais detalhista para a questão da deserção e para a pesquisa da ordem militar na guerra. A insatisfação com a vida no acampamento e a forma de alistamento forçado para os quadros do Exército e da Marinha foram fortes indícios motivadores de muitas deserções a começar pelo processo de composição dos

⁴⁷ Constituição Política do Império, de 25 de março de 1824. Título 5º- Do Imperador, capítulo VIII – Da Força Militar, Artigo 145.

batalhões dos Voluntários da Pátria. Os obstáculos para a obtenção de voluntários para preencher os corpos fez o governo imperial recorrer aos libertos, índios, criminosos comuns, migrantes rurais e pobres de diversas cidades das províncias brasileiras.

A Guarda Nacional, que foi criada em 18 de agosto de 1831,⁴⁸ era subordinada ao Ministério da Justiça, como corpo de defesa composto por homens pertencentes as famílias de proprietários rurais, extinguindo as antigas ordenanças, milícias e guardas municipais, foi pensada como um instrumento complementar para o Exército do Império na crise diplomática com a República do Paraguai. Surgida no período regencial do Brasil para “assegurar a sobrevivência das instituições, a Guarda Nacional, de caráter permanente, mista de civis e militares”,⁴⁹ tinha como missão a defesa da Constituição brasileira e a integridade do Império. A Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, sobre a reorganização da Guarda Nacional, instituiu a sua organização em todo o Império por municípios.⁵⁰ Como força militar, a Guarda Nacional não era apto para enfrentar o poderio de outra nação, pois era uma força despreparada para o combate de grande proporção como foi na guerra contra o Paraguai.

O Império do Brasil não dispunha de um Exército com número suficiente de soldados para o embate militar e para salvaguardar as fronteiras, principalmente com a República do Paraguai, que estavam muito mal guarnecidas. Para assumir tamanha empreitada militar expedicionária no exterior, o governo imperial usou o recurso do Decreto nº 3.371, assinado no Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de janeiro de 1865, e publicado na edição do *Jornal do Commercio*, em 9 de janeiro de 1865, através da convocação dos Voluntários da Pátria.⁵¹ No início, houve aceitação imediata do engajamento espontâneo como Voluntário da Pátria, inclusive, com o fato inusitado do alistamento da moça Jovita Alves Feitosa com trajes masculinos, mencionada anteriormente. Em 4 de agosto de 1865, através do Decreto nº 3.505, os benefícios do

⁴⁸ Na Guarda Nacional se alistavam todos os cidadãos entre 18 e 50 anos com renda mínima de 200 mil réis anuais. Foi criada no período regencial após a abdicação de D. Pedro I. Tinha a finalidade de reprimir as revoltas e como fator de consolidação do poder da aristocracia rural no Império. As exceções para o alistamento eram os que tinham moléstia incurável, os inabilitados para qualquer serviço, senadores, ministros, conselheiros de Estado, presidentes de províncias, oficiais e praças efetivos do exército e armada, corpos de polícia pagos, imperial Guarda de Arqueiros, clérigos e religiosos de todas as ordens, magistrados perpétuos, carcereiros e os matriculados na Capitania dos Portos.

⁴⁹ DUARTE, Paulo de Queiroz. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1982, p. 176.

⁵⁰ Lei nº 602 de 1850. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-602-1850-559843-publicacaooriginal-82255-pl.htm>. Acesso: 15 de agosto de 2012.

⁵¹ DUARTE, Paulo de Queiroz. Op. cit., p. 200.

Decreto nº 3.371 concedidos aos Voluntários da Pátria foram estendidos aos Guardas Nacionais, com o mesmo intuito de incentivar o alistamento livre para a formação dos Corpos do Exército.⁵²

Esta absorção dos Batalhões de Infantaria da Guarda Nacional para os Corpos de Voluntários da Pátria de diversas províncias foi o que elevou numericamente as forças de terra do Império do Brasil. Houve casos em que Batalhões de Infantaria da Guarda Nacional se converteram inteiramente em Corpos de Voluntários da Pátria.⁵³ Mas, muitos membros da Guarda Nacional se opuseram ao alistamento e a forma mais corriqueira de resistência foi através da deserção.

Um artifício para fugir da convocação para a Guarda Nacional era a apresentação de um substituto regulamentado pelo Decreto 3509 em 1865, onde o tal substituto deveria servir durante nove anos e, em caso de deserção, a pessoa que apresentou o substituto seria responsável por ele durante um ano.⁵⁴ Este procedimento valia para aquele que tinha recurso para tal fim, devido ao contrato firmado entre ambos com valor estipulado para a substituição. Também houve o procedimento de famílias mais abastadas, que utilizaram o artifício da substituição dos seus filhos por escravos para o alistamento para guerra. Este procedimento da substituição dos Guardas Nacionais por libertos, além atender à necessidade de novos contingentes para guerra, possibilitava que segmentos das melhores classes sociais se ausentassem dos deveres à pátria.⁵⁵

O ato da deserção verificou-se também nas correspondências trocadas entre os aliados da Tríplice Aliança como registrado no ofício do Juiz de Paz Venancio Corrales, no Uruguai, ao general Luís Osório, em 7 de outubro de 1865, comentando que estavam presos desertores brasileiros no quartel, sob o comando do General Flores das forças uruguaias, em operação contra o Paraguai, visto que os mesmos brasileiros pertenciam

⁵² No artigo único do Decreto nº 3.505 consta: “Os Corpos da Guarda Nacional que, com a organização atual, com seus oficiais e praças, voluntariamente se apresentarem para o serviço de guerra serão equiparados aos Corpos de Voluntários e gozarão de todas as vantagens que a estes se concederem”. Ibid. p. 190.

⁵³ DUARTE, Paulo de Queiroz. Op. cit., p. 207.

⁵⁴ DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 113.

⁵⁵ SOUSA, Jorge Luiz Prata de. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/Adessa, 1996, p. 63.

ao comandante em chefe do Exército Imperial, o marquês do Herval.⁵⁶ Alguns casos de deserção ocorreram por vadiagem, principalmente no período do ano de 1865 em que as forças brasileiras se formavam nas fronteiras em territórios aliados (Argentina e Uruguai).

Na formação dos corpos de voluntários pelas províncias do Brasil, as dificuldades foram grandes e as fugas para as matas eram corriqueiras. Doratioto menciona sobre o alistamento em uma pequena cidade no interior de São Paulo: “[...] São José do Rio Preto, minúscula vila paulista, foi abandonada por todos os habitantes, que fugiram para as matas, de modo a evitar o recrutamento [...]”.⁵⁷ A convocação por sorteio de 8.000 guardas nacionais, decretada em 13 de março de 1867, para atender a demanda de soldados para Caxias, motivou mais rejeição ao recrutamento, ocasionando uma falta de entusiasmo para ir à guerra, mesmo com a imprensa tentando demonstrar o contrário, estimulando a arregimentação.⁵⁸

A opinião pública, ao longo da guerra, já não era mais a mesma, as deserções aconteciam desde o início do alistamento no ano de 1865 e, com o decorrer das marchas para o território paraguaio, foi se acentuando cada vez mais. Na ordem do dia nº 34 do 1º corpo do Exército, sob o comando do general Osório, então marquês do Herval, em 8 de junho de 1865, no Estado do Uruguai, Osório mandou dar publicidade ao procedimento para as praças desertoras, instalando um conselho de investigação para que a ordem mencionasse o termo de “delicado” o assunto da deserção. O conselho de investigação se atuaria após vinte horas contadas a partir da primeira revista da tropa que houvesse a falta da praça. E ainda, na ordem do dia nº 45, o general Osório na Vila de Concórdia, província de Entre-Rios, já na República da Argentina, em 27 de junho de 1865, publica a seguinte ordem: “O fato de ter o exército feito um trajeto penoso embarcando e desembarcando seis vezes com mau tempo, não podem deixar ter de alguma maneira afrouxada os elos de disciplina e regras de serviço.”⁵⁹ A preocupação em manter a ordem disciplinar era evidente nos comandos e a aplicação de punições para os faltosos foram muitas para manter a coesão das tropas.

⁵⁶ Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/RJ – Arquivo e Coleções Particulares/Coleção General Osório, lata 239, mss. 9334, (07/10/1865).

⁵⁷ DORATIOTO, Francisco. Op. cit., p. 265.

⁵⁸ Ibid., p. 270.

⁵⁹ Ordens do dia sob o comando do Marquês do Herval na Guerra do Paraguai, vol. I, 1865.

Em 3 de julho de 1865, o Quartel General, ainda na Vila de Concórdia, fez publicar, em ordem do dia nº 48 as disposições do Decreto de 31 de maio de 1865. Na ordem, diz que ficam extensivos às praças dos corpos de polícia e às Guardas Nacionais que tiverem incorrido nas penas do art. 133 da Lei 602 de 19 de setembro de 1850, assim como a todas as praças dos corpos de linha, de polícia e da Guarda Nacional compreendidas nas disposições do artigo único das deserções agravadas.⁶⁰ Consta, no referido artigo, uma medida disciplinar mencionando que a Guarda Nacional que recusar fazer o serviço de Corpos destacados, que diretamente lhe competir, será obrigado a servir no Exército o dobro do tempo que durar o destacamento, ou recrutado se não tiver motivo legal de isenção.⁶¹

Com o objetivo de salvaguardar os interesses políticos e econômicos dos grandes proprietários no país, a Guarda Nacional, ainda assim, participou com efetivos expressivos para a campanha com destino ao território paraguaio. A convocação de corpos de Voluntários da Pátria, a partir de 1865, aliviaria a tarefa de arregimentar as Guardas Nacionais com cidadãos livres entre 18 e 50 anos para a luta armada, constituindo um voluntariado de população variada, heterogênea e multicultural, em que moldou a estrutura do Exército brasileiro como uma instituição que poderia oferecer maior perspectiva social para a grande parcela pobre e ex-escrava que era a sociedade imperial.

A estratégia para a convocação, depois de instituído o decreto 3.371, em 1865, para a criação dos corpos de Voluntários da Pátria, principalmente nos meios de comunicação, surtiu o efeito desejado no início da campanha para o chamamento à pátria, afinal a nação estava revoltada e estarrecida com a invasão paraguaia no sul do país. Todas as províncias atenderam ao chamado da pátria para se alistarem até o momento do conhecimento por parte da população sobre as dificuldades em que as tropas enfrentariam. Diante da demanda de voluntários para frente de combate, o governo imperial foi buscar o expediente do recrutamento forçado. O efeito negativo desse recrutamento, nada espontâneo, caiu em cheio no populacho humilde e despossuído economicamente. As garantias previstas na Lei 3.371 (gratificação de 300

⁶⁰ Arquivo Histórico do Exército, Ordens do dia sob o comando do Marquês do Herval na Guerra do Paraguai, vol. I 1865.

⁶¹ Lei nº 602 de 1850. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-602-1850-559843-publicacaooriginal-82255-pl.htm>. Acesso: 15 de agosto de 2012.

mil réis na baixa de serviço, terras em colônias militares e agrícolas, pensão para um familiar em caso de morte e promoções) também encheram os olhos de quem não tinha outra opção para sobrevivência, tornando-se a Lei 3.371 uma grande saída da vida miserável (anexo 1).

O regulamento da Guarda Nacional já não tinha mais critérios para a convocação que muitas vezes recaía sobre pessoas contrárias ao partido Conservador que era da situação, ampliando para toda guarnição, apesar de uma grande reserva destes contingentes em todo o território brasileiro.⁶² E as manifestações de apoio por parte de familiares com os seus entes alistados para a guerra, devido à insatisfação pelas notícias vindas do sul do país, também a preocupação de fazendeiros pela falta de policiamento para por ordem da indisciplina escravista em suas fazendas e de proprietários de escravos pelo recrutamento sem permissão de seus cativos para a guerra, já demonstrava a insatisfação de todas as camadas sociais do Império do Brasil para a campanha militar.

No relatório do vice-presidente José Tavares Bastos, passando a administração da província do Rio de Janeiro ao conselheiro de Estado Bernardo de Souza Franco, evidencia já uma resistência dos arregimentados para a campanha no sul. É uma estatística breve do período de 6 de maio a 22 de setembro do ano de 1865 como consta na Tabela 1 abaixo, mostra um efetivo de soldados que embarcaram, ficaram aquartelados, tanto de Guardas Nacionais e Voluntários da Pátria na cidade de Niterói, incluídos desertores apreendidos e enviados presos para o quartel. Notamos um montante de 1.706 praças.

TABELA 1-Relatório sobre movimentação de Guardas Nacionais e voluntários da cidade de Niterói em agosto e setembro de 1865.

Guardas Nacionais que embarcaram no 1º de agosto	96 praças
Guardas Nacionais que embarcaram a 22 de setembro	280 “
Guardas Nacionais que ficaram no quartel de Niterói	83 “
Voluntários da Pátria que embarcaram a 22 de setembro	302 “
Voluntários que ficaram no quartel de Niterói	71 “
Voluntários que tem vindo se alistar no batalhão da Corte	100 “
Recrutados remetidos ao exército e armada	644 “
Desertores apreendidos e remetidos ao quartel-general	130 “
Total:	1.706 “

⁶² Ibid., p. 66.

Fonte: Relatório do Vice-Presidente Desembargador José Tavares Bastos passou a administração ao Conselheiro de Estado Bernardo de Souza Franco no dia 22 de setembro de 1865. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1688/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

Com relação ao montante de Guardas Nacionais e voluntários no período do relatório provincial, observa-se o total da ocorrência de desertores apreendidos perfazendo 7,62% do quadro total correspondente, o que não deixa de ser uma porcentagem expressiva de um país que necessitava de homens para a contraofensiva num intervalo curto de arregimentação no ano de 1865. São desertores que conseguiram fugir do alistamento e do serviço militar sem batismo de fogo, ainda em território brasileiro. No mesmo relatório, constam 678 somando Guardas Nacionais e Voluntários da Pátria que embarcaram até setembro de 1865, o que perfaz, pelo quadro, 39,74% de homens encaminhados para o teatro de guerra na cidade de Niterói, capital da província o Rio de Janeiro.

Podemos observar nesta pesquisa as formas de resistências e indisciplinas de diferentes patentes militares em oposição à ordem no Exército do Império. E para tratar dos assuntos relacionados à condução da guerra contra o Paraguai, a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra era o veículo mediador entre os assuntos do Exército e o Governo Imperial. Muitas correspondências eram encaminhadas para esta Secretaria com a finalidade de solucionar os problemas como: processos militares pelo Conselho de Guerra, reivindicações de provisão de alimentos e armamento para o Exército, questões financeiras e soldos das praças, relatórios de saúde e de insubordinações. Como exemplo, a correspondência enviada pelo general Porto Alegre que estava com seu Exército estacionado em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, em 3 de novembro de 1865, enviou ao Conselho de Guerra por crime de primeira deserção agravada o soldado do corpo de artífices da Corte, João Jacintho de Carvalho, solicitando também a certidão de assentamento do referido soldado para investigação e envio ao Conselho de Guerra.⁶³

Em outra correspondência de Porto Alegre, datada em 14 de novembro de 1865, do Quartel General em São Borja no Rio Grande do Sul ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, o conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, comunicando que o corpo do major Isaias Antônio Alves era composto de quase sua totalidade de desertores de outros corpos. O mesmo major foi recolhido preso para responder ao Conselho de Guerra, devido aos atos praticados por partidas destacadas

⁶³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, fundo coleção diversos, correspondências sobre a Guerra do Paraguai, código 547, volume 6, folha 174, (03/11/1865).

deste corpo composta por desertores.⁶⁴ Em outra correspondência ao conselheiro Ângelo Muniz, datada de 24 de janeiro de 1866, do mesmo Quartel General sobre a composição do corpo de desertores comandado pelo major Isaias Alves, mostrava um relatório nominal, dos postos de cada um dos desertores e do corpo de origem no montante de noventa e oito desertores de diferentes companhias dos cento e oito desertores. São oitenta e um soldados, onze cabos, um forriol, quatro segundos-sargentos e um primeiro sargento. Posteriormente, em decreto de 28 de fevereiro de 1866 remetido ao Conselho Supremo Militar de Justiça, mencionava a aprovação para a formação do corpo do major Isaias.

Tenho a honra de apresentar a V. Ex^a a relação junta, constante de cento e oito desertores de diversos corpos, que melhor refletidos, apresentaram-se voluntariamente ao Major Isaias Antônio Alves, quando foi invadida esta província, prontos ao reclamo da Pátria e em cujo serviço continuam. Toda a equidade que esses brasileiros colham para si, um de tantos atos de amor e compaixão partidos do Trono em benefício de outros desertores.⁶⁵

A sequência de reclamações em correspondências oficiais ao secretário de Estado de Negócios da Guerra mostra a gravidade das ocorrências de praças desertoras. Porto Alegre comentou que: “[...] continuam diariamente as deserções nos Corpos do Exército e principalmente na Guarda Nacional, e tendo razões para crer que elas são filhas da impunidade”.⁶⁶ Na mesma correspondência, informa também que os desertores capturados pela esquadilha (esquadra da Marinha) nas águas do Rio Uruguai, não se importavam com o simples serviço da Marinha do que com qualquer castigo em terra (Exército) por ser mais severo.

O esforço que o governo Imperial promovia para manter os corpos do Exército era grande e a necessidade para mantê-los coesos e evitar as dificuldades que provinham do alistamento para preencher os batalhões, como as deserções, eram maiores ainda. Mas a dificuldade em manter a disciplina e a ordem no Exército imperial se devia muito pela falta de organização do próprio governo do Império em financiar uma guerra no exterior em grandes proporções. Para o Estado-maior do Exército, era preocupante e previsível as consequências da má provisão. O próprio general Osório renovava ao

⁶⁴ AN/RJ, fundo coleção diversos, correspondências sobre a Guerra do Paraguai, código 547, volume 6, folha 20, (14/11/1865).

⁶⁵ AN/RJ, fundo coleção diversos, correspondências sobre a Guerra do Paraguai, código 547, volume 7, folhas 99-102, (24/01/1866).

⁶⁶ AN/RJ, fundo coleção diversos, correspondências sobre a Guerra do Paraguai, código 547, volume 6, folha 210, (11/12/1865).

Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz os pedidos de fardamento, pois as tropas já sentem a falta dela e que a “11ª brigada, que veio de Uruguaiana, está quase nua”, assim como a brigada do Coronel Argolo e a divisão de cavalaria do coronel João Antônio do Rio Grande.⁶⁷

Sousa apresentou em seu trabalho um mapa interessante dos crimes cometidos por militares julgados pelo Conselho Supremo Militar de Justiça entre os anos de 1865-1869, constando um total de 1.149 julgamentos, sendo 358 casos de deserção, perfazendo 31,15% do quadro total relativo ao período pesquisado.⁶⁸ Um índice estatístico alto de julgamentos para deserções, o que mostra a repulsa de alistamento com a finalidade de irem à guerra desde o primeiro ano de 1865. Os soldados não desejavam tanto derramarem o seu próprio sangue em favor da pátria e os números que quantificam as ocorrências são importantes para analisar o objeto aqui pesquisado.

TABELA 2-Mapa de crimes cometidos por militares entre 1865 a 1869.

Anos	Exército (deserções)	Armada (deserções)	Justiça (deserções)	Totais (deserções)
1865	499 (170)	30 (16)	50 (23)	579 (209)
1866	104 (49)	23 (8)	20 (15)	168 (72)
1868	72 (26)	81 (1)	13 (11)	166 (38)
1869	169 (26)	8 (2)	60 (11)	237 (39)
Total	844 (271)	142 (27)	143 (60)	1.149 (358)

Fonte: “Mapa estatístico dos crimes cometidos por militares julgados pelo Conselho Supremo Militar de Justiça”. In: Relatório do Ministério da Guerra (1865/1869). SOUSA, Jorge Luiz Prata de. Op. cit., p. 60.

Ainda no ano de 1865, com uma força expedicionária formada para a libertação da Província de Mato Grosso, no relatório de administração que o conselheiro João Crispiniano Soares passou ao vice-presidente de São Paulo Joaquim Floriano de Toledo, o mesmo menciona, sobre o Corpo Municipal Permanente comandada por José Maria Gavião Peixoto que o corpo militar já estava sem utilidade antes de chegar a Mato Grosso.

As deserções foram frequentes na cidade de Campinas, e quase toda a força que marchou apresentou-se nesta cidade, dando de seu procedimento criminoso, causas que não ousou apresentar. O certo é

⁶⁷ AN/RJ, fundo coleção diversos, correspondências sobre a Guerra do Paraguai, códice 547, volume 6, folhas 127.

⁶⁸ SOUSA, Jorge Luiz Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/Adessa, 1996, p. 59-60. Apresenta uma tabela de crimes julgados pelo Conselho Supremo Militar de Justiça entre 1865 e 1869.

que o generoso oferecimento do Corpo Municipal Permanente inutilizou-se.⁶⁹

Em ofício de origem e destino desconhecido, o autor revelou que forças paraguaias ocuparam a Colônia de Coxim na província de Mato Grosso vindas do distrito de Miranda e que nada sabe de forças brasileiras de Goiás, nem de Minas e nem de São Paulo: “Se vierem, é preciso providenciar de São Paulo e de Minas que venham mantimentos por Itapera e Santa Ana de Parnayba, porque aqui já lutamos com fome.”⁷⁰

Nas memórias de Taunay, diz que o contingente do Exército em expedição marchando de São Paulo a Minas Gerais com destino à província de Mato Grosso, boa parte desapareceu devido à varíola e as deserções. As marchas eram lentas para aqueles rincões: “provinha a demora de muitas causas, sobretudo da dificuldade do abastecimento de víveres”.⁷¹ As deserções já constavam, antes mesmo de enfrentar o inimigo, tanto nas convocações como nas longas marchas.

Nos acampamentos já em território da República do Paraguai, as deserções se mantinham constantes e ainda longe de um controle eficaz do Exército. No acampamento em Itaperu, o soldado Antônio Fernandes de Souza da 1ª companhia do corpo de pontoneiros,⁷² ausentou-se sem licença em 11 de agosto de 1866 e qualificou-se a deserção um dia após, por não ter retornado ao acampamento, levando armamento, equipamento e fardamento. Falta grave para aquele que se afasta do acampamento militar sem uma licença oficial para tal fim, o que é agravado como deserção, respondendo ao Conselho de disciplina.⁷³

Outro tema relevante para a questão da deserção foi o Salvo Conduto que alguns comandantes e autoridades davam aos desertores, prontamente vistoriado pelo Ministro da Guerra, em missão especial ao Rio da Prata, para averiguar tais procedimentos no Exército.⁷⁴ Provavelmente, oficiais e membros da Guarda Nacional tinham privilégios

⁶⁹ Relatório do Conselheiro João Crispiniano Soares passou a administração da Província de São Paulo para o Vice-Presidente de 24 de julho de 1865. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1106/000006.html>>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

⁷⁰ AN/RJ, fundo coleção diversos, correspondências sobre a Guerra do Paraguai, códice 547, volume 6, folhas 23.

⁷¹ TAUNAY, Visconde. *A retirada da Laguna*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, pág. 24.

⁷² Corpo de engenharia especializada em operações de transposição de cursos de água como pontes e pontões.

⁷³ Biblioteca Nacional/RJ – Acervo Manuscrito/Coleção Mário Barreto, 34A, 03, 003 n° 009, (12/08/1866).

⁷⁴ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 05, 001 n° 021, (29/09/1866).

do salvo conduto concedido ou a isenção de punição. Um privilégio e livre trânsito para alguém próximo alto-comando.

Em 15 de setembro de 1866, o coronel José Pinto da Silva Guimarães, comandante da 5ª brigada, encaminha correspondência ao general da 3ª divisão, remetendo ao conselho de investigação o soldado Luciano Pereira de Sant'Anna da Companhia de Suavos pelo crime de primeira deserção agravada.⁷⁵ Assim como o ofício ao Comando do 2º corpo do Exército, estacionado em Curupaity, em 25 de maio de 1868, onde avisa a escolta de dois soldados desertores do 5º corpo de caçadores à cavalo, remetida pelo major e assistente José Ângelo de Moraes Rego.⁷⁶ Caxias escreveu ao Ministro da Guerra: “A deserção, em tempo de guerra, punida com necessária austeridade pelos artigos e leis militares, já havia sido praticada e continuam a sê-lo [...], havemos praças que chegaram a cometer 3 e 4 vezes tal crime”.⁷⁷ O grande número de cartas e ofícios endereçados ao alto-comando para averiguar condutas de soldados desaprovadas pelos seus oficiais faz repensar a tarefa tão árdua para manter a ordem disciplinar e união das tropas naquele momento.

Também na Marinha, não era diferente o quadro de abandono do serviço e os marinheiros sofriam com os rigores disciplinares nos navios. Um ato da legislação naval do Império, através de decisão do governo que era determinação do Imperador, transmitida perante um aviso do Ministro ou uma portaria, formalizava a penalidade para as deserções da armada. Diz o seguinte a decisão:

Decisão 437 de 11.10.1866 declara a penalidade a que ficam sujeitas as praças da Armada (oficiais, oficiais-marinheiros e artífices, marinhagem e corpo da Marinha) que desertarem ainda mesmo fora do teatro de guerra.⁷⁸

No ano que terminou a guerra contra o Paraguai, o governo imperial concedeu anistia aos desertores da Marinha com prazo estipulado de 90 dias para se apresentarem, conforme o decreto 4.502 de 2 de abril de 1870, exceto para os que desertaram para o lado inimigo.⁷⁹ Já não havia mais necessidade em arregimentar marinheiros para as

⁷⁵ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 05, 009 n° 005, (15/09/1866).

⁷⁶ IHGB – ACP/CGO, lata 253, pasta 14, (25/05/1868).

⁷⁷ AN/RJ, fundo coleção diversos, correspondências sobre a Guerra do Paraguai, códice 924, volume 2, folhas 72.

⁷⁸ CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha no Império* – vol.15. Brasília: FUNCEP, 1986, p. 322.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 329

batalhas, mas, sim, a reestruturação da instituição nas pretensões políticas e econômicas do Império do Brasil no cone sul, com o fim dos interesses do ditador Solano Lopez na bacia do Prata.

Dionísio Cerqueira participante da guerra como Voluntário da Pátria e que presenciou os principais acontecimentos na guerra contra o Paraguai, descreveu a situação nas marchas e acampamentos dos aliados:

Nas marchas seguidas que fazíamos batidos sem cessar por chuvas copiosas através de campos alagados, passando banhados imensos e vadeando arroios cheios; que comodidades podiam ter os pobres enfermos? Mil vezes as violentas refregas dos dias de batalha do que as agonias das enfermarias em marcha. As nossas circunstâncias eram desfavoráveis e só com muita previdência se poderia ter em serviço sanitário regular.⁸⁰

Nessas circunstâncias, como o próprio memorialista escreveu, não havia como exigir empenho e ânimo para seguir o intento, só com muito rigor na disciplina e melhores condições para manter o moral da tropa que a manteria coesa. Com tais perspectivas o ânimo do soldado para desertar era iminente a todo o momento. Do quartel general em São Borja, Porto Alegre ilustrou o que acontecia nos acampamentos ao Ministro da Guerra:

Participo a V.Ex^a que achando-se este Exército falta de meios pecuniários para acudir as suas primeiras necessidades, como seja pagamentos a suas praças, cuja maior parte e tem três e mais meses de dívida; para pagar a dinheiro a quantia que, na forma de contrato, tem de dar-se mensalmente ao fornecedor de víveres.⁸¹

A denúncia feita pelo ofício do presidente Homem de Mello da província de Rio Grande do Sul, em 3 de janeiro de 1868, ao Ministro da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá, comunicando que cem homens vindos de São Borja sob as ordens do capitão Bento Rolim Portinho de Moura e o tenente Antero Ferreira Cavalcanti, desertaram aos grupos, restando só oito homens. No mesmo ofício, acompanhado de cópias comprovando a denúncia, solicitou os oficiais responderem ao Conselho de Investigação devido ao procedimento incorreto para reprimir com rigor a deserção de número elevado das praças: “V.Ex^a me permitirá que chame a atenção desse governo sobre o

⁸⁰ CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980, p. 89.

⁸¹ AN/RJ, fundo coleção diversos, correspondências sobre a Guerra do Paraguai, códice 547, volume 7, folhas 123, (31/01/1866).

irregular procedimento desse oficial, a quem foi confiado o Comando da força [...] corria-lhe o dever de não tolerar, e antes reprimir com toda a energia a deserção escandalosa [...]”.⁸² A falta de uma atitude mais enérgica dos oficiais com a tropa a fim de evitar indisciplinas como a aconteceu com a força formada em São Borja para a guerra, motivou a desunião e a insurgência da tropa. O comando negligente, por muitas vezes, provocou desordens nos acampamentos.

No diário de campanha do visconde de Taunay, no Paraguai, em expedição a cordilheira entre 1869 a 1870, com data de 5 de maio de 1869, comentou que, por ordem de sua Alteza (Conde d’Eu), os corpos do Exército estavam proibidos de se afastarem além dos limites marcados. Alguns soldados se arremetiam em roças paraguaias a procura de alimentos, se expondo a imprudências de ataques do inimigo e encorajamento para deserção. Com esta medida em prática, diminuiu o número de deserções nas tropas em expedição àquela localidade.⁸³ No mesmo diário, Taunay montou mapas ao longo da campanha com observações das deserções, desertores que foram capturados e quem se apresentou espontaneamente, além da diferença ocasionada pelas deserções dos corpos o Exército. No período dos meses de abril, maio e junho do ano de 1869, o número de desertores manteve-se com frequência nas armas do Exército e mesmo com algumas capturas e a própria apresentação do qualificado desertor. O saldo dos que ainda deveriam retornar aos seus corpos foi significativo como vemos na tabela 3. Nos três meses, analisados através do diário de Taunay, notamos que do total de 236 desertores, a arma de infantaria foi que teve o maior saldo com 199 desertores e com a captura e apresentação espontânea de alguns, ainda ficaram faltando 108 desertores para retornarem a arma. A dificuldade da infantaria era até natural pelas longas marchas que deveriam ser feitas a pé, por ser a de maior contingente no Exército e também onde compunha a maior heterogeneidade humana que conseqüentemente deflagrou a maior parte das insubordinações nas forças brasileiras na guerra contra o Paraguai.

⁸² BN/RJ – Acervo Manuscrito/Coleção Mário Barreto, 34A, 05, 010 n° 018, (03/01/1868).

⁸³ TAUNAY, Visconde de. Diário do Exército: Campanha do Paraguai 1869-1870. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002, p. 47.

TABELA 3-Relação de deserções dos meses de abril, maio e junho de 1869.

Abril/maio/junho do ano de 1869	Desertaram	Desertores capturados	Desertores que se apresentaram	Faltam
Engenheiros/Artilharia	18	8	3	7
Cavalaria	19	6	1	12
Infantaria	199	68	23	108
Soma:	236	82	27	127

Fonte: Mapa demonstrativo por armas das deserções, apreensões e apresentações de desertores durante o mês de abril, maio e junho de 1869. TAUNAY, Visconde de. Diário do Exército: Campanha do Paraguai 1869-1870. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002, p. 36/97.

Os motivos para militares fugirem e se ausentarem do serviço no Exército em plena fase final da guerra era mais embasado pelas dificuldades de abastecimento de víveres e pelo desânimo. O soldado que se alistou como voluntário a serviço da pátria pensava em uma duração rápida do conflito, mas, na fase final da guerra, desejou estar fora dela quando se viu em dificuldades como o soldado Fermianno Barbosa Ramos, que era desertor do 19º corpo de voluntários da pátria, conforme ofício do tenente coronel João Batista Vidal de Almeida comenta que a praça é desertor e que o mesmo diz ser casado e tem filhos, mas que andou separado da família até o começo da reunião para o corpo.⁸⁴

Defender a honra após um conflito entre o 1º cadete do 1º batalhão de infantaria Francisco Carneiro da Fontoura Brito e o major do mesmo batalhão motivou o ato de deserção, provavelmente sabendo o cadete das consequências que estaria previsto pelos códigos disciplinares.⁸⁵ O mesmo cadete consta na resolução nº 73 de 5 de novembro de 1870 do Conselho de Estado, onde foi condenado a pena de morte por ter assassinado o cadete José Libânio de Albuquerque que o ferira com um canivete no dia 6 de janeiro de 1870, falecendo no hospital três dias após o ataque sofrido. Na fé de ofício do Exército, menciona que “o réu é de um proceder, e tanto que, além de achar-se preso no pontão Carlota quando cometeu o crime, já, por diferentes vezes, tinha sido recolhido à prisão

⁸⁴ IHGB – ACP/CGO, lata 260, pasta 13067, (11/05/1867).

⁸⁵ IHGB – ACP/CGO, lata 260, pasta 9608, (10/10/1868).

em consequência de falta de cumprimentos de deveres e de respeito aos superiores”.⁸⁶ A disciplina rígida do Exército não reduziu e nem evitou o desvio de conduta de muitos soldados na guerra contra o Paraguai. Parece que as desavenças eram comuns nos acampamentos, chegando a atitudes de enfrentamento hostil entre soldados no próprio Exército. As hostilidades e rivalidades geralmente aconteciam quando as tropas estavam estacionadas por períodos longos. Manter a coesão no Exército foi tarefa difícil para os comandos.

Devido às condições geográficas ruins para a marcha forçada e da distância do Comando das Forças do Império com a ocupação da capital da República do Paraguai, Assunção, ficava mais difícil o abastecimento via tropeiros às tropas em expedição pelo interior do Paraguai. O brigadeiro Carlos Resin, em ofício, relata a gravidade e as dificuldades para manter o moral de seus homens em seguir com a marcha. Intensificando sua explanação em ofício, no dia 12 de outubro de 1869, mencionou suas dificuldades no comando ao marechal Vitorino José Carneiro Monteiro:

São 6 ½ horas da manhã, faltaram 24 praças da 4ª Brigada, sendo 16 do 23º Corpo de Voluntários, também faltaram praças de outros corpos, tudo proveniente do mau exemplo que deram os oficiais do 23º que desertaram, e a continuada falta de farinha, e pouca carne.⁸⁷

Observa-se, pela fonte uma persistência e a firmeza de seus propósitos para a remessa de víveres aos soldados, preocupação constante do brigadeiro Carlos Resin, que segue em marcha pelas cordilheiras e, também, verifica-se que as deserções não aconteciam somente nos quadros do baixo escalão militar, porém estava sendo comum entre os oficiais e causava o mal estar pela deserção de patente superior às tropas. As motivações ainda eram, naquele momento, a alimentação escassa que gera insegurança nas tropas, mas, agora, o sentido de sobrevivência era procurar qualquer tipo de alimento em outras cercanias, mostrando o desespero constante que o soldado estava à mercê, mesmo que o meio mais seguro fosse estar em companhia de sua tropa e de seus camaradas de armas, em vez de se aventurar sozinho com o inimigo à espreita, em terras desconhecidas.

⁸⁶ PUBLICAÇÃO, Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra 1842-1872, p. 361. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>. Acesso em: 21 de agosto de 2012.

⁸⁷ IHGB – ACP/CBSB, lata 447, pasta 22, (12/10/1869).

Em outro ofício, datado em 16 de outubro de 1869, o brigadeiro Carlos Resin informa ao marechal de campo Vitorino José Carneiro que os oficiais mencionados em ofício anterior, num total de oito, encontram-se presos em Villa Rica.⁸⁸

Anteriormente, nos seguidos ofícios do brigadeiro Carlos Resin, solicitando providências para evitar a escassez de mantimentos, consta em ofício datado em 7 de outubro de 1869, do coronel Bento Martins de Menezes ao marechal Vitorino José Carneiro Monteiro, denunciando a falta de provisão como motivação para as deserções na força militar estacionada a espera de ajuda do Comando do Exército. As forças que seguiam em expedição militar pelas cordilheiras, cada vez mais no interior da República do Paraguai, marchavam em uma terra arrasada com pouquíssima produção para que lhes garantissem uma assistência alimentar, assim como para a subsistência da própria população paraguaia naquele território consumiam o que restava das plantações que ali existiam, conforme constatado por Resin.

Verá a desmoralização que principia aparecer em parte de nossa força aqui estacionada, as deserções se estão dando em frequência e com escândalo nos oficiais, sendo a consequência deles a falta de farinha e o pouco alimento de carne. V.Ex^a deve estar informado que este lugar falta recursos agrícolas e que por consequência só contamos com o que V.Ex^a nos manda, por isso que entendo que mais do que nunca devem tomar medidas fortes para que não se não reproduzem fatos tão desagradáveis.⁸⁹

Por insistência do comandante das forças imperiais na expedição das cordilheiras, o conde d'Eu, e também por desejo do governo imperial, o retorno do general Osório ao cenário da guerra, ainda se recuperando de um ferimento na mandíbula por um tiro na batalha de Avaí em dezembro de 1868, era desejado. Acreditava-se que, com volta de Osório ao teatro da guerra, levantaria o moral das tropas e retomaria as operações militares,⁹⁰ mesmo com o quase aniquilamento do Exército do Paraguai de Solano Lopez, que já era notório.

O próprio general Osório recebeu uma correspondência do chefe da 4^a divisão do Exército Argentino, Benjamin Calvete, a respeito de um desertor brasileiro reincidente, preso pelas forças argentinas no acampamento em Capivary, pertencente à

⁸⁸ IHGB – ACP/CBSB, lata 447, pasta 23, (16/10/1869).

⁸⁹ IHGB – ACP/CBSB, lata 449, pasta 25, (07/10/1869).

⁹⁰ DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 400.

Guarda Nacional desde o dia 1 de julho de 1869, chamado Manuel da Silva. No mesmo ofício, Calvete aconselha impor castigo ao desertor para a moralização do Exército.⁹¹

Nem tudo foi feito com atos de heroísmo ou com sujeitos já conhecidos pela historiografia como os comandantes na guerra, mas com o soldado anônimo que aparece em muitos casos nas fontes manuscritas dos arquivos com o fator de indisciplina e insubordinação.

As muitas deserções durante o alistamento para a guerra e dentro do teatro de guerra contra a República do Paraguai tiveram como motivações as condições médicas e sanitárias, devido à insalubridade dos terrenos, onde os soldados estiveram em marcha e nos acampamentos, assim como em alguns períodos de expedição em que verificou a falta de racionamento alimentar adequado para os soldados, tendo que muitas vezes procurar alimentos fora dos acampamentos se expondo o inimigo. Também o serviço duro no Exército foi um fator preponderante para as deserções, pois a forma rígida militar e a obediência ao tipo de conduta na caserna com práticas de punições corporais, mediante oficiais com vícios de uma sociedade escravista e predominante voltado para o poder oligárquico, não satisfaz o corpo de voluntários adquiridos de diversas camadas sociais pelo Império do Brasil, gerando resistências aos comandos militares, já que uma grande parcela dos arregimentados idealizavam a sua inclusão social e o sonho da liberdade através do engajamento no Exército brasileiro.

2.2 – Ordem unida: prisões e castigos.

O perdão ou minoração das penas impostas aos réus com que os agraciar o Poder Moderador não o eximirá da obrigação de satisfazer o mal causado em toda a sua plenitude.⁹²

Michel Foucault comenta que o soldado do século XVII se descrevia como alguém que se reconhece de longe com os sinais naturais de vigor, coragem, orgulho, honra e seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia, aprendendo aos poucos o ofício das armas; e no século XVIII, o soldado tornou-se algo que se fabrica em um corpo inapto, corrigindo aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada de cada parte do corpo, tornando-se um corpo disponível e utilizado. Os anos dos

⁹¹ IHGB – ACP/CGO, lata 253, pasta 52, (01/11/1869).

⁹² Código Criminal do Império do Brasil, Título II, Das Penas, Capítulo I, Da qualidade das penas e da maneira como se hão de impor e cumprir.

setecentos, o soldado é o objeto dos esquemas de docilidade. Foucault diz que as disciplinas são métodos que controlam minuciosamente as atividades do corpo, realizando a sujeição constante de suas forças e lhes impondo uma relação de docilidade-utilidade. O corpo humano nasce, através da disciplina, uma nova relação mais obediente, formando-se uma política da coerção que é o trabalho sobre o corpo como uma manipulação calculada dos comportamentos do indivíduo. E ainda, a disciplina fabricaria corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” sujeitos ao poder político.⁹³ Logo o domínio que os métodos disciplinares, não só nos quartéis, mas também em outras instituições, através da coerção num determinado grupo específico como as forças militares, faria objetivar o corpo construído pelas regras que modelam o soldado ideal, coeso e “dócil” para obedecer.

Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos. [...] Diferentes também da domesticidade, que é uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão, seu “capricho”.⁹⁴

Segundo Foucault, o controle disciplinar vigente até os nossos dias em outros ambientes não só no quartel, mas também no hospital, na escola, na fábrica, na igreja, é utilizado pelo poder político sobre as pessoas. Há uma distribuição de pessoas para as suas áreas específicas. A disciplina, às vezes, exige o encarceramento de “vagabundos” e “miseráveis” e a formação do quartel fixa a corporação militar para impedir a pilhagem e as violências, evitar conflitos com autoridades civis e cessar as deserções. Foucault diz que é “preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa [...]; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração”.⁹⁵

Os desvios de conduta são passíveis de penalidades: “O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto ser essencialmente corretivo. Ao lado das punições copiadas ao modelo judiciário” (multas, açoite e masmorra).⁹⁶

⁹³ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 117.

⁹⁴ Ibid., p. 118.

⁹⁵ Ibid., p. 122-123.

⁹⁶ Ibid., p. 150.

Não há intenção em uma discussão com conceitos de Foucault, mas, utilizar a ideia bem trabalhada pelo filósofo sobre a questão dos meios disciplinares que são importantes para entender os mecanismos de coerção nos corpos militares como as forças do Império do Brasil na guerra contra o Paraguai e seus métodos de coibir as insubordinações que tanto preocuparam os comandantes das tropas.

A ideia central sobre “docilidade” que Foucault emprega, assim como a finalidade que as ordens disciplinares se impõem ao indivíduo, o que de certa forma serve para manter a ordem do poder central, e por que não, das elites que governam a nação, faz refletir como foi a formação da sociedade brasileira escravista com toda a sua estrutura para conter os ânimos da escravaria nas grandes fazendas produtoras, desde a colônia ao Império. Voltar um pouco o tempo atrás ajuda a compreender os significados dos meios coercitivos empregados tanto para os cativos como para os alistados do Exército e da Marinha no ambiente da guerra contra o Paraguai. Sabe-se também que a presença de muitos alforriados nos quadros das forças imperiais contribuiu para preencher os batalhões e manter a guerra.

Algumas discussões foram propostas para resolver, até mesmo organizar, o problema da escravidão no Brasil, após a emancipação brasileira da metrópole portuguesa, principalmente com o firme enalço aos traficantes negreiros que os navios ingleses impunham pelo *Bill Aberdeen*⁹⁷, pois havia a preocupação de uma possível ocorrência do término total do tráfico de escravos no Brasil e a dúvida como fazer para administrar a população escrava nas fazendas agrícolas em todo o país. Preocupação também de José Bonifácio de Andrada e Silva em proposta à questão da escravatura no Império do Brasil tinha como dúvida a sua segurança mediante os acontecimentos em São Domingos⁹⁸ escreveu em sua *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*: “Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?” – palavra de Bonifácio – e ainda termina seu

⁹⁷ Lei Bill Aberdeen, promulgada em 08 de agosto de 1845 e de autoria do Lord Aberdeen, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, autorizados os navios de guerra britânicos a perseguirem, inclusive em águas territoriais brasileiras os navios negreiros e transferia exclusivamente para os tribunais britânicos o julgamento dos traficantes negreiros como piratas pelas leis britânicas.

⁹⁸ A revolta na colônia francesa em São Domingos, uma ilha no Caribe, iniciada em 1791 com uma rebelião de escravos tendo por principal combatente Toussaint-L’ouverture. L’ouverture aceita a proposta francesa com privilégios e cargos foi traído, preso em 1802, tendo morrido em 1803 na prisão. Continuou a resistência o seu lugar-tenente Jean-Jacques Dessalines, um ex-escravo, derrotando as tropas francesas em 1804 e proclamando a independência de Saint-Domingue com o nome de Haiti.

projeto com a frase de efeito que levantava toda sua preocupação referente ao tema: “Tema o Brasil que se formem novos Palmares de negros!”.⁹⁹ Tal projeto não chegou a ser incluído em pauta na Constituinte devido à dissolução da Assembleia por D. Pedro I,¹⁰⁰ mas gerava preocupações das elites brasileiras.

A reafirmação do escravismo no Império do Brasil foi necessária para a produção cafeeira brasileira e com condições favoráveis para sua alavancagem no mercado externo, principalmente o crescente mercado dos Estados Unidos, o maior comprador do café brasileiro. Através deste quadro propício em que uma nova fonte de renda como geradoras de divisas para o Império, surgiram os manuais de administração de conteúdo agrônomo e como meio orientador para a propulsão da produção agrícola de gestão escravista no Brasil. Seus autores, senhores de escravos, elaboraram teorias originais do assunto como contemporâneos da sociedade dos oitocentos.¹⁰¹ O importante é tratar das várias formas disciplinares representadas pelas punições e castigos aplicados ao escravo nas fazendas agrícolas, determinando suas semelhanças, diferenças ou relações aos métodos coercitivos nas forças militares do Império do Brasil durante a guerra contra o Paraguai.

Uns dos mais importantes, o *Manual do agricultor brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay¹⁰², produzido na primeira metade do século XIX, vincula uma teoria de militarização da gestão escravista, em sua visão, uns dos principais pontos para que os proprietários fizessem os escravos cumprirem com seus deveres, seria a aplicação do medo: “O medo, e somente o medo, aliás, empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista”.¹⁰³ A imagem do militar/senhor está presente no manual que escreveu, com muitas regras disciplinares, mais parecem voltadas para um ambiente de caserna do que uma fazenda agrícola. Continua Taunay com seus argumentos sobre uma rigorosa disciplina a ser aplicada a escravaria: “[...] é

⁹⁹ SILVA, José Bonifácio de Andrada, Miriam Dolhnikoff (org). *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 45.

¹⁰⁰ Em maio de 1823, uma Assembleia Constituinte com deputados das províncias brasileiras, reuniu-se na Corte do Rio de Janeiro para elaborar uma Constituição para o Brasil. Os deputados aprovaram um projeto de Constituição que limitava os poderes de D. Pedro I, proibindo-o de dissolver a Câmara dos Deputados, gerando uma reação de D. Pedro I que mandou soldados para fecharem a Assembleia e prenderem os deputados reunidos.

¹⁰¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 262-268.

¹⁰² Carlos Augusto Taunay, ex-major do exército francês de Napoleão, lutou na Bahia com forças brasileiras militares pela independência do Brasil.

¹⁰³ TAUNAY, Carlos Augusto. MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 54.

preciso sujeitá-los a uma rigorosa disciplina, e mostrar-lhes o castigo inevitável. Sem este meio não haverá exército de mar ou terra”.¹⁰⁴ Para Taunay, quanto maior o rigor e com os castigos sempre à vista, maior a prosperidade do estabelecimento. A coação tem-se pela vigilância assídua, impondo o medo: “O medo, como já observamos e provamos, é o único meio de obrigar os escravos a cumprirem com o dever que a sua condição lhes impõe”.¹⁰⁵

A visão Taunay era de um militar do século XIX com rígidos métodos disciplinares e de coação aos cativos foi para a sociedade escravista da época o fiel meio de instrução de uma boa fazenda industriosa e próspera. E mais ainda, determina a quantidade de chibatadas a serem dadas ao escravo punido para cada crime cometido dentro da fazenda.¹⁰⁶ Esta era a ordem disciplinar coercitiva do sistema escravista, mesmo assim tinha a preocupação em manter o cativo, que era um investimento, caro, “razoavelmente tratado” para a serventia.

Segundo Rafael Marquese, em sua pesquisa feita aos manuais administrativos de escravos, comenta que Taunay procura valer a imagem de regime militar parecido com um acampamento militar, caracterizando um padrão ideal de gerência de propriedade escravista, mas que o autor reconhecia que se aumentasse o nível de tensão na propriedade ocorreria o risco, pois embrutecem em vez de corrigir o punido.¹⁰⁷ A preocupação seria não elevar os meios punitivos sem uma prévia “sentido de justiça”, mas o que o autor temia, e que todos senhores temiam, era uma revolta escrava na propriedade devida aos excessos de castigos.

Através de toda a explanação sobre a necessidade de aplicar uma regra coercitiva no século XIX e com o iminente fim do tráfico negreiro, assim como, observado no *Manual do agricultor brasileiro* e a busca de Foucault - que fez referência ao corpo “dócil” em *Vigiar e punir* – ajudou no entendimento das relações desta sociedade ambientada a uma justiça amparada na lei que rege o país diante do que foi o chamamento à pátria no alistamento forçado para a guerra contra o Paraguai, os Voluntários da Pátria. Os medos dos soldados brasileiros em território inimigo, a busca pela sobrevivência na falta de provisões e até a procura pelo sexo feminino, somam a

¹⁰⁴ Ibid., p. 55.

¹⁰⁵ Ibid., p. 66-67.

¹⁰⁶ Ibid., p. 68.

¹⁰⁷ Id., *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, p. 272-275.

uma rígida regra disciplinar das forças do Império do Brasil para manter a ordem num momento em que a desordem fez presente no acampamento militar das forças do Império do Brasil. Como manter a ordem em um grupamento militar com todas as privações possíveis? As insubordinações são devidas aos reflexos que os soldados viram e sofreram nos acampamentos? Os ofícios solicitando prisão e castigos como formas de coerção no Exército, são primordiais para entender o que foi a vida no acampamento em plena guerra contra o Paraguai. Analisar o meio social da guerra, mostrando o nome de um soldado ou de um oficial inferior, da “gente miúda” das tropas, sem ser o comandante, o general, o marechal, é como ser um testemunho nos autos do processo militar, mesmo que o soldado incluído no processo ou na ordem de serviço, seja culpado, constituirá a base para compreender os mecanismos de resistência de muitos soldados. O documento deve ser criticado e analisado como um todo, como escreveu Marc Bloch: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.¹⁰⁸

Na Lei nº 602 de 1850, referente à nova organização da Guarda Nacional do Império do Brasil, no Título V sobre parte penal, Capítulo I, artigo 92 diz que os comandantes de postos ou guardas poderão empregar contra os Guardas Nacionais em serviço as penas especificadas na lei:

1º Poderão fazer dobrar sentinela, havendo, todavia, a folga de uma libra entre uma e outra, a qualquer Guarda Nacional que não tiver acudido ao chamamento, ou se tiver ausentado do posto sem ordem.

2º Poderão reter presos no corpo da guarda, até o seu rendimento, aqueles que se tiverem embriagado, ou que fizerem alarido empregarem vias de fato, ou provocarem desordens ou violências, sem prejuízo da remessa ao Conselho de Disciplina, quando pela falta cometida tenham incorrido em maior pena.¹⁰⁹

No artigo 97 da Lei 602, consta que penas são ministradas com a prisão até oito dias, estando oficial, oficial inferior, cabo ou guarda, segundo gravidade do caso como: desobediência ou insubordinação; falta de respeito ou emprego de palavras ofensivas ou injuriosas aos seus superiores; insultos ou injurias aos seus subordinados ou abuso de autoridade; omissão de algum serviço determinado ou infração das regras do serviço e

¹⁰⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 65.

¹⁰⁹ Lei nº 602 de 1850. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-602-1850-559843-publicacaooriginal-82255-pl.htm>. Acesso: 15 de agosto de 2012.

embriaguez. Conforme consta no artigo 98 da referida lei, que qualquer dos casos do artigo 97 o crime for “agravado pela reincidência, ou por alguma circunstancia que requeira maior punição, será o negocio remetido ao Conselho de Disciplina, que poderá impor a pena de prisão até dois meses”.¹¹⁰

Já o artigo 101, o último do capítulo referente às penas sujeitas, estabelece que a aplicação das penas “não isenta os Oficiais, Oficiais inferiores, Cabos e Guardas Nacionais de qualquer outra, em que incorrerem por crimes de diversa natureza, ainda que cometidos em ato de serviço”.¹¹¹

O castigo “exemplar” com a finalidade de gerar e administrar o homem “dócil” não serviu como modelo para os corpos militares que foram para a guerra contra o Paraguai. Notam-se grande resistência da soldadesca e da marinhagem, desde os alistamentos forçados no início da guerra, que são respostas às insatisfações através das deserções, das muitas insubordinações, de todos os tipos variados de indisciplinas que ocorreram ao longo da guerra, mesmo com a aplicação de meios coercitivos às praças e aos marinheiros, continuaram a ser presenciado, todos os meios indisciplinares que em um grupo tão heterogêneo é capaz de produzir, ou melhor, criando diversas socializações entre os diferentes grupos sociais nos acampamentos militares da guerra contra o Paraguai. Não se produziu um corpo “dócil” nos quadros militares, em plena guerra, como em qualquer comando de uma força nacional almeja controlar; e ainda por cima, em formação como foram as instituições militares no Brasil do século XIX. As relações entre soldados e oficiais foram conflitantes, mesmo que mediante uma ordem coercitiva militar vigente naquele período.

Muitas dessas relações sociais conflitantes já eram evidentes antes mesmo de entrarem em confronto direto com o soldado paraguaio. O ideal era a motivação nas campanhas de alistamento voluntário para enfrentar o inimigo, mas a resistência já começou no início da guerra no ano de 1865. Nas marchas em pleno território brasileiro, ou aquartelado, ou em direção ao território da República do Paraguai nas duas frentes, por Corrientes na República Argentina e pela Província de Mato Grosso, conforme as dificuldades surgiam nas marchas, às reações foram diversas e latentes por parte dos soldados brasileiros.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

No decreto nº 1900 de 07 de março de 1857, sobre o novo regulamento do Corpo de Saúde do Exército, aprovado e assinado pelo então marquês de Caxias, há dois artigos no capítulo X que referem ao exame físico que o cirurgião deverá se comprometer aos castigados. Trata-se de um regulamento com condutas militares legais para época e que mostram a prática coerciva para o indisciplinado no Exército. O castigo corporal tinha uma ordem e organização detalhada para a correta aplicação no corpo do indisciplinado como segue:

Art. 76. Sempre que houver de ser aplicado castigo corporal a alguma praça, o Cirurgião militar de serviço no Corpo será chamado para assistir a ele; e então examinará se o estado físico ou patológico do indivíduo admite o castigo que tem de se lhe infligir, sem ficar comprometida gravemente sua saúde no presente ou no futuro. Se o castigo for incompatível com o estado físico ou patológico do indivíduo, o Cirurgião do serviço emitirá esse juízo por escrito motivando-o.

Art. 77. O Cirurgião militar que emitir um juízo manifestamente falso em relação a castigos corporais, será por ele responsabilizado conforme o disposto no Art. 2º dos de guerra do Regulamento Militar de 1763; ou esse juízo tenda a subtrair o criminoso a um castigo compatível com seu estado, ou a que se lhe aplique esse castigo de modo que sua vida perigüe no presente ou no futuro.¹¹²

Em documento datado de 4 de junho de 1865, no acampamento em marcha do Corpo de Guarnição de Minas, na cidade de Piumhy (sic), como cita o autor do ofício Francisco de Souza Mascarenhas ao comandante da brigada mineira, coronel José Antônio da Fonseca Galvão informa que tem havido castigos corporais em dois soldados a saber: soldado da 1ª companhia, Joaquim Alves de Brito e o outro soldado da 2ª companhia, José Manoel Pereira, por ter ambos se embriagado e faltado com respeito em presença de oficiais e praças.

Tendo sido sentenciados o primeiro a quarenta pancadas de prancha e o segundo a trinta cujos castigos se fizeram na Fazenda de Ponte de Pedra no dia vinte e nove do mês com as formalidades do estelo [sic], tendo o primeiro sofrido 30 e o 2º 20 pancadas de espada de prancha em virtude do Médico ajudante ter declarado que os mesmos não podiam ser castigados conforme aderirão no referido conselho.¹¹³

¹¹² DECRETO Nº 1900 de 1857, - Novo Regulamento do Corpo de Saúde do Exército. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=60517&norma=76388>>. Acesso em: 02 de outubro de 2012.

¹¹³ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 05, 005 nº 004, (04/06/1865).

As formalidades que são tratadas em documento oficial entre os comandos são provas de meios lícitos e adotados aos olhos da sociedade imperial nos anos oitocentos. Era uma prática estabelecida com toda competência e que o oficial encarregado conduzia a execução dos castigos. Vemos que a coerção não induzia o medo nos subordinados, mas, sim, a insatisfação, as dúvidas, os desejos, o desânimo que eles sentiam é que conduzia para as práticas indisciplinadas. Os nomes dos soldados acusados são de extrema importância, pois são também os principais participantes do período de guerra e não apenas lembrados como praças, soldados, marinheiros ou voluntários. E mesmo que em estado de humilhação, em processos, nas sentenças, nas punições serão lembrados pelos seus nomes e não como mero coadjuvante ou membro de um batalhão na guerra contra o Paraguai.

Bebida alcoólica é um fator indisciplinar grave na instituição militar e na guerra contra o Paraguai que não deixou de estar presente, motivado pelo amplo comércio vivandeiro que acompanhava o Exército. A embriaguez por bebida alcoólica afeta não só o rendimento do soldado como põe em risco sua própria vida e de outros soldados, tanto em serviço militar como em período de folga causando alguns problemas indisciplinados fora do acampamento militar. Na corporação militar, o soldado sob os efeitos do estado ébrio, está predisposto a punições exemplares do código militar para manter a ordem nos batalhões do Exército. Foi o que aconteceu com o alferes em comissão do 2º corpo de Voluntário da Pátria, Florentino Gomes Porto, em 24 de julho de 1865, em Ayuy, no Uruguai, provado em conselho de investigação “sendo dado não só ao vício de embriaguez, como negligente no cumprimento de seus deveres, e relaxado nos seus uniformes”; conforme na ordem do dia nº 62, sob o comando do general Osório. Como consequência dos seus atos foi dispensado da comissão e do serviço do Exército.

A bebida alcoólica conhecida por encorajar, elevar a sensação de prazer momentânea e também uma forma de fuga para os desprazeres, juntamente em um ambiente de guerra é gerador de conflitos nas grandes agrupamentos humanos. O amplo comércio na retaguarda das tropas e a facilidade para a compra da bebida alcoólica, além de amenizar e socializar diferentes segmentos da sociedade imperial fez aumentar as desavenças e rixas que eram postas em prática nos acampamentos. O exemplo do tenente coronel comandante João Clemente Godinho do 17º corpo provisório de cavalaria e do capitão Benjamin Constant do Amaral, que foram insultar e derrubar a

barraca do major Manoel dos Santos Cardoso de Muniz do mesmo corpo, visivelmente embriagados, ocasionando mal estar entre a corporação.¹¹⁴

Sobre a quantidade de prisões que exigia procedimento burocrático mais ágil, o próprio general Osório já havia reclamado a falta de certidões de assentamentos ou fé de ofício para andamento dos processos a fim de evitar aglomerações de presos na guarda do exército, devido a utilização de soldados que estão no serviço do Exército para guardar presos por insubordinação. O Conselho Supremo Militar emitiu parecer:

Que é normal tudo quanto concerne à guerra em que se acha empenhada a honra nacional, não pode haver nos Corpos, ora existentes no teatro de guerra, escrituração regular; que a necessidade imperiosa de fazer a guerra ativa, pronta e eficaz, para fazer triunfar a razão e a justiça, faz comportar todos os meios de ação e os mais poderosos de todos são: a disciplina e a ordem. Que deve ser pronta a punição dos crimes cometidos no correr das operações e movimentos militares, e julgados como peças que se hajam ali obtido, ou se poderem de pronto alcançar. E que havendo no Exército criminosos por atos não ali praticados, e mesmo anteriormente, prescinda-se também para com esses das peças que a legislação relativa manda juntar aos processos, e desses criminosos os que forem de crimes muito graves, podem ser remetidos para esta Corte, afim de que, em tempo competente, respondam ao Conselho de Guerra; não se devendo sob nenhum pretexto inutilizar soldados que estão no teatro da guerra para guardar criminosos.¹¹⁵

Em Montevidéu, capital do Uruguai, país aliado ao Império do Brasil, um soldado do 11º corpo de Guarda Nacional do Rio Grande, foi assassinado pelo oriental (uruguaio), Juan de Dias Peres, no dia 30 de dezembro de 1865, que aproveitando do estado de embriaguez em que se achava o dito soldado brasileiro, foi ferido na cabeça e espancado, ocasionando-lhe a morte vinte e quatro horas depois. Tal desfecho foi solucionado com a imediata prisão pelas autoridades uruguaias locais, conforme ofício do barão de Porto Alegre ao Ministro de Negócios da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz.¹¹⁶ Em outro acontecimento fora dos acampamentos em Montevidéu, o coronel Felipe B. de Oliveira Nery acusa, em ofício, o fato ocorrido no dia 20 de fevereiro de 1866, em que dois cabos e um soldado empregados no hospital da capital uruguaia, mataram dois indivíduos, sendo um espanhol e um uruguaio, além de outro uruguaio ter

¹¹⁴ IHGB – ACP/CGO, lata 252, pasta 36, (20/10/1868).

¹¹⁵ AN/RJ, códice 547, volume 6, folha 238, Fundo coleção diversos: correspondências sobre a Guerra do Paraguai, (05/12/1865).

¹¹⁶ AN/RJ, fundo coleção diversos, correspondências sobre a Guerra do Paraguai, códice 547, volume 7, folhas 34, 133, 135 e 137, (14/01/1866).

ficado ferido gravemente. As praças brasileiras presas foram indicadas ao Conselho de Investigação.¹¹⁷

A punição chegou também ao Hospital de Sangue brasileiro, em Corrientes na Argentina, onde eram hospitalizados os enfermos e feridos das forças imperiais, mas, desta vez, as acusações são devidas às práticas abusivas do médico Dr^o Francisco Mendes de Amorim no hospital. Em ofício datado de 24 de julho de 1866, o cirurgião-mor do Exército, Dr^o Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, em resposta ao aviso do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra o Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz.

Dando cumprimento ao Aviso reservado de V. Ex^a de 5 do mês findo relativo ao castigo de bolos mandados dar a alguns doentes no hospital de Saladeiro pelo Dr^o Francisco Mendes de Amorim, que mandava também carregar com armas e sacos de areia, outras praças enfermas, tenho a informar à V.Ex^a que infelizmente o fato se deu [...]. Não procedi ulteriormente contra ele por que o seu insólito procedimento já estava afeito a autoridade de sua Ex^a o Sr^o General Osório, que me parece nada poder resolver a respeito por ter falecido o referido Dr^o Amorim.¹¹⁸

O tal procedimento insólito do Dr^o Amorim para com os enfermos, de forma intimidatória e como corretivo pelas faltas cometidas pelo soldado, são semelhantes aos aplicados para os escravos pelos seus proprietários ou, até mesmo, nas escolas normais da época. Fora do alcance do alto-comando militar, o médico expande sua autoridade na área da medicina, ferindo a ética, para a coerção militar contra soldados baixados no hospital. Acompanhando o mesmo ofício uma cópia acusando a recepção datada de 01 de março de 1866 sobre este fato ocorrido meses antes da decisão definitiva. A mesma contém resposta do Dr^o Jayme Gomes Robison em defesa do acusado, informando que “não é exata esta notícia que alguém talvez desafeto dos médicos deste estabelecimento”, mas, ao mesmo tempo, não desmente o que aconteceu: “entre tantos oficiais que têm querido fazer a campanha neste hospital e não achando apoio por parte dos médicos tem procurado este meio desacreditar o estabelecimento aludindo ao que foi mera ameaça um castigo desprezível”.¹¹⁹

¹¹⁷ AN/RJ, códice 547, volume 7, folha 238, Fundo coleção diversos: correspondências sobre a Guerra do Paraguai, (28/02/1866).

¹¹⁸ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 05.001 n^o 026, (24/07/1866).

¹¹⁹ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 05.001 n^o 026, (01/03/1866).

A prática de castigos contra praças com histórico indisciplinar nos acampamentos é uma questão importante para entender as diversas insatisfações geradas num meio hostil e completamente adverso, ao dos seus lares ou aos meios de vida de origem dos voluntários. A coerção aos subordinados das forças militares na guerra contra o Paraguai esteve até como pena capital para o condenado.

Em 1866, um pouco mais de um ano de conflito contra a República do Paraguai, Dionísio Cerqueira escreve, em suas reminiscências, sobre o suplício de dois soldados moços e brancos, acompanhados de um capelão, médico e de escolta. A pena para os dois soldados acusados de terem atacado um oficial estrangeiro era a pena capital, conforme previsto no 18º artigo de guerra. A aplicação do castigo consistiu no açoite com duas “espadas de prancha” que não tinha ponta e nem gume até a morte na presença da tropa formada.

As duas espadas reluziram ao mesmo tempo e caíram sobre os ombros largos daquele mancebo atlético. Em poucos instantes, aos golpes, que se sucediam num ritmo fatal, a camisa voou em tiras avermelhadas e as costas brancas tingiram-se de sangue rubro, que esguichava. Cruzaram as mãos e estrincou [sic] os dedos de dor. Os corneteiros iam se substituindo aos pares e as espadas continuavam a cair surdas e pesadas, sobre a massa sanguinolenta das carnes maceradas.¹²⁰

Conforme Cerqueira, o castigo para o primeiro suplicado continuou quando o médico tomou o pulso do soldado depois de mil pranchadas: “O pulso batia ainda e o coração do desgraçado ainda latejava. O castigo devia prosseguir.” O suplicado faleceu com mil e quinhentas pranchadas. O segundo a receber o castigo recebeu mil e oitocentas pranchadas.¹²¹

Outro combatente da guerra contra o Paraguai que deixou memórias da campanha, mas como aliado, foi o capitão do Exército argentino, Francisco Seeber, que mencionou em cartas endereçadas ao um amigo, ter visto ao passar em frente a um batalhão brasileiro se impressionou com o castigo a um soldado do Exército brasileiro. Na carta XII: “[...] pasamos por frente a un batallón brasileiro, delante del cual un soldado fué azotado, ló que nos impresionó desagradablemente”.¹²² Apesar da impressão do capitão Seeber da aplicação do castigo no Exército brasileiro, entende-se

¹²⁰ CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980, p. 91-92.

¹²¹ *Ibid.*, p. 93.

¹²² SEEBER, Francisco. Cartas sobre la Guerra del Paraguay 1865-1866. Buenos Aires: Talleres Gráficos L.J.Rosso, 1907.

uma interpretação contraditória ou até preconceituosa, visto que o próprio Exército argentino adotava tais práticas com severidade aos seus comandados.

Para Foucault, “o suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento”¹²³ e o código militar naquele momento impunha as medidas cabíveis para punição do condenado, mesmo que severo e o resultado final com a morte do suplicado, tem como função expor o sofrimento do corpo e guardar na lembrança dos que presenciaram que há um código a ser respeitado.

As petições de graça ao Imperador D. Pedro II foram costumeiras e de grande número como recurso de anulação para a pena capital. Através da graça do monarca, muitas sentenças foram aliviadas para penas mais brandas a pena anterior sentenciada. Assim procedeu o alferes Luiz Gabriel de Paiva solicitando petição de graça ao Imperador, mas anteriormente em correspondência particular a sua mãe, Anna Delphina de Farias Paiva, fosse ao Imperador e que a mesma implore e peça de joelhos o perdão em seu nome, pois foi sentenciado a fuzilamento, acusado de ter abandonado seu posto em combate sem resistência a uma força paraguaia no dia 26 de agosto de 1867 (ver anexo 3).¹²⁴ No Conselho de Estado, pela resolução nº 33 de 6 de junho de 1868, o acusado tem sua pena à morte comutada para prisão com trabalho a toda sua vida. Foi condenado pelos juízes em primeira instância e concedida à clemência do Imperador por ser o réu moço e inexperiente, e também por estar sua cavahada em um mau estado (magros) e os recrutas que estavam ao seu comando, eram em sua maioria sem prática do serviço e não inspiravam confiança para combater forças superiores ao pelotão.¹²⁵ Em resolução nº 89 de 26 de julho de 1871, através dos requerimentos de D. Anna Delphina de Farias Paiva e numerosos habitantes do Rio Grande e Pelotas, solicitaram perdão das galés (trabalhos forçados) perpétuas para seu filho, o ex-alferes Luiz Gabriel Paiva que cumpria a sentença na fortaleza de Santa Cruz. Ainda constou no parecer que, na época, o sentenciado foi condenado para que não reproduzissem semelhantes fatos, ou seja, para dar exemplo. Em parecer da seção:

Atendendo as razões por ela já ponderadas na primeira consulta e que motivaram a comutação da pena primitiva; às circunstâncias de estar o réu Luiz Gabriel de Paiva preso há quase quatro anos e da perda do posto; o que importa em não pequena pena para um jovem brioso; ao

¹²³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 31.

¹²⁴ IHGB – ACP/Coleção General Osório, lata 243, pasta 10071, (19/02/1868).

¹²⁵ PUBLICAÇÃO, Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra 1867-1872, p. 100. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>. Acesso em: 21 de agosto de 2012.

seu bom comportamento anterior e posterior o fato que originou a sua condenação; a avançada idade de sua desventurada mãe viúva, cuja suplicada é corroborada pelo crescido número de cerca de 2.000 habitantes das cidades do Rio Grande.¹²⁶

Também foi utilizada a petição de graça pelas praças Etelvino Américo Fernandes, Francisco Antônio das Chagas, Raymundo Francisco dos Anjos, Manoel Dutra dos Santos e Luiz Francisco Dias, condenados com a pena capital por crime de deserção em tempo de guerra. Esclarece a resolução comparando ao artigo nº 51 dos da guerra da armada que pune com cinco anos de galés a deserção em tempo de guerra dos marinheiros e grumetes, reservando as penas de mortes a deserção para o inimigo (art. 37). Por este motivo a seção de justiça entendeu que a pena capital somente infligisse na deserção para o lado inimigo ou rebelde. O parecer concluído foi para vinte anos de prisão com trabalhos para os dois primeiros condenados e os outros condenados a dez anos de prisão também com trabalhos. No mesmo processo foi mencionado que o marquês de Caxias não emitiu opinião sobre o merecimento das petições de graça.¹²⁷

A execução no acampamento de um soldado do 10º batalhão de infantaria que feriu com três golpes de faca o tenente ajudante, a qual o Imperador resolveu não dar a graça serviu para “salutar influência na moralidade”. Em provável correspondência de Caxias ao Ministro da Guerra João Lustosa Paranguá, foi confirmado à execução do soldado e expõe sua opinião aos recrutados de origem escrava nos corpos do exército.

V. Ex^a sabe que, infelizmente, tem hoje a honra de acharem nas fileiras do exército brasileiro muitos soldados, que deixaram os ferros da escravidão, para se contribuírem defensores e guardas da honra e dignidade da Nação Brasileira. Infelizmente é também verdade sabida que a maioria desses indivíduos constituía tudo quanto à escravidão encerrava em si de mais objeto e degradado, [...]. Manter a ordem e disciplina sustentara subordinação e obediência com elementos tais é difícilimo. [...] chamo respeitosamente a atenção de V. Ex^a ao tempo em que a clemência e a brandura vêm tirar a Lei sua severidade neste acampamento, conserva ela todo o seu valor no campo dos argentinos, nossos aliados, onde o fuzilamento pelo crime de deserção se pratica. [...] A humanidade folgará por certo no acampamento brasileiro, mas a justiça não: e é dessa que carecemos.¹²⁸

¹²⁶ PUBLICAÇÃO, Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra 1867-1872, p. 436. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>. Acesso em: 21 de agosto de 2012.

¹²⁷ PUBLICAÇÃO, Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra 1867-1872, p. 50. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>. Acesso em: 21 de agosto de 2012.

¹²⁸ AN/RJ, códice 924, volume 2, folha 73, cartas reservadas e confidenciais referentes a Guerra do Paraguai, fundo coleção diversos.

Prisões e punições devido às insubordinações não aconteciam somente aos soldados, como observado em grande parte das fontes manuscritas, essa conduta disciplinar recaía também aos oficiais com patentes inferiores do escalão do alto-comando. A repreensão e prisão do capitão Firmino Maria Martins do 16º corpo de cavalaria da Guarda Nacional por falta e insubordinação cometidas, conforme Ordem do dia nº 10, datado em 7 de março de 1868, no acampamento de Tuyu-Cuê, a mando do coronel comandante Antônio Jacinto Pereira Junior que reprovou o ato do dito capitão do 16º que comandava um piquete, devido ao espancamento do cabo Inocêncio Rodrigues da Silva que se achava fazendo serviço de castigo e não estava sob o comando do capitão Martins. Tal procedimento abusivo e prontamente reprovado pelo coronel comandante, assim qualificando o ato como “ignorante” e podendo influir na desmoralização do corpo: “[...] do mesmo modo que devem ser punidas as faltas, do mesmo modo que devem ser reprimidas as injustiças, pois uma praça rebaixada do posto por 30 dias e preso fazendo serviço, não podia ser aviltada com um ato reprovado castigo”.¹²⁹ Na observância do coronel Pereira Junior sobre o tal procedimento do capitão Martins contra o cabo rebaixado, e já cumprindo um serviço de castigo no acampamento, estaria bem atualizado para um código de ética nas corporações militares, mas com uma visão mais específica ao capitão Martins sendo o próprio de patente da Guarda Nacional e visto que esta formada por uma milícia oligárquica, criada no conturbado período regencial do Brasil através de uma sociedade escravista, o seu ato seria em seu pensamento normal e não abusivo.

Em Tibicuary, no Paraguai, o marquês de Caxias, comandante exigente da ordem disciplinar no Exército, insatisfeito com os inúmeros pedidos de petição de graça e falta de rigor para crimes cometidos pelos soldados, escreve ao Ministro da Guerra ao Ministro da Guerra.

Não terminarei, porém este ofício, sem tratar ainda de um outro ponto, sobre que já escrevi a V. Ex^a, refiro-me as comutações por penas menores da de morte, a que tem sido condenadas muitas praças do Exército, que hão cometidos crimes da mais gravidade. Pede minha lealdade que eu declare a V. Ex^a que ao partir para o teatro de guerra, me foi oferecida a necessária autorização para independente do recurso de Graça, mandar executar a pena de morte, que tivesse sido imposta a réu de certo e determinado crime.¹³⁰

¹²⁹ IHGB – ACP/Coleção General Osório, lata 253, pasta 20, (07/03/1868).

¹³⁰ AN/RJ, fundo coleção diversos, cartas reservadas e confidenciais referentes à Campanha do Paraguai, códice 924, volume 4, p. 187, (02/09/1868).

Anterior a este ofício, Caxias já pronunciava contra as comutações solicitadas para penas menores a de morte pelos Conselhos de Guerra e Junta Militar de Justiça: “Poderá influência perniciosa que tais comunicações poderão exercer [...] para a penetração de toda a casta de delitos, que necessariamente se seguiria dessa quase impunidade.”¹³¹ No mesmo ofício, Caxias denuncia a falta de critérios para as penas de morte que foram comutadas para prisão:

Os fatos se encarregaram de demonstrar a razão que eu tinha em submeter o ilustrado apreçamento de V. Sa. [...] uma série de crimes cometidos no 2º Corpo de Exército revestidos todos de atrozes circunstâncias, e dos quais três se deram no curto período de quinze dias. [...] O soldado Athanasio Francisco de Almeida, que fora condenado a pena última a 22 de junho do ano próximo por haver assassinado a 06 de julho de 1866 o Alferes do Corpo de atiradores Canuto Joaquim Correia de Moraes, [...] feriu gravemente no dia 10 de junho próximo passado as anseçadas Pedro Ferreira da Conceição, Manoel do Nascimento e o soldado Constantino Bhaeder, tendo este já falecido, e estando aqueles em tratamento na enfermaria. Se o malvado Athanasio Francisco de Almeida autor de tão horrorosos crimes tivesse sofrido a pena, a que com a maior justiça foi condenado pelo assassinato de seu superior, não teríamos hoje a lastimar mais três vítimas de seu ferro homicida e instintos sanguinários.”¹³²

A insubordinação chegou ao ponto em que um soldado condecorado por bravura se recusava a obedecer às ordens de seus superiores. A natureza se modificava em determinados soldados. Provável correspondência de Caxias ao Ministro da Guerra declarou que:

Um soldado fazia parte de uma guarda comandada por um alferes. Deu-lhe este ordem que não foram cumpridas. Insiste e o soldado, que era da cavalaria da Imperial Ordem do Cruzeiro, tira do bolso a condecoração, coloca-a no peito e dirigindo-se superior ao alferes declara formalmente que não lhe obedecia. O oficial reitera com energia suas ordens ao bem do serviço, e em resposta recebeu do soldado uma bofetada!¹³³

Em um sistema escravista que era amparado pelo governo imperial, a aplicação de castigos tornava, na mente dos voluntários que estavam servindo à empreitada patriótica, uma semelhança do que era aplicado pelos senhores aos seus escravos. Talvez fosse essa visão que o soldado Eduardo Bernardino de Souza do 32º corpo de Voluntários da Pátria que, no acampamento de Curuzú, teve ao ser conduzido a sofrer o

¹³¹ BN - AM/CMB, 34A, 03, 001 n° 014, (10/07/1868).

¹³² Idem.

¹³³ AN/RJ, fundo coleção diversos, cartas reservadas e confidenciais referentes à Campanha do Paraguai, códice 924, volume 2, p. 65, (01/12/1867).

castigo de pranchada por ter ferido um camarada. Mas o que se verificou foi o ato de resistência ao castigo diante das tropas que o soldado Eduardo Bernardino de Souza sofreria. O referido réu disparou um tiro de carabina contra o alferes João Machado da Silva quando este entrou em sua barraca, a fim de levá-lo para os procedimentos de coerção. O alferes teve morte instantânea. Na resolução do Conselho de Estado, menciona que o réu ainda armado de faca resiste aos oficiais e soldados que tentam prendê-lo: “Começado o castigo em ato sucessivo, tendo sofrido algumas pranchadas, pôde o réu alcançar o sabre de um soldado, e, com ele, avançou contra o próprio comandante ou oficial que, próximo a este, se achava [...]”. Tal atitude do soldado foi relatada nos autos como “alucinação e alienação mental, produzido pela infâmia do castigo corporal que ia sofrer”.¹³⁴

O comportamento humano se exacerba quando há um grande agrupamento de pessoas, além do mais, com diferentes segmentos sociais como foi a guerra contra o Paraguai, que mesmo assim, aplicando as leis do código militar, foi difícil para o Exército brasileiro manter a ordem nos acampamentos. A desobediência ao superior esteve sempre presente durante o conflito até as “vias de fato” como o ocorrido entre o cabo do 45º corpo de Voluntários da Pátria, Raymundo da Silva Nonato, que, depois de provocar o soldado da 4ª companhia Izidoro Bispo de Sant’Rita, foi imediatamente repreendido pelo tenente João José Brumm (sic) ordenando que se retirasse. A indisciplina do cabo Raymundo da Silva Nonato prosseguiu posteriormente com desacato maior como segue relato do oficial: “[...] passado uma hora achando eu deitado na retaguarda do sarilho, e que de improviso ouço as seguintes palavras: levanta-se e pegue sua espada para brigar como homem, e ao mesmo tempo fui recebendo três ou quatro cutiladas, ferindo-me”.¹³⁵

A dificuldade que oficiais tinham em manter o grupo unido e o respeito ao seu superior, tendo em vista o fim iminente da guerra foi um grande complicador para a coesão das tropas brasileiras naquele momento crucial da guerra. Mesmo a ameaça de condenação à pena de morte não desencorajava a insubordinação do soldado. O soldado Manoel do Sacramento do 10º batalhão de infantaria, em recusa a ordem do tenente Alexandre Francisco da Costa para ficar de sentinela, desferiu um golpe de sabre

¹³⁴ PUBLICAÇÃO, Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra 1842-1872, p. 111-114. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>. Acesso em: 21 de agosto de 2012.

¹³⁵ BN - AM/CMB, 34A, 05, 006 n° 003, (20/01/1868).

baioneta no tenente, com o qual o soldado acusa o tenente de tê-lo ameaçado com uma espada para cumprir a ordem.¹³⁶

No ofício datado em 9 de setembro de 1869, cujo autor, o coronel Manuel da Cunha Vanderlei, comunica ao comandante do 2º corpo do Exército do Império do Brasil, marechal Vitorino José Carneiro Monteiro, a aplicação de castigo a duas praças da 17ª cavalaria e oito do 3º batalhão de infantaria em conformidade com as ordens de conde d'Eu, por terem as praças se afastado e saquearam uma família paraguaia na região Ibitimi (Paraguai). No mesmo ofício alertava o coronel Vanderlei sobre a falta de fornecimento de víveres às suas tropas estacionadas naquela região em território paraguaio.¹³⁷ Mesmo com o final da guerra prestes a acontecer e a completa derrota das forças paraguaias, o abastecimento as tropas brasileiras em marcha foi de difícil controle e seu fornecimento em terra tornava-se moroso pelos tropeiros e vias de comunicação. Saques, insubordinações e deserções eram constantes nas tropas brasileiras.

Na cópia do ofício de 19 de setembro de 1869, em Caraguataí no Paraguai, do tenente coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa ao juiz de paz de São José sobre tropelias e malefícios de algumas praças brasileiras da cavalaria que estavam a serviço nas imediações, informa o oficial que as praças já estão presas e foram castigados, sendo um de nome José Ribeiro.¹³⁸ Trata-se, o referido ofício, de roubo praticado pelas praças do esquadrão de cavalaria onde a manutenção da ordem estava longe de ser resolvida, naquele momento, com uma tropa desmotivada para seguir adiante com a guerra.

Já havia uma discussão sobre o tratamento dispensado aos recrutas e para a abolição da chibata e da prancha como mecanismos disciplinadores. Mas outros procedimentos deviam ser adotados que não eram menos perversos e não eximia os soldados de outros meios de coerção por parte dos seus superiores no Exército.¹³⁹ Com os procedimentos do serviço no Exército e a pressão sobre a tropa na tentativa de manter a ordem nos batalhões brasileiros, principalmente estacionados em território

¹³⁶ PUBLICAÇÃO, Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra 1842-1872, p. 235-239. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>. Acesso em: 21 de agosto de 2012.

¹³⁷ IHGB – ACP/CBSB, lata 449, pasta 29, (09/06/1869).

¹³⁸ IHGB – ACP/CBSB, DL 449.53, (19/09/1869).

¹³⁹ SOUSA, Jorge Luiz Prata de. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/Adessa, 1996, p. 42.

inimigo, aflorou os ânimos mais exaltados dos voluntários para um confronto interno no Exército.

2.3 – O núcleo familiar. A formação de famílias com a presença de mulheres e filhos nas tropas.

Conforme o dicionário Houaiss de Língua Portuguesa o termo vivandeiras tem significado militar como sendo a “mulher que acompanha uma tropa, vendendo ou levando mantimentos e bebidas”.¹⁴⁰ Também no dicionário do Professor Alpheu Tersariol consta: “Mulher que vende ou leva mantimentos, acompanhando tropas em marcha”.¹⁴¹ Ou ainda, o termo vivandeiro pelo dicionário da Língua Portuguesa de Antônio Moraes Silva de 1813 – “o que leva víveres a vender as feiras, e atrás dos exércitos”.¹⁴² Muito mais abrangente à estrutura etimológica da palavra é o universo feminino dessas mulheres nos conflitos e campos de batalha.

No rastro das tropas, havia também esposas de oficiais e de simples soldados que acompanhavam seus maridos. Muitas tiveram papéis exemplares durante a guerra contra o Paraguai, servindo como enfermeiras, cuidando de feridos, moribundos e até pegando em armas durante o conflito. O Decreto nº 1900 de 1857 do Novo Regulamento do Corpo de Saúde do Exército, no Capítulo III, menciona o deveres dos oficiais do corpo de saúde à família de oficiais aquartelados.

Art. 23. Os Cirurgiões militares tratarão em suas moléstias, fora do Hospital, os Oficiais do Exército, suas mulheres e filhos que com eles morarem nos quartéis e acampamentos; e assim também aqueles que, tendo direito a casas no quartel, morarem fora dele por não haver aí para sua residência e de sua família. Tratarão do mesmo modo e sob as mesmas condições, os Empregados da Administração, suas famílias e de todas as mais pessoas a quem o Estado prestar tratamento gratuito.¹⁴³

¹⁴⁰ HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007, 2ª reimpressão, p. 2875.

¹⁴¹ TERSARIOL, Alpheu. Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa Ilustrado. São Paulo: LI-BRA Empresa Editorial, 1983, p. 901.

¹⁴² SILVA, Antônio Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em: 28 de setembro de 2011.

¹⁴³ DECRETO Lei 1900 de 07 de março de 1857. SENADO, do Governo Federal. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=60517&norma=76388>>. Acesso em: 02 de outubro de 2012.

O regulamento do corpo de saúde do Exército que oferece tratamento gratuito às famílias dos oficiais nos acampamentos é evidenciada uma prática dentro da lei sobre a presença de núcleo familiar específico para os oficiais do Exército. O regulamento não menciona os soldados e poderia ser uma transgressão levar para a marcha, famílias, principalmente mulheres sem vínculo familiar com os soldados. As vivandeiras, não só se relacionaram somente na guerra contra o Paraguai, mas, estiveram presentes em diversas ocasiões de amplitude conflituosa no Brasil. Nas guerras do sul contra Argentina e Uruguai, na Revolução Farroupilha, no Contestado e também, seguindo a Coluna Prestes, foi viva a presença de mulheres nas tropas.

Mas ainda há muito que ser pesquisado sobre o assunto. Mais fontes devem ser buscadas e analisadas minuciosamente para compreensão deste universo. O entendimento de poder e relações sociais femininas, muito vivenciadas na região do sul do país, merecem uma maior atenção por parte dos historiadores. Joana Maria Pedro aborda muito bem essa perspectiva sobre mulheres do sul do Brasil.

O povoamento do Rio Grande do Sul, cuja economia baseava-se na pecuária extensiva, atraiu uma população masculina eminentemente nômade; a vida familiar e a subsistência eram então garantidas pelas mulheres – situação muito parecida com a de São Paulo na década de 30 do século XIX, época em que várias casas eram comandadas por mulheres sós. É recorrente a representação de mulheres sozinhas comandando estâncias, fazendas, negócios, em vista da constante ausência dos homens.¹⁴⁴

Essas mulheres tiveram importante papel na formação da fronteira no sul do Brasil. Participaram de negócios, criaram seus filhos e brigaram como nunca pelo seu espaço e pela sua sobrevivência. A vida e a morte das vivandeiras também norteiam a História das mulheres no Brasil, somando todo um universo particular feminino, desvendando suas relações sociais, econômicas, culturais e psicológicas na formação da família no Brasil, tomando atitudes que, para época, era de exclusividade masculina.

Para Dourado, as mulheres, muitas vezes, com filhos, acompanhavam seus maridos soldados; muitas trabalhando, plantando, socorrendo e comercializando gêneros de primeira necessidade no acampamento, tendo suas histórias excluídas e não figurando como participantes efetivos na guerra.

¹⁴⁴ PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 280.

O “macho” tende a projetar seus temores e antagonismos, insistindo que as mulheres são más, inferiores, sem valor. Esta prática teórica disseminada por muitos séculos colocou a presença feminina em segundo plano. Mas essa tentativa de desvalorização das mulheres na História não interferiu no universo feminino como um todo. O código de honra dos homens destinados à vida pública, política e militar era diverso da mulher destinada à vida privada, ao lar e aos filhos.¹⁴⁵ Para uma mulher do século XIX destinada a acompanhar seu esposo ou amasiado e para muitas que acompanharam as tropas por questões de sobrevivência e como forma de se beneficiar dos soldos das tropas, praticamente foram relegadas, discriminadas e esquecidas das suas funções perante a sociedade oitocentista.

No início da marcha no ano de 1865 para a fronteira com a Banda Oriental do Uruguai, no Arroio Negro, em direção as operações de campanha, o coronel Cândido José Sanches da Silva Brandão dá explicações em ofício endereçado ao general Osório, fazendo referência à ordem expressa do comandante da 1ª divisão – general Osório – para libertarem os soldados Thomas Pedro Antônio e Joaquim Felício de Souza presos por levarem mulheres consideradas prostitutas ao regimento. E ainda comenta o coronel Brandão que algumas mulheres são casadas com praças do regimento, mesmo sendo dada ordem para não levarem suas mulheres para a marcha. Segue parte de seus argumentos para a prisão dos ditos soldados.

No Pirahy, sendo elas vistas mandei prender os ditos soldados e repeti a ordem, e estas praças sempre desobedientes tem até este ponto as trazido, ao passo que ali uma delas, muito devassa deu causa a briga entre soldado José da Silva Soares e Joaquim Felício de Souza, ambos se feriram, foram tratados no hospital; enfim, são “chinas” de péssimo comportamento, muito prejudiciais a disciplina e dando causa a falta já nas formaturas [...] e que tenho proibido a estada de semelhante mulheres, agora, parece-me que este Comando de alguma forma perde sua força moral quando pelo recalcitrante procedimento deste soldados as vê em pleno gozo de seu libidinoso desejo.¹⁴⁶

A preocupação do alto-comando com a disciplina fica bem clara em sua observação ao comandante do Exército naquele momento, o barão do Herval, pelo relaxamento dos soldados punidos, pois a perda de controle para a formação dos batalhões seria agravante para novas insubordinações. Mas esse controle não era

¹⁴⁵ DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis*: a presença feminina na Guerra do Paraguai. 2003. 122f. Dissertação (Mestrado em História), UFMS, Campo Grande/MS, p. 105.

¹⁴⁶ IHGB – ACP/CGO, lata 261, pasta 13147, (11/01/1865).

determinantemente rigoroso devido a mandos e desmandos, ou pela simples aceitação por parte de alguns oficiais. Sem tratar da visão preconceituosa do oficial para qualificar as mulheres que acompanhavam as duas praças, presas pela desobediência, tornou-se corriqueira a presença de grupos femininos e famílias seguindo o Exército para o território paraguaio.

Em outra correspondência do comando do 4º regimento de cavalaria ligeira ao mesmo coronel Cândido José Sanches da Silva Brandão, confirma as suas preocupações quanto à liberação de mulheres para acompanhar as tropas, então permitida pelo comandante da 1ª divisão general Osório, transmitida pelo brigadeiro José Luiz Mena Barreto. Osório como comandante do Exército Imperial naquela primeira fase de guerra solicita que cessassem os castigos às praças por levarem mulheres e que as admitissem nos corpos. Na mesma correspondência, há outras observações que dizem respeito a saúde dos corpos militares que estão sendo grassados pela sífilis causada pelas companheiras.

Assim espero que S^a Ex^a o Brigadeiro Comandante da Divisão se digne resolver se devo consentir no Regimento tantas mulheres, quantas forem aquelas que declarem acompanharem as praças do mesmo [...]. Notando-se que as casadas e com filhos lá ficaram em Jaguarão sujeitando-se ao trabalho para alimentarem-se, a exceção de uma com avançada idade e adoentada com três filhos menores, que não podendo sujeitar-se ao trabalho procurou o Regimento para que seus filhos não sofressem fome, e eu admiti sob minha responsabilidade, ministrando-lhe alimento de meu bolso, tendo declarado a Ela e ao velho soldado que acompanha que se procedia a promessa formal em atenção a seus inocentes filhos.¹⁴⁷

Uma prática comum dos gaúchos em levarem suas famílias para a refrega, desde as lutas platinas anteriores à guerra contra o Paraguai, foi aceita no início da campanha pelo alto-comando. Em sua presença marcante foi objeto de discriminadas avaliações de sua participação por oficiais contrários à presença de mulheres e ainda algumas com filhos em acamparem junto com as tropas. Muitas não tinham como sobreviver sem seus companheiros para se alimentar e aos seus filhos, restando acompanhá-los para sobreviver à custa das sobras do Exército.

¹⁴⁷ IHGB – ACP/CGO, lata 230, pasta 7725, (11/01/1865).

Na marcha do corpo de voluntário de Missões para unir-se ao Exército, sob o comando do general Osório e através de correspondência do brigadeiro Canabarro, menciona a presença de grande número de famílias na marcha.¹⁴⁸

Em relatório confidencial endereçado ao conselheiro Francisco Otaviano datado de 15 de julho de 1865 em Buenos Aires, em que consta minuciosamente dados quantitativos de tropas, doentes, informações de transportes, enfermarias, médicos e armamentos, o observador enviado pelo conselheiro do Império Sr^o João Carlos Pereira Pinto, informa que o Exército Imperial sob o comando do general Osório acampado próximo a Concórdia na República Argentina, contava no dia 10 de julho do mesmo ano um total de 16.186 das três armas, inclusive oficiais e doentes “além disto acompanham o mesmo Exército 278 mulheres e 122 menores filhos destas”.¹⁴⁹ A constatação nesse relatório do então Ministro dos Negócios da Guerra sobre a presença de mulheres e incluindo famílias que acompanhavam o Exército, é um dos poucos documentos oficiais que mencionam, com fidelidade, a presença feminina com sua família para o teatro de guerra. Somando às fontes dos memorialistas ampliam e corroboram com a fonte oficial sobre o núcleo familiar nas tropas, abrindo espaço para novas observações.

Na Retirada da Laguna, expedição penosa ao sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, carretas de comerciantes faziam os prazeres da soldadesca numa localidade longínqua e de vida difícil. Mulheres seguiam as tropas à mercê de qualquer dificuldade imposta a elas que, naturalmente, se adaptavam a todas as desigualdades e violências da guerra.

De consequências dolorosas, a expedição à Mato Grosso relatada por visconde de Taunay, não fugiu à regra de carregar um rastro de mascates, mulheres, índios e refugiados. Assim como na região platina e no Paraguai, mulheres tiveram presença marcante e participaram ativamente no teatro da guerra.

Carretas em contínua afluência ali traziam toda a espécie de fazendas e demais objetos de luxo que aqueles paramos desertos jamais haviam certamente visto. Assim, as mulheres dos soldados, atraídas por este movimento comercial desciam de Nioac.¹⁵⁰

¹⁴⁸ IHGB – ACP/CGO, lata 261, pasta 13173, (20/06/1865).

¹⁴⁹ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 03, 004 n^o 053, (15/07/1865).

¹⁵⁰ TAUNAY, Visconde de. A retirada da Laguna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, p. 43.

Continua Taunay com os seus relatos sobre o campo de batalha depois de uma refrega: “[...] o saque desenfreado a que se entregavam os mascates e os acompanhadores do exército também, reclamando as mulheres o seu quinhão”.¹⁵¹

De prática comum entre as vivandeiras, o saque nos campos após as batalha procurando os despojos para comercializar, resume-se na necessidade de sobrevivência, mesmo sujeito aos perigos e, dramas da guerra. A questão da mulher frágil, dependente, passiva, indigna e vítima das manipulações masculinas, estimula a observação mais apurada para a História do cotidiano das vivandeiras, sendo mulheres guerreiras, ativas, independentes e corajosas em plena guerra.

O comércio vivandeiro na Campanha do Paraguai já se estabelecia desde em Corrientes, na Argentina em profusão no acampamento do exército da Tríplice Aliança. Falta uma pesquisa de conceito econômico desse interessante “arraial comercial” durante a guerra contra o Paraguai, especificando que tipos de diversos importados se comercializavam, valores, quantidades e o tráfico de mercadorias que passavam pelas fronteiras. Max Von Versen observou esse grande comércio em Corrientes com produtos, inclusive de *toilette* para homens e mulheres. Como bem observou, isso se devia ao costume de oficiais de levarem suas consortes para o teatro da guerra.¹⁵²

Dionísio Cerqueira comentou sobre o grande comércio nos arredores do Passo da Pátria. Comércio esse formado por muitos estrangeiros, vendendo todos os tipos de artigos para as tropas da Tríplice Aliança. Certamente esse comércio também incluía as vivandeiras.¹⁵³ Depois da batalha de Tuiuti, o Exército aliado estacionou e floresceu nos acampamentos as feiras, os divertimentos, o jogo, formando pequenos focos de indisciplinas.¹⁵⁴

Ricardo Salles faz menção especial em sua obra para as mulheres que, durante toda a campanha, acompanharam o exército.

Eram prostitutas buscando obter lucros da situação, eram esposas e amantes que seguiam seus companheiros, eram mães que buscavam dar apoio e cuidados a seus filhos. Elas cuidavam das roupas e da

¹⁵¹ Ibid., p. 92.

¹⁵² VERSEN, Max Von. História da Guerra do Paraguai. Belo Horizonte: Editoras Itatiaia Ltda, 1976, p. 95.

¹⁵³ CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980, p. 175.

¹⁵⁴ GUIMARÃES, Pinheiro. Um Voluntário da Pátria. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2ª edição, 1958, p. 217.

comida de seus companheiros; muitas vezes atendiam-nos quando doentes; acudiam os feridos em combate; expunham-se ao fogo e, algumas vezes pegavam em armas. Muitas levavam seus filhos pequenos.¹⁵⁵

A busca pelos soldos da soldadesca tanto na venda do corpo quanto na venda de despojos da guerra eram naturalmente impostos pela concepção masculina nos acampamentos. Vale ressaltar que não era digna a mulher independente na visão masculina da época. A visão feminina, no período em foco, era simplesmente sobreviver e se manter digna de si mesma. Mas, muitas vezes, não eram só coadjuvantes no teatro da guerra e sim ativas durante a campanha.

Vivandeiras ou simplesmente mulheres passaram quase que despercebidos pelos generais, memorialistas, historiadores e políticos. Com base em algumas observações, conseguimos buscar uma memória mais abrangente delas e suas atuações de importante significado histórico.

No capítulo sobre mulheres na obra de Salles, *Guerra do Paraguai Memórias e Imagens*, já formula um excelente título para uma pesquisa mais apurada sobre as vivandeiras. Passagem do diário do tenente-coronel Albuquerque Bello, expõe as relações extraconjugais com as mulheres que seguiam as tropas. Relações essas que se faziam e desfaziam durante a guerra. Os próprios oficiais superiores faziam-se acompanhar por mulheres.

Estou pensando em minha pobre mulher, só tenho saudades! Mas não obstante, eu tenho cometido alguns crimes, mas minha mulher, que é tão boa para mim, me desculpará. Sabe o que são os homens! Dois anos de ausência de minha mulher me fez [sic] cometer um crime! [...] Te confesso, Chiquinha, minha mulher, te peço perdão! Não sei mesmo como escrevo estas linhas tendo na mente um crime horrroso! Perdão minha mulher, perdão eu te imploro de joelhos! Pobre mulher, pobres filhos!¹⁵⁶

A guerra fez muitas vítimas sem distinção de classes tanto para homens, mulheres e, sobretudo, crianças na maior guerra da América do Sul. Alguns relatos mencionam mulheres pegando em armas, se passando por homens com vestimentas

¹⁵⁵ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990, p. 125.

¹⁵⁶ Id., *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003, p. 122.

militares com o intuito de servir à pátria e, até mesmo, de seguir o seu amado. Exemplos de Jovita, Maria Curupaiti, Catalina e Ana Nery são alguns já trabalhados em algumas pesquisas acadêmicas. Conde d'Eu, em sua viagem ao sul do país, no período da guerra, observou uma grande quantidade de mulheres nos quartéis. Mulheres que os soldados traziam sem muita concessão dos oficiais que asseguravam a utilidade delas nos corpos do exército, principalmente nos serviços nos hospitais, desempenhando com dedicação o papel de enfermeiras.¹⁵⁷

Outro fato era a exploração de mulheres pelo Exército que, sem alojamentos próprios e víveres para se manter ou a mercê de seus homens, tinham que sobreviver com os próprios recursos.

O que me causou menos agradável surpresa foi encontrar quatro mulheres miseravelmente vestidas acoradas, cosidas uma com as outras no canto mais escuro do alojamento; [...] Apurando o caso, soube-se que eram mulheres de soldados de outro corpo que tinham alugado este canto da sala antes da chegada do batalhão paraense.¹⁵⁸

O ímpeto feminino revelava a coragem de muitas mulheres na flama das batalhas. O próprio Exército do Paraguai utilizou batalhões delas na guerra, fazendo diversas funções, inclusive combatendo e o exército da Tríplice Aliança não pejou em combatê-las. Dionísio Cerqueira nas suas lembranças escreveu sobre as atitudes delas diante do perigo para salvar feridos:

Essas mulheres que seguiam o exército não tinham medo de coisa alguma. Iam às avançadas mais perigosas levar a bóia dos maridos. Nas linhas de atiradores que combatiam encarniçadas, vi-as mais de uma vez achegarem-se dos feridos, rasgarem as saias em ataduras para lhes estancarem o sangue, montá-los na garupa dos seus cavalos e conduzi-los no meio das balas para os hospitais.¹⁵⁹

Muitas eram motivadas pela presença de seus companheiros nos campos de batalhas, servindo-os em momentos difíceis e mantendo a união que tanto necessitavam, mesmo ocorrendo consequências mais graves. Assim foram discriminadas na retaguarda das tropas a caminho da fronteira do Paraguai e de grande coragem e utilidade na frente de batalha. Em todas as frentes as mulheres estiveram presentes. Na expedição ao Mato

¹⁵⁷ D'EU, Conde. Viagem Militar ao rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1981, p. 32.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 32.

¹⁵⁹ CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980, p. 300.

Grosso, na retirada da Laguna, formavam junto com o exército, refugiados e índios, um corpo coeso e cúmplice de sofrimentos.

Uma mulher de soldado, a preta Ana, antecipara nesta obra caridosa os cuidados da administração militar. Colocada, durante a ação, no meio do quadrado do 17º, desvelara-se por todos os feridos que lhe traziam, tomando ou rasgando das próprias roupas o que lhe faltava para os pensar [sic] e ligar, proceder tanto mais digno de nota e admiração quanto fora o da maioria das companheiras miserável.¹⁶⁰

Também no episódio da retirada da Laguna, elas tiveram a função costumeira nos teatros de guerra, a da limpeza dos cadáveres dos combates para comercializar os despojos dos mesmos.

Via-se, aliás, como inevitável consequência destas cenas deploráveis, o saque desenfreado a que se entregavam os mascates e os acompanhadores do exército também, reclamando as mulheres o seu quinhão. Eram os corpos despídos e revistados; despojos sanguinolentos passavam, de mão em mão, como mercadorias, muitas vezes com violência disputadas.¹⁶¹

Acompanhadas de seus homens, abandonadas a própria sorte, meretrizes a procura do soldo dos soldados nos acampamentos, refugiadas que seguiam o exército por segurança, todas tinham um motivo estabelecido naquele momento que era sobrevivência. Provavelmente, algumas dessas mulheres sabiam o que estava por vir. As dificuldades e a pouca sorte de muitas romperam com o mais puro sentimento humano - o medo - e transformaram-se em peças valiosas durante a Campanha do Paraguai.

Há alguns relatos valiosos de memorialistas sobre mulheres durante a guerra, mesmo que passageiros, pela lembrança e pelo preconceito, o que era natural no Brasil do século XIX, mas são importantes para serem analisados e pesquisados de forma mais apurada como sujeito histórico.

O inglês Richard Francis Burton, que observou o teatro da guerra naquele momento, comenta cheio de preconceitos sobre as mulheres no acampamento, que poderiam chegar a torno de 4.000. Diz ele: “Mulheres – mulatas brasileiras e “chinas” argentinas – parecem ferver.” Burton continua, em suas reminiscências, o seu desagravo com o mal necessário que os oficiais brasileiros consideravam: “Meus

¹⁶⁰ TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, p. 93.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 92.

amigos brasileiros as consideram um mal necessário. O mal eu posso ver, mas não a necessidade. É difícil imaginar algo mais horrendo e revoltante do que essa espécie de feminidade”.¹⁶²

Não há estimativa da quantidade de mulheres que acompanhavam as tropas e nem quantas estiveram a serviço dos corpos brasileiros. Sabe-se que foi bastante comum a presença e a vivência das mesmas no exército. Devido também à falta de confiança de oficiais e soldados, algumas esposas tiveram que acompanhar seus esposos e companheiros para a guerra. Atitude comum de um período sem perspectivas para as mulheres.

Elas estavam à mercê de todas as dificuldades nas expedições como marchas forçadas sem transportes próprios: carroças e cavalos. Algumas carregavam seus filhos ainda pequenos, que eram criados entre as tropas: “Eram as mulheres que nos acompanhavam setenta e uma, contadas à entrada da ponte. [...] carregavam quase todas as crianças de peito ou pouco mais velhas”.¹⁶³

O que estava em jogo na guerra ou em qualquer outra, certamente era a prioridade para os corpos das armas que recebiam seus víveres para se manterem. Naturalmente não estava previsto o fornecimento de mantimentos e transportes para as mulheres, refugiados e o comércio vivandeiro. Apesar do atraso e fardo, que acarretava aquelas circunstâncias, se fechavam os olhos para a situação.

George Thompson, súdito britânico, comissionado como tenente-coronel de Solano Lopez, comentou sobre presença feminina nos acampamentos aliados, quando em novembro de 1867, tropas paraguaias atacaram os redutos em Tuiuti fazendo 259 prisioneiros, incluindo seis mulheres que estavam nos acampamentos aliados.¹⁶⁴

O perigo de morte e violência era evidente no conflito. Sustentar sua vida e sua cria ou seu companheiro selou o destino de muitas mulheres na guerra contra o Paraguai. Na passagem do episódio da retirada da Laguna, Visconde de Taunay vivencia o que ocorreu na dura marcha de 1867: “Neste mesmo dia 28 morreram algumas mulheres, mais desvalidas ainda que os demais doentes, mais desprovidas de

¹⁶² BURTON, Richard F. Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001, p. 329.

¹⁶³ TAUNAY, Visconde de. *Op. cit.*, p. 118.

¹⁶⁴ THOMPSON, George. A Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Conquista, 1968, p.189.

recursos e, por motivo de sua natural fraqueza, mais ferreteadas pelos estigmas da miséria absoluta”.¹⁶⁵

Não se deve subestimar a força feminina nestes momentos, como Taunay mencionou: “[...] por motivo de sua natural fraqueza [...]”; principalmente quando eram desprovidas de todos os recursos destinados aos soldados. Mantinham-se conforme eram estabelecidas na retaguarda do Exército e, muitas vezes, sobrevivendo às próprias custas.

Ricardo Salles, em sua pesquisa de imagem da guerra contra o Paraguai, menciona uma importante passagem do diário do tenente-coronel Bello para elucidar crimes contra as mulheres no acampamento que eram, muitas vezes, passionais ou por embriaguez, ciúmes, dívidas ou atos de pura violência gratuita motivada pelo ambiente cruel da guerra. Bello registra no diário: “um soldado do 3º batalhão assassinou hoje uma mulher com duas facadas.” Continua no seu diário: “esta semana tem sido mal para as mulheres dos soldados; ontem um outro soldado [...] assassinou uma outra mulher, é a terceira esta semana”.¹⁶⁶

Consta no Conselho de Estado, datado de 14 de novembro de 1868, a resolução sobre a petição de graça para o soldado José Pedro Alves Barboza, condenado à pena de morte pelo assassinato de uma mulher com quem vivia amancebado há cinco anos, com três facadas, no dia 12 de maio de 1867, no acampamento de Tuiuti. A mulher de nome Delfina Maria da Conceição teve largos ferimentos na clavícula e pescoço. A investigação do crime foi testemunhada por três, sendo que duas disseram jurar ter visto o crime, praticado pelo referido soldado da 5ª companhia do 2º batalhão de infantaria, o qual se achava em total embriaguez. Na mesma resolução, há um consenso para a comutação da pena com a prerrogativa que o réu em estado de embriaguez não podia ter a razão sobre o seu ato violento contra sua amásia. O marechal como é sabido no capítulo anterior, não era concordante às petições de graça e comutações das penas, tanto que não fez nenhuma observação em seu ofício sobre a petição.¹⁶⁷

¹⁶⁵ TAUNAY, Visconde de. Cit., p. 140.

¹⁶⁶ SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: memórias e imagens. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003, p. 122.

¹⁶⁷ PUBLICAÇÃO, Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra 1867-1872, p. 167-177. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>. Acesso em: 21 de agosto de 2012.

Amasiadas ou não, mulheres que estiveram presentes nas marchas, durante a expedição à República do Paraguai, foram motivadores de indisciplinas de muitos soldados devido ao preconceito masculino que se agravava, até em Conselho de Inquérito. O procedimento violento do Alferes Luiz Gonzaga de Góis do 3º Batalhão de Infantaria contra uma mulher acarretou em julgamento do Alferes a mando do comandante da 4ª brigada Carlos Resin. Em São Joaquim, no território paraguaio, o Alferes Góis, quando em marcha, abandona seu batalhão indo espancar uma mulher na retaguarda, além de faltar o respeito ao coronel Manoel da Cunha Wanderley Lins da 4ª brigada de infantaria após o ocorrido chegando a lançar mão de sua espada para agredi-lo.¹⁶⁸ Na fé de ofício do Alferes Góis proveniente da província de Alagoas, dando praça em março de 1865 como voluntário da pátria, menciona referências elogiosas como nomeações para enfermeiro-mor e alferes por antiguidade, ambos no ano de 1867. Relativo à prisão por ter espancado uma mulher na retaguarda, foi posto em liberdade por falta de provas, mesmo tendo testemunhas no inquérito contra seu ato.¹⁶⁹

Outro fato considerado indisciplinar em relação à presença feminina nos acampamentos diz respeito ao que seria considerado um abuso de autoridade, foi a utilização do serviço de praças do exército com a finalidade de fazer uma ramada (sombra)¹⁷⁰ para uso de uma mulher, provavelmente de um oficial. Menna Barreto responde ao Osório que a solicitação foi feita verbalmente a um alferes sem detalhe do serviço: “[...] mandei chamar o oficial que tanto abusou e exporei o seu comportamento repreensível”.¹⁷¹

Ao mesmo tempo em que o exército tinha que manter a ordem nos acampamentos entre os seus soldados, havia a necessidade da oficialidade em dar o exemplo e evitar que práticas que ocupassem o serviço do exército fossem repreendidas com rigor.

A convivência dura com os soldados não deixou de revelar a coragem dessas mulheres e a sensibilidade feminina para reverter momentos difíceis. Algumas ficaram

¹⁶⁸ IHGB – ACP/CBSB, lata 447, pasta 21, (07/10/1869).

¹⁶⁹ Arquivo Histórico do Exército, fé de ofício, indicação XXX 32.21.

¹⁷⁰ Pelo Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto de 1832, ramada “são ramos expostos de maneira que faça sombra a algum lugar”.

¹⁷¹ IHGB – ACP/CGO, lata 242, pasta 10021, (29/10/1869).

registradas por memorialistas pelos seus feitos, representando a grande maioria sem registros na História.

Há a necessidade de entender a presença de mulheres nos acampamentos e também as relações entre os grupos de militares que levaram suas famílias com os militares solitários. Não há uma discussão na maioria dos trabalhos nas questões do cotidiano, talvez pela dificuldade de trabalhar o assunto devido a fontes escassas com exceção de memorialistas que fazem menção.

CAPÍTULO 3 – As condições de saúde e a realidade do cotidiano nos acampamentos da guerra contra o Paraguai.

Para entender as condições da saúde das tropas do Exército foi elaborada uma planilha com os dados obtidos das Ordens do Dia dos anos de 1865 e 1866 sob o comando do general Osório, assim como colocadas todas as informações importantes tais como: o número da ordem do dia, nome e posto do militar, batalhão de origem, data da ocorrência e observações relevantes, se necessário, para cada item ou nome do militar mencionado na ordem do dia.

Foram utilizados para a planilha os dois livros das Ordens do Dia impressos pela Biblioteca do Exército na coleta de dados de todas as inspeções de saúde no período mencionado, contendo os dias e locais em que foram efetivadas as ordens. A maior dificuldade foi estabelecer um parâmetro para esta pesquisa, devido à grande quantidade de dados levantados na fonte e à falta de organização dos dados em uma planilha, detalhando os dados observados nas ordens do dia, podendo gerar confusão no método mais apropriado a ser utilizado, ou perder o foco da pesquisa e acabar tendo em mãos apenas uma planilha com um grande número de dados sem clareza e objetivos.

O número de possibilidades de estudos que as fontes impressas das ordens do dia nos oferecem, mostra que há a possibilidade de ampliar a pesquisa para variados âmbitos como no campo da saúde nos hospitais, observando as várias moléstias que acometiam as tropas nos acampamentos. Mas o tratamento desses dados que foram coletados servirá para o momento nesta pesquisa, verificar a influência da saúde do Exército do Império do Brasil, objetivando as motivações geradoras de desânimo e falta de disciplina dos soldados na guerra contra o Paraguai.

No primeiro livro foram abordados 2.565 registros, ou seja, ocorrências com os nomes das praças e oficiais mencionados em cada ordem do dia publicada até o final do ano de 1865. No segundo livro, correspondendo às ordens do dia referente à primeira metade do ano de 1866, foram abordados 4.125 registros, todos sob o comando do general Osório, o marquês do Herval. Idealizando um levantamento estatístico de como se comportou o Exército Imperial no início da guerra, verificou-se que através dos dados analisados, os corpos do Exército brasileiro iam sendo formados mediante as

convocações de voluntários nas províncias do Brasil, preenchendo os vazios devido às altas ocorrências de enfermidades nos acampamentos e já com a guerra em plena atividade de combate.

A organização para a arregimentação inicial da guerra foi rápida, entusiástica e patriótica, mas no decorrer do conflito bélico no sul do Brasil, a corporação ficou a desejar pela morosidade dos comandantes e pela necessidade de oficiais mais competentes para liderar os batalhões de diferentes províncias brasileiras que estavam engajadas na guerra. Também foi observado um número elevado de transferências de corpos, ou seja, de batalhões dissolvidos durante as marchas para os novos corpos que eram organizados e que foram publicadas nas ordens do dia. Essas questões são analisadas pelas informações obtidas nas ordens do dia, verificando ainda, a aplicação de exames práticos para as armas de artilharia, cavalaria e infantaria nos acampamentos em plena marcha. Com a riqueza dos dados analisados e mostrado nas ordens do dia, notamos um Exército que ainda se organizava às pressas para a guerra que já estava em andamento.

Através dos dados quantitativos com as informações da inspeção de saúde nas ordens do dia foi observada a grave situação da saúde nos acampamentos brasileiros e as seguidas baixas nos hospitais de campanha em todo o conflito da guerra contra o Paraguai. As dificuldades e o cotidiano das tropas e, conseqüentemente, o grande número de licenças concedidas para tratamento formou um expressivo contingente de enfermos da guerra. No período pesquisado, constatou-se que um número bem menor de feridos em combate, enquanto as enfermidades por doenças eram em números superiores aos ferimentos em consequência de arma de fogo e de espada. As diversas baixas ocasionadas por doenças tornaram-se um grande problema para manutenção das forças militares brasileiras e também o principal motivo da arregimentação constante de voluntários para a campanha no Paraguai, não sendo somente as baixas por morte ou ferimentos em combate, mas pelo grande somatório de enfermidades que foram anotados pelos médicos nos hospitais, através da inspeção de saúde que elevaram as baixas do serviço do Exército e, conseqüentemente, a necessidade de preencher os claros nos batalhões.

Outro dado importante foi a dificuldade do Exército para implementação dos exames de saúde no momento da incorporação dos voluntários, sendo um encargo

provincial tais exames, que ficava muito a desejar ou não eram realizados no ato da incorporação das praças, somente sendo efetuados os exames de saúde quando a praça chegava ao acampamento militar. Dessa forma, o Exército recebeu, devido à ausência do serviço de avaliação médica, voluntários e Guardas Nacionais com moléstias e deformidades que incapacitavam o serviço militar. Outras informações importantes na inspeção de saúde dizem respeito à orientação para cirurgias e tratamentos sugeridos no parecer médico, pois a dispensa em um número considerável do serviço militar não era interessante naquele momento de movimentação de tropas para a guerra. Consta também, no parecer médico de internação a observação para tratamento ou procedimento cirúrgico de determinadas moléstias, fato que possibilitaria a recuperação a tempo para o serviço no Exército, evitando a evasão de contingente.¹⁷²

Buarque de Macedo, em discurso na câmara em 1865, disse que ninguém desconhecia que outras causas poderiam acarretar a diminuição no número das praças de um exército. O desenvolvimento de moléstias epidêmicas no exército é uma delas.¹⁷³ O general Polidoro reconheceu a necessidade de medidas mais criteriosas para melhorar as condições de atendimento sanitário, baixando instruções para regular o serviço no hospital de sangue.¹⁷⁴

Não somente no Exército ocorriam as baixas por moléstias, mas também na Armada Imperial, onde já se verificava desfalques nas suas fileiras e nos navios de guerra. Baixas por doenças e outros acidentes da “vida do mar” - como escreveu Joaquim José Inácio - para a diretoria de alistamento de praças para a Armada, que fez o governo imperial tomar medidas para preencher o vácuo, o mais breve possível e organizar a disciplina de novas guarnições e alistamento.¹⁷⁵

Cada província, no Império do Brasil, dava sua cota de voluntários em conformidade as baixas que aconteciam na campanha militar como foi verificado no relatório, em outubro de 1866, do primeiro vice-presidente Drº Manoel Jansen Ferreira da província do Maranhão ao presidente da mesma província o Drº Antônio Alves de

¹⁷² Ordens do dia da Guerra do Paraguai: primeiro corpo do Exército sob o comando do Marquês do Herval. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2ª edição, 2008, p. 16.

¹⁷³ SOUSA, Jorge Luiz Prata de. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/Adessa, 1996, p. 43.

¹⁷⁴ CUNHA, Marco Antônio. A chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000, p. 82-83.

¹⁷⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – doc. 44.1.48, fundo Câmara Municipal/série Guerra do Paraguai, (27/06/1865).

Souza Carvalho. No referido relatório, mostra a necessidade de manter a convocação para o alistamento, devido ao número de baixas em decorrência de doenças.

Apesar de todos os esforços do governo, a fim de ter no teatro de guerra a força suficiente para a sustentação da honra nacional, havendo os repetidos, mas gloriosos combates do nosso exército, as enfermidades produzidas por um clima estranho, e outras causas, colocando o governo na indeclinável necessidade de fazer um novo apelo para o patriotismo brasileiro, convidei os cidadãos mais importantes desta capital a se reunirem em palácio no dia 9 de setembro, a fim de prestarem seu concurso, para que esta província continue a sustentar a brilhante posição, que tomou entre as que mais têm auxiliado o governo na guerra atual contra o ditador do Paraguai.¹⁷⁶

Neste capítulo sobre a inspeção de saúde em campanha contra o Paraguai, além do número de ordem, data, nome e posto, há dados sobre a causa da internação, se o doente é curável ou não curável; acrescido de uma observação relevante à inspeção de saúde do enfermo se estava apto ou fora dos serviços do Exército. Dessa forma, é possível levantar uma estimativa preliminar das condições sanitárias e de saúde da guerra contra o Paraguai, mostrando um quadro hospitalar nos acampamentos militares daquele período pesquisado, assim como o quantitativo de doenças mais comuns que abatiam os quadros do Exército brasileiro naquele tempo histórico.

Fazendo um levantamento da ordem do dia, sob o comando do general Osório, no período dos anos de 1865 a 1866, o Exército já vinha sofrendo com o grande número de moléstias que atingiam todos os corpos militares, devido ao clima, às condições sanitárias e à insalubridade dos terrenos em que acampavam. Verificou-se o questionamento por parte do corpo de saúde sobre a tarefa penosa dos médicos de serviço em passar revista aos corpos do Exército para inspeção de saúde, como mencionado na ordem do dia nº 29 de 03 de junho de 1865, no Uruguai, junto ao arroio S. Francisco. Na mesma ordem, ficou determinado que cessassem as revistas, que eram prejudiciais ao serviço médico do hospital e, se houvesse praças que se queixassem de qualquer enfermidade, fossem remetidos diretamente ao primeiro médico do hospital, sem a necessidade de inspeção direta nas revistas as tropas militares.¹⁷⁷ Em outra ocorrência transcrita na ordem do dia nº 43 de 24 de junho de 1865, com as tropas acampadas no arroio Daiman, próximo a cidade de Salto, no Uruguai e, através de

¹⁷⁶ Relatório do 1º Vice-presidente ao presidente da Província do Maranhão em outubro de 1866. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u335/000006.html>>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

¹⁷⁷ Ordens do dia sob o comando do Marquês do Herval na Guerra do Paraguai, vol. I, 1865, p. 126.

ordem expedida pelo comandante em chefe, o general Osório mencionou que continuava em vigor a praxe dos médicos passarem em revista a inspeção de saúde todos os corpos do Exército, cessando os motivos apresentados na ordem do dia de número 29.

O corpo de saúde do Exército reivindicava melhores condições para o trabalho, devido ao grande número de entrada nos hospitais provisórios. O procedimento de revistas médicas nas tropas do Exército gerou insatisfação do corpo de saúde e tal procedimento, além da ocupação que a revista que acarretava, atrasava o próprio serviço dentro dos hospitais de campanha.

Na tentativa de encaminhar três soldados para o hospital de Buenos Aires, através da canhoneira Belmonte, conforme ofício de junho de 1865, pelo comandante interino da canhoneira, primeiro tenente Francisco Manoel Barroso, notificou o falecimento dos três soldados do corpo provincial de Niterói, Manuel Ignácio de Oliveira Pimentel, Manoel Alexandre Ramos e Marcelino José Teixeira Ruiz por febre tifoide.¹⁷⁸ Com a variedade de doenças acometidas nos acampamentos, os hospitais de campanha não comportavam a grande quantidade de doentes que era necessário acomodar em enfermarias.

A dificuldade em arrumar um edifício onde funcionasse o Hospital Militar brasileiro, em território da Argentina para receber a grande quantidade de enfermos do Exército e da Armada brasileira foi solucionado com ajuda da Sociedade Beneficente Italiana que ofereceu ao governo argentino e este ao Exército brasileiro. Conforme relatório do chefe de saúde Carlos Frederico, em 25 de junho de 1865, ao comandante das forças navais visconde de Tamandaré, já na inauguração do referido hospital com treze enfermarias, foram recebidos, no dia 26 de junho de 1865, trezentos e cinquenta e três doentes de diferentes enfermidades e feridos em combate, mostrando a necessidade de ampliar a capacidade de leitos hospitalares.¹⁷⁹

O general Osório vendo, e pela experiência, os inconvenientes para a boa administração do hospital ambulante, devido à grande acumulação em um só ponto de muitos doentes, resolveu dividir o mesmo hospital em cinco seções separadas

¹⁷⁸ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 03, 005 n° 062, (?/06/1865).

¹⁷⁹ AN/RJ, código 547, volume 6, folhas 140-142, Fundo coleção diversos: correspondências sobre a Guerra do Paraguai, (25/06/1865).

correspondentes as quatro divisões do Exército e a brigada de artilharia.¹⁸⁰ Em ordem do dia nº 111 de 25 de dezembro de 1865, no acampamento de Lagoa Brava no Uruguai, através de aviso do Srº Ministro da Guerra do dia 30 de setembro de 1865, era pedido para que procedesse à minuciosa inspeção nas praças doentes nas enfermarias, para verificar os incapazes e os que não tinham concluído o tempo de serviço, para fossem encaminhados às companhias de inválidos do Rio de Janeiro ou Rio Grande, assim como baixas, sujeito à aprovação do governo, para aqueles enfermos que requeressem, proporcionando o devido transporte.

Na ordem do dia nº 113 em 30 de dezembro de 1865, o General Osório mostrando-se preocupado com as condições dos enfermos nos hospitais de campanha, determina que as autoridades e os fornecedores satisfaçam todas as solicitações da parte do cirurgião-mor do Exército Drº Manoel Feliciano Pereira de Carvalho no hospital de Corrientes ou vizinhanças, como se as requisições fossem do próprio comando do Exército.

Houve também o questionamento do quartel general sobre os enfermos que já estavam curados e que ainda continuavam nas enfermarias, além de um número expressivo de soldados que não tinham moléstia aparente e estavam aptos para o serviço. Neste quadro, mantinham-se nos leitos dos hospitais soldados aptos que prejudicavam o contingente das forças imperiais brasileiras. O questionamento do comando em chefe do Exército ficou confirmado e analisado nas tabelas 5 e 6 comentadas mais adiante.

Em correspondência, datada de 31 de maio de 1866, junto ao *Passo da Patria* no território argentino, o médico Manuel Feliciano Pereira de Carvalho responde ao comandante general Osório algumas observações sobre a visita do coronel Pecegueiro às enfermarias de campanha. Respostas às implicações sobre os médicos que deixam ficar no hospital praças que simulam moléstias, que se encontram como doentes e os que, pretendidos doentes, entram no hospital e não voltam mais para os batalhões são encaminhadas para o comandante, esclarecendo o que o Drº Manuel Feliciano Pereira de Carvalho chama de embaraços e contrariedades.

¹⁸⁰ Ordens do dia nº 91 em 03 de setembro de 1865, sob o comando do Marquês do Herval na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, vol. I, 1865.

Afirmo a V.Ex^a que os médicos não deixam neste Hospital praças com moléstias simuladas. Isto seria um grande crime, porque desfalcando o nosso Exército lhe prepararia uma derrota, ou que é o mesmo um triunfo ao inimigo. [...] Eu tenho também examinado os doentes: os que presentemente se acham neste Hospital e são realmente. Reconheço que há um grande número de doentes. Isto, porém, explica pela natureza insalubre do clima e das circunstâncias do nosso Exército exposto muitas vezes as intempéries atmosféricas e as demais fadigas da guerra. Males estes inerentes a mesma guerra, e que outros exércitos têm sofrido em maior escala, por isso com a mais profunda convicção médica digo a V. Ex^a que se nos demoramos muitos meses entre tantos pântanos, sem água potável e no meio de tantos animais mortos, o número dos doentes será indeterminado.¹⁸¹

Também estava em pauta a manutenção da ordem nos hospitais de sangue do Exército brasileiro, pois além de sua finalidade específica na cura dos enfermos que entravam no hospital, principalmente pela inspeção de saúde às tropas, havia a necessidade de organizar as funções do corpo médico das forças militares. Como toda a estrutura do Exército, naquele momento, estava se reestruturando com o decorrer da guerra, o corpo de saúde se moldou a essas mudanças, conforme as dificuldades iam surgindo. Os números da inspeção de saúde são o reflexo da falta de organização nas províncias do Império do Brasil, que cederam contingentes para o preenchimento dos batalhões. Faltou a parte do governo imperial um maior subsídio para o alistamento militar diretamente nas províncias do Brasil.

O levantamento de dados estatísticos da inspeção de saúde durante a guerra contra o Paraguai, através das ordens do dia do Exército, mostra como era difícil manter uma tropa plenamente unida para todo o serviço militar. Além de importante para entender a questão organizacional da instituição, revela também os procedimentos de laudos médicos e, com base nos laudos de saúde, a necessidade de expedir a ordem de baixa ou de licença para a praça. Verifica-se também, uma ordem de preferência para as licenças de oficiais que escolhem onde desejam ser tratados e, geralmente, escolhem suas províncias de origem ou a Corte do Império. Estabelece-se, dessa forma, o direito pela hierarquia militar, não se estendendo o mesmo direito para os soldados e patentes inferiores.

Na tabela 4, há um levantamento geral da inspeção de saúde no período inicial da guerra de um ano, antes da invasão do território paraguaio pelas tropas da Tríplice

¹⁸¹ IHGB – ACP/CGO, lata 263, mss. 13542, (31/05/1866).

Aliança. Verifica-se, de maneira simples, mas precisa, o quantitativo de militares inspecionados, incluindo os que foram constatados sem moléstia alguma, mas que solicitaram internação alegando problema de saúde. Outros dados estão inseridos como licenças e baixas por vários razões e as licenças que foram concedidas devido à inspeção de saúde chegam a 79,73% do total das licenças concedidas para os militares. Outro ponto a considerar são as baixas dos serviços do Exército que inclui, também, a baixa autorizada pela inspeção de saúde perfazendo 21,58% do total das baixas no período analisado. Todos os laudos dos médicos e cirurgiões do corpo de saúde do Exército são dados que se referem tanto para doenças como para ferimentos em combate. As doenças são diversas, com grande quantitativo de dados relacionados à hérnia inguinal, sífilis, estreitamento de uretra, tuberculose, reumatismo e problemas gastrointestinais.

TABELA 4-Mapa demonstrativo da inspeção de saúde entre 1865 a 1866.

Inspeção de saúde no período de março de 1865 a março de 1866 durante a Guerra do Paraguai:
Total de homens inspecionados: 1.514 homens.
Total constatado com nenhuma moléstia: 168 homens perfazendo 11,10% do total.
Total de militares licenciados: 148 homens.
Total de militares licenciados pela inspeção de saúde: 118 homens 79,73%.
Total de militares que tiveram baixas dos serviços do Exército: 278 homens.
Total de militares com baixas pela inspeção de saúde: 60 homens 21,58%.

Fonte: Número total da inspeção de saúde nas Ordens do Dia sob o comando do General Osório na Guerra do Paraguai, período de 1865 e 1866.

Problemas reumáticos e gastrointestinais estão mais relacionados às diferenças culturais e de costumes dos voluntários de regiões variadas das províncias do Império do Brasil que, naturalmente, sentiram as diferenças de clima mais frio e, em alguns momentos, presenciaram geadas - comuns da região pampeira - ocasionando algumas mutilações de artelhos dos pés e mãos, devido ao intenso frio e a falta de vestuário adequado para enfrentar as variações climáticas da região em que as tropas marchavam e acampavam. Ver anexo 4 e 5.

Em correspondência confidencial de Francisco Otaviano a Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em missão especial, em 8 de julho de 1866, comunica as péssimas condições, a falta de profissionais e o mau planejamento das enfermarias em Corrientes. Os feridos e os enfermos chegam em vapores vindos de Corrientes, sem acomodações necessárias, sem recursos fármacos, sem roupa branca, ou seja, limpa e até sem alimentos. O conselheiro Francisco Otaviano fretou e aparelhou um vapor em melhores condições para transporte dos enfermos para os hospitais em Montevideu e Buenos Aires e, em suas considerações sobre o Exército em Corrientes, comenta a grande confusão a respeito da administração com conflitos pessoais, falta de discriminação regular das funções dos empregados, de gastos excessivos nos depósitos e nos hospitais; nos depósitos, onde não havia nenhum tipo de classificação e estavam misturados gêneros alimentícios junto com fardamento e munição de guerra: “nos obrigam a mim e ao marechal Polydoro a assumir a responsabilidade de darmos provisoriamente algumas providências no sentido de cortarmos tanto abuso.”¹⁸² Quanto ao hospitais, Otaviano mantém suas observações sobre as péssimas condições do alojamentos dos enfermos.

Os galpões, em geral, foram construídos sem as condições higiênicas. Nas do Saladero [hospital] havia sempre entre tábua e tábua uma larga fresta de alto a baixo, por onde o frio e a umidade das noites de inverno no mês de junho, vieram acabar de matar muitos dos feridos das gloriosas jornadas de maio.¹⁸³

Nos hospitais localizados nas cidades de Montevideu e Buenos Aires, acumulavam-se médicos na proporção de 16 médicos para 200 doentes e outros com 6 médicos para 80 doentes como sucedia nos hospitais de Calla-Bolivar e Belgrano em Buenos Aires. Assim foi constatado pelo ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá em correspondência confidencial destinada ao marquês de Caxias, datado em 27 de outubro de 1866, concluindo que os médicos estritamente necessários, deveriam ficar nos hospitais das capitais aliadas e os que não fossem necessários seguissem para Corrientes, pois os médicos contratados e estabelecidos nesses hospitais não queriam sair das capitais aliadas. Conforme Decreto nº 1900 de 7 de março de 1857, os hospitais de campanha são definidos como provisórios ou temporários para prevenir a insuficiência dos hospitais permanentes. Valendo-se do decreto, Paranaguá considera diante das circunstâncias que, desde Montevideu até Corrientes, todos são hospitais

¹⁸² BN/RJ – AM/CMB, 34A, 03, 003 n° 020, (08/07/1866).

¹⁸³ *Ibidem*.

provisórios e os médicos contratados que se recusasse a prestar serviço, deveriam ter seus contratos rescindidos.¹⁸⁴

TÍTULO V – Serviços dos Hospitais em campanha; CAPÍTULO XVIII – Dos Hospitais ambulantes, ou ambulâncias; dos Hospitais temporários, e dos depósitos de convalescentes:

Art. 226. Os Hospitais temporários serão em número proporcional à força e à posição do Exército, e destinados a receberem imediatamente os doentes transportados das ambulâncias ativas.

Art. 227. Os Hospitais temporários também serão estabelecidos todas as vezes que houverem grandes reuniões de tropas em um lugar, por outra qualquer causa eventual e passageira, como acampamentos de instrução e de observação, e o desenvolvimento de alguma epidemia que torne necessário não só o arrendamento da tropa em foco de infecção, mas também que se previna a insuficiência dos Hospitais permanentes para tratamento de doentes em número superior ao de sua lotação.¹⁸⁵

No mesmo Decreto, sobre o novo regulamento do corpo de saúde do Exército, o artigo nº 228 trata das condições em que os hospitais temporários devem estar alocados, situados em lugares salubres, “e que ofereçam todas as condições que a ciência aconselha; exceto nos casos em que as vicissitudes da guerra, reconhecidas pelo general em chefe do Exército obrigar ao sacrifício de colocá-los.”¹⁸⁶ O artigo nº 228 foi posto em prática, principalmente, nos anos iniciais da guerra e, com o comando do marquês de Caxias, se verificou uma melhor estrutura e organização para o corpo de saúde do Exército.

A concentração excessiva de médicos contratados para o serviço nos hospitais de campanha na guerra contra o Paraguai, nas capitais da Tríplice Aliança, foi motivada pela comodidade que um grande centro urbano oferecia, em vez da locação em um meio insalubre onde eram localizados os hospitais do Exército brasileiro. Segundo Paranaguá, a proporção de médicos para doentes nos hospitais provisórios, que se encontravam na região de Corrientes, ficava muito a desejar e as dificuldades de provimento para o serviço médico; provavelmente, não era nada animador para o engajamento do serviço médico na retaguarda do Exército.

¹⁸⁴ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 03, 001 nº 046, (27/10/1866).

¹⁸⁵ DECRETO Nº 1900 de 1857, - Novo Regulamento do Corpo de Saúde do Exército. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=60517&norma=76388>>. Acesso em: 02 de outubro de 2012.

¹⁸⁶ Ibidem.

O tipo de alimentação empregado para as tropas também foi um agravante das muitas baixas nos hospitais de campanha. Para um voluntário da pátria das províncias do nordeste, acostumado com uma base alimentar ou para um voluntário da província do Pará, que se alimenta basicamente de peixe, as necessidades alimentares não foram bem satisfeitas durante o longo período de guerra e tornou-se problemático para os comandos do Exército. O fornecimento da ração para o Exército brasileiro foi vantajoso para comerciantes da região, principalmente argentinos que forneciam gado e forragem para animais de montaria. A base alimentar do Exército afetou muito os soldados ainda não adaptados às quotas de rações dos gaúchos que consistiam em churrasco bovino. Mas o que contribuiu para uma alternativa tanto alimentar e como nas vestimentas das tropas foi o comércio ambulante que seguia o Exército. Foi de grande valia para as necessidades dos soldados esse tipo de mercadores que mantinham contato para vender seus produtos e fornecer entretenimento para as tropas.

Quando o marquês de Caxias chegou a novembro de 1866 em território paraguaio, assumindo o Exército Imperial, ficou surpreso com o surto de cólera no acampamento. A enfermaria central recebeu diariamente 240 a 280 enfermos para tratamento com cólera e que se manifestou em enfermos com outras doenças. O marquês de Caxias recebeu um ofício do Dr^o Zacarias, médico encarregado do hospital, comunicando o aparecimento da epidemia no acampamento. Mas, não só o surto de cólera-morbo no Exército, como também alta incidência de bronquites, pleurises e pneumonias.¹⁸⁷

A cólera ceifou muitas vidas nos acampamentos e poucos enfermos resistiram nas enfermarias próprias para o tratamento da doença. Como vivenciado por Cerqueira, “medonhos cadáveres” tiveram mortes fulminantes em pouco tempo.

Um dia entrei numa enfermaria próxima do batalhão. Havia um montão deles arrumados em andaina nas tarimbas. Tinham a pele enrugada e os olhos fundos. Estavam azulados, escaveirados como se tivessem morrido de fome. Uns mexiam-se, outros não tinham a algidez da morte; eram cadáveres quentes. Os músculos do peito e dos braços contraíam-se como se aqueles mortos ainda vivessem. Vi um braço encolhido distender-se e a mão bater em cheio na face do camarada deitado ao lado, que pela primeira vez ficava impassível.¹⁸⁸

¹⁸⁷ GUIMARÃES, Pinheiro. Um Voluntário da Pátria. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2ª edição, 1958, p. 217-218.

¹⁸⁸ CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980, p. 183.

O atendimento do corpo de saúde nos dois primeiros anos da guerra contra o Paraguai ficou muito a desejar. As condições precárias e de improviso nos hospitais de campanha elevou o índice de morte no Exército, devido à deficiência nos hospitais de sangue, à falta de medicamentos, à falta de barracas apropriadas para os doentes, à falta de carretas de transportes dos feridos e enfermos e ao número reduzido de médicos e enfermeiros.¹⁸⁹

As tabelas 5 e 6 mostram dados estatísticos sobre variações das doenças assinaladas pelas inspeções de saúde entre o período de março de 1865 a março de 1866. Foi constatada uma grande variedade de doenças e complicações de saúde, tanto adquiridas durante a marcha e pela localidade dos terrenos em que as tropas ficaram estacionadas ou quanto pela falta de uma inspeção de saúde, já no recrutamento para as fileiras do Exército, nas províncias do Brasil engajadas para a guerra. O que se viu foi um recrutamento deficiente em relação à organização da saúde dos voluntários que, em muitos casos, chegavam aos batalhões em território estrangeiro, com sérias complicações de saúde.

Foram levantadas para esta pesquisa, do montante de dados listados, as cinco maiores ocorrências verificadas dentro do período analisado nas ordens do dia sob o comando do general Osório nos anos de 1865 e 1866. Tanto na tabela 5 quanto na tabela 6, verificou-se que a maior incidência de casos constatados foi na classificação do soldado com nenhuma moléstia que perfazem o somatório de 224 casos nos dois períodos analisados. Houve um aumento de 52 casos na classificação nenhuma moléstia, ou seja, uma variação de 37,68% da diferença entre os totais desta classificação nos dois períodos de inspeção de saúde.

Já havia uma preocupação do general Osório, como visto anteriormente, com o alto índice de entrada nas enfermarias dos hospitais de campanha de soldados sem moléstia aparente ou que tenham simulado alguma moléstia para fugir dos serviços do Exército em plena guerra. O voluntário que foi engajado para a guerra procurava alternativas para não prestar o serviço militar para a guerra; se possível, uma baixa do serviço ou uma concessão de licença. Foi uma prática de resistência que se prolongou

¹⁸⁹ CUNHA, Marco Antônio. A chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000, p. 80-82.

durante toda a guerra, pois as praças não viam mais a guerra como uma oportunidade de vida melhor. O mesmo voluntário que outrora estava esperançoso e ávido pelos benefícios que o Decreto nº 3.371 de 1865 lhe garantia, não mostrava o mesmo ânimo para combater uma guerra que já estava se prolongando a custo de muitas vidas, inclusive fora dos combates.

Um exemplo da diminuição da vontade de lutar pela causa da pátria foi dado pelo soldado Miguel Pinto da Silva que ficara de guarda no acampamento em Curupaiti, encontrava-se embriagado e deu um tiro na própria mão com espingarda. O ofício enviado pelo comandante do 32º corpo de voluntários da pátria, Antônio Enéas Gustavo Galvão, para o coronel Fernando Machado de Sousa da 11ª brigada de infantaria: “essa praça tem requerido por duas vezes inspeção de saúde e como não tenha obtido da mesma a incapacidade, que deseja, julgo ter procurado esse meio para mutilar-se, o que peço ao conhecimento de V.Sa para os devidos fins”.¹⁹⁰

A alta incidência de reumatismo nas duas tabelas está relacionada à mudança regional e de temperatura chegando a zero grau no Uruguai e na Argentina, a que muitos voluntários brasileiros não estavam acostumados. Das províncias do nordeste e norte do Império do Brasil provinham bom número do contingente para a guerra contra o Paraguai. Dessas províncias de climas mais quentes com cultura e alimentação diferentes das fronteiras do sul do país, fizeram-se muitas baixas nos corpos do Exército, principalmente, na estação de inverno de baixas temperaturas e geadas. Outro importante dado a ser observado é sobre a hérnia inguinal que resultou em muitas baixas nos corpos do Exército. A hérnia inguinal acomete mais os homens e está relacionado a vários fatores e um deles é o esforço físico que aumenta a pressão abdominal que percebe um inchaço na virilha, também conhecida de quebradura, podendo ser hereditária ou a pré-disposição para a doença.¹⁹¹ Nesta situação, o recurso do corpo de saúde era julgar a incapacidade para o serviço. Essa doença acarretou muitas baixas no serviço do Exército durante a guerra contra o Paraguai.

¹⁹⁰ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 05, 007 n° 008, (20/07/1868).

¹⁹¹ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Dicionário de Medicina Popular. São Paulo. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario>>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

TABELA 5-Mapa das principais ocorrências da inspeção de saúde no período de março/1865 a dezembro/1865.

Inspeção de saúde (mar/1865- dez/1865)	Doenças	Quantidade de doentes	Porcentagem da ocorrência
01	Nenhuma moléstia	86	31,39%
02	Reumatismo	59	21,53%
03	Hérnia inguinal	51	18,61%
04	Tuberculose	42	15,33%
05	Ferimento (combate)	36	13,14%
Total de ocorrência:		274	100%

Fonte: Mapa estatístico das maiores ocorrências de doenças pela inspeção de saúde (mar/1865-dez/1865). In: Ordem do Dia da Guerra do Paraguai – 1º Corpo de Exército sob o comando do Marquês do Herval, vol. I 1865.

Na tabela 6, constam, como a quinta maior incidência, as complicações gástricas. Neste período o comando do Exército mantinha a dieta de churrasco, pouca farinha e erva mate,¹⁹² base alimentar comum da região pampeira. A falta de variedade do rancho foi um fator para problemas estomacais graves nos soldados que não tinham culturalmente, a dieta de carne bovina diária no início da guerra. Na mesma tabela, nota-se uma maior incidência de tuberculose que, neste período, passa para a segunda posição em comparação a tabela 5 em quantidade de ocorrências. O agrupamento de grande número de praças nos acampamentos, confinados em barracas nos meses de frio e chuva na região de Corrientes, aumentaram os casos de tuberculose nos corpos do Exército. Nas duas tabelas, coincidem os meses de novembro e dezembro de 1865, mas com dados diferentes nas fontes impressas.

TABELA 6-Mapa das principais ocorrências da inspeção de saúde no período de novembro/1865 a março/1866.

Inspeção de saúde (nov/1865- mar/1866)	Doenças	Quantidade de doentes	Porcentagem da ocorrência
01	Nenhuma moléstia	138	32,39%
02	Tuberculose	90	21,13%
03	Reumatismo	70	16,43%
04	Hérnia inguinal	68	15,96%
05	Gastroenterite	60	14,09%
Total de ocorrência:		426	100%

¹⁹² CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980, p. 137.

Fonte: Mapa estatístico das maiores ocorrências de doenças pela inspeção de saúde (nov/1865-mar/1866). In: Ordem do Dia da Guerra do Paraguai – 1º Corpo de Exército sob o comando do Marquês do Herval, vol. II 1866.

Desde a derrota de Curupaiti, em outubro de 1866 até a tomada da fortaleza de Humaitá, em julho de 1868, o comandante Caxias conviveu com altas taxas e perdas de soldados provocadas pela cólera. Esta fase teve um declínio nos índices de recrutamento acompanhado pelo recrudescimento do alistamento forçado nas províncias brasileiras, acarretando baixas taxas de voluntariado.¹⁹³

As elevadas baixas de doenças nos acampamentos formaram um voluntariado mais relutante em se apresentar e suprir os claros das fileiras. A cólera vitimou muito o efetivo do exército, juntamente com as baixas em combate, aumentando o fluxo dos hospitais de campanha.¹⁹⁴

3.1 – Licenças médicas concedidas: período de 1865 e 1866.

Nas fontes, sobre as Ordens do Dia, sob o comando do general Osório, no período de março de 1865 a junho de 1866, foram observadas, quantitativamente, 258 licenças concedidas, em sua grande maioria, licenças médicas pelo parecer da inspeção de saúde. E nas inspeções de saúde na guerra contra o Paraguai, muitas licenças foram concedidas para tratamento e recuperação da enfermidade nas províncias do Império do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul e na Corte no Rio de Janeiro.

Conforme analisado anteriormente sobre as inspeções de saúde, no período de março de 1865 a março de 1866 que, através de um quadro quantitativo das cinco maiores ocorrências na guerra, em duas tabelas de períodos diferentes, foi levantado um número de liberações de licenças médicas, variando de quinze dias até de seis meses de licença médica. A planilha, que contém um quadro geral das licenças no período em referência, foi elaborada com os seguintes dados como número da ordem do dia; nome do licenciado, o posto do licenciado, a data, o batalhão e os motivos da licença.

As licenças analisadas no período mencionado nos mostram um roteiro seguido para o tratamento da saúde de militares na fronteira da região sul do Brasil, devido muitas vezes à falta de enfermarias nos hospitais de campanha e também por um melhor

¹⁹³ MENDES, Fábio Faria. Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora Ltda, 2010, p. 98.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 104-105.

restabelecimento do enfermo em hospitais com melhores condições para recuperação do doente, seguindo do hospital improvisado no acampamento para a República da Argentina e do Uruguai e, alguns casos, para a província do Rio Grande do Sul.

Os motivos especificados nas licenças médicas concedidas constam dos termos como “permissão para retirar-se”, “retirar-se para” e “recolher-se devido à inspeção de saúde”, através do parecer da junta médica do hospital. Seguindo os termos do motivo para a licença médica, ainda constam em alguns casos que o militar deverá “aguardar ordens da Corte” e, em outros casos, “aguardar decisão do Governo Imperial”.

Observando os dados pesquisados, foi constatado que as liberações de licenças fora do cenário de guerra e dos hospitais de campanha, foram destinadas em cerca de 210 licenças para oficiais do Exército, desde alferes ao brigadeiro e somente 48 licenças para hierarquia inferior ao alferes como soldado, anspeçada, cabo, forriell, sargento e cadete. Do montante da hierarquia subalterna aos oficiais, dezoito soldados, três cabos e quatro sargentos, marcharam para a Vila do Salto, no Uruguai e, daí, para o Brasil, devido à inspeção de saúde de 22 de agosto de 1865.

Observamos, em seguida, uma lista que foi elaborada com a quantidade de licenças concedidas aos oficiais e outros cargos comissionados. Esses números foram extraídos da fonte das Ordens do Dia, no período de março de 1865 a junho de 1866, relativos às licenças médicas concedidas pela inspeção de saúde. Em um total de 200 licenças concedidas, notamos que o maior número foi concedido para a patente de capitão, com total de 64 licenças; seguido da patente de alferes, com 54 licenças no total.

Relação de licenças médicas concedidas para hierarquia da oficialidade:

-Brigadeiro.....	01 oficial
-Tenente coronel.....	07 oficiais
-Coronel.....	06 oficiais
-Major.....	12 oficiais
-Capitão.....	64 oficiais
-Tenente.....	51 oficiais
-Alferes.....	54 oficiais
-Cirurgião.....	03 médicos
-Auditor de guerra.....	01 oficial

-Oficial de pagadoria.....01 oficial

Fica a lacuna para análise das Ordens do Dia dos anos seguintes até o fim da guerra, o que formaria um quadro mais completo e específico sobre os critérios para concessão de licenças médicas pela inspeção de saúde nos hospitais, assim como montar uma relação mais precisa dos tipos de doenças na guerra.

Na ordem do dia nº 668 em 19 de abril de 1869 da repartição de ajudante do general publicada pelo ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, o barão de Muritiba, além de constar a concessão da demissão a pedido do marechal do Exército, então marquês de Caxias, do comando do Exército, mencionava algumas concessões de licenças médicas, em sua maioria, para os oficiais a partir da patente de alferes, já constando a menção de vantagens de vencimentos totais ou parcialmente mantidos durante a licença. Excetuando os casos do major João José de Mello, que recebeu licença para tratar de negócios familiares na província de Minas Gerais e do cirurgião-mor Drº Firmino Rodrigues da Silva, para tratar de seus interesses na província da Bahia. Nas licenças, constava o posto do militar, batalhão de origem, nome e período da licença com vantagens, caso houvesse.

Licenças concedidas: major 34º Corpo de voluntários da pátria José de Almeida Barreto 4 meses com vantagens gerais para tratar de ferimento; major João José de Mello 4 meses à província Minas Gerais para tratar de negócios da família com soldo simples; cirurgião-mor de brigada Drº Firmino Rodrigues da Silva 30 dias com vencimentos para ir à província da Bahia para tratar de interesses; cirurgião-mor brigada Drº Braz Martins dos Guimarães Billac 3 meses com soldo para tratar de saúde; capitão João Lustosa da Cunha 3 meses para ir à província Piauí; tenente de comissão 14º batalhão de infantaria João José da Silva Viveiros 3 meses com vantagens gerais para tratar de ferimento na província Maranhão; tenente 1º regimento de cavalaria ligeira Francisco Geraldo de Andrade Vasconcellos 2 meses com soldo para tratar de saúde na província São Paulo; tenente adido 13º batalhão infantaria Augusto Julio Lacasse 4 meses com vantagens gerais para tratar de ferimento; alferes secretário do 40º Corpo de voluntário da pátria Joaquim Antônio Ribeiro da Fonseca 4 meses com vantagens gerais; tenente de infantaria João Luiz Alexandre Ribeiro 2 meses com soldo para tratar de saúde; alferes adido do 13º batalhão de infantaria Manoel Francelino de Almeida Passos 3 meses com soldo para tratar de saúde; 2º tenente do 2º batalhão de artilharia a pé Francisco Luiz de Campos Junior 3 meses em prorrogação na província Rio Grande do Sul para tratar de ferimento; alferes 11º batalhão de infantaria Manoel José da Silva Leite 2 meses para tratar de saúde com prorrogação na província de

Pernambuco; alferes 48º Corpo de voluntário da pátria Leão Francisco de Santiago para tratar de ferimentos na província Bahia.¹⁹⁵

As transcrições nas ordens do dia, aqui levantadas, das licenças concedidas pela inspeção de saúde, mostram um número expressivo de graduações acima da patente do sargento. Condições diferentes tinham as patentes superiores, em relação às patentes abaixo do alferes, ou seja, a oficialidade mantinha os privilégios com um tratamento mais especializado em hospitais, fora de terrenos insalubres e afastado das enfermarias lotadas de campanha. Privilégio de um pronto restabelecimento da saúde do oficial em um ambiente hospitalar, mas em melhores condições.

Na fronteira do Brasil com o Uruguai, nos anos iniciais da guerra, os hospitais estavam de prontidão para receber enfermos vindos dos acampamentos da região de Corrientes, enquanto soldados eram tratados nos hospitais provisórios em condições já relatadas, somente por incapacidade para o serviço do Exército, eram encaminhados para o Brasil e depois para sua província de origem.

Nos anos finais, observou-se nas licenças concedidas, uma movimentação para as províncias de preferência dos oficiais beneficiados. Com a ocupação de Assunção, capital paraguaia, pelas forças aliadas comandadas por Caxias e com as forças paraguaias de Solano Lopez na total falta de estrutura para manter a guerra, os pedidos de licenças médicas e deslocamento para fora da região do conflito foram mais intensificados. Já não havia a necessidade de manter um Exército com número expressivo de soldados no Paraguai, mantendo um número menor, diferente dos anos cruciais da guerra.

Em trechos do diário de Francisco Inácio Marcondes de Homem Mello, presidente da província do Rio Grande do Sul, em sua viagem à capital paraguaia, comenta acerca dos trabalhos do Exército na guerra e postura de alguns militares. Critica ainda, o procedimento do comandante Caxias que se retirou do comando do Exército, sem prévia licença do governo e sem se despedir, acarretando um desgosto profundo no Exército. Em 7 de março de 1869, escreve Homem de Mello: “[...] a situação da guerra é hoje mais difícil que nunca. Todos estão fatigados desta longa e

¹⁹⁵ Relatos dos feitos de armas de dezembro de 1868 do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva. Publicação comemorativa do 133º do aniversário da “dezembrada”. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul/RS, 2001.

errante cursada; e todos se inquirem, cheias de aflição, se esta guerra não está finda com a posse de Assunção.”¹⁹⁶

¹⁹⁶ BN/RJ – AM/CMB, 34A, 03, 001 n° 025, (04/05/1869).

CONCLUSÃO

Programa de festejos a serem realizados na Rua dos Ourives entre Ouvidor e Sete de Setembro, por ocasião da chegada de S.A. o Sr^o Conde d'Eu ex-general em chefe das forças brasileiras no Paraguai.

Programa de festejos da Rua dos Ourives entre Ouvidor e Sete de Setembro: 1 arco do triunfo no canto da Rua do Ouvidor; 1 arco do triunfo no canto da Rua Sete de Setembro; 14 arcos pequenos formando de noite um caramanchão luminoso.

Em cada arco, o nome das principais batalhas do Paraguai e no centro as iniciais de S.A. real o Conde d'Eu. Todo iluminado e embandeirado a capricho.

Programa de festejos a serem realizados no Outeiro da Glória, por ocasião da chegada de S.A. o Sr^o Conde d'Eu, ex-general das forças brasileiros no Paraguai.

A comissão encarregada dos festejos que devem verificar-se à chegada da Sua Alteza o Sr^o Conde d'Eu no Outeiro da Glória e circunvizinhança, pretende fazer celebrar um solene Te déum em Ação de Graças, ao Altíssimo pelas vitórias alcançadas por Sua Alteza nos campos do Paraguai, e bem assim decorar a praça e ladeira com bandeiras e coretos. O dia para a celebração do Te déum será fixado para S.A., e os das iluminações serão aqueles que no programa qual forem designados pela Ilm^a Câmara Municipal.¹⁹⁷

O programa idealizado para realização dos festejos de “Boas Vindas” ao comandante das forças brasileiras e alteza real conde d'Eu, mostra bem o contexto histórico aqui pesquisado. A figura do “civilizador”, conde d'Eu, representante da monarquia de sistema político, econômico e social escravista, e também de outros generais que estiveram na guerra, manteve-se durante um bom período na historiografia brasileira como os principais personagens da guerra contra o Paraguai. Uma História Política Tradicional que era contada através da narrativa dos grandes feitos e da figura importante como um militar ou da elite nacional.

As crônicas militares, as estratégias passadas, os monarcas importantes, os relatos de testemunhos foram práticas de historiadores durante longo período, assim como a literatura histórica, que também foge da perspectiva do conhecimento científico. Mas não devemos excluir os que se utilizaram delas para ter um conhecimento histórico no seu mundo contemporâneo. O conhecimento é evolutivo e a metodologia da História

¹⁹⁷ AGC/Rio de Janeiro – doc. 44.1.47, FCM/série Guerra do Paraguai, (11/04/1870).

também. O que concerne à pesquisa é a necessidade de interpretação; seja ela objetiva ou subjetiva, para o avanço do conhecimento.¹⁹⁸

Considerar aquele sujeito histórico que pouco apareceu ou quase não apareceu na historiografia é relevante para compreender a sociedade em que viviam. Nesta pesquisa são mencionados diferentes estratos sociais, desde o voluntário ex-escravo ao oficial superior. Esses personagens alheios, na historiografia do seu tempo, são os principais coadjuvantes da História da guerra contra o Paraguai. Através deles, sabemos as reais condições em que estiveram inseridos no seu tempo histórico e no cotidiano nos acampamentos de campanha. Nos capítulos deste trabalho, analisamos os motivos da insegurança, da revolta, da resistência, da indisciplina e, sobretudo, o meio social que se formou de um Exército com um voluntariado bastante heterogêneo e com múltiplos estratos sociais. Neste quadro de heterogeneidade, ao contrário da visão do Exército coeso e heroico da historiografia tradicional, principalmente do final do século XIX e início do século XX, como por exemplo, de Dionísio Cerqueira, houve a necessidade de manter o equilíbrio das forças militares, devido ao emprego de grande proporção da população de desfavorecidos nas fileiras. O emprego dessa população desprovida socialmente foi um fator de preocupação com a segurança no Exército, através da disciplina e do próprio poder do Estado monárquico. Preocupação esta, com a manutenção da ordem imperial escravista e também em manter o espírito nacional para a guerra, evitando o que poderia ser um terreno propício às práticas subversivas e que, naquele momento, não era pouco provável.

A estrutura do sistema escravista no Brasil vigorou desde o período colonial até o segundo reinado com baixa inserção social, através da produção econômica baseada na grande lavoura; teve como manutenção da rígida disciplina dos escravos com a aplicação de castigos, sendo os mais comuns o uso da palmatória, do tronco e do chicote. Mas naquele tempo a sociedade brasileira se adaptou muito bem ao sistema escravista e, mesmo com sua decadência e conseqüentemente abolição da escravidão, os “vícios” da estrutura social escravocrata perduraram nas décadas iniciais da oligarquia republicana com a figura dos “coronéis”.

¹⁹⁸ VILAR, Pierre. Iniciación al vocabulário del análisis histórico. Barcelona: Grupo Editorial Grijalbo, 1981, p. 29.

Dentro deste sistema, os castigos também eram aplicados nos soldados e nos marinheiros. As penas como açoite e palmatória constituíam pena disciplinar comuns e autorizadas pela legislação. A sociedade escravista no Império do Brasil precisava manter a ordem nos estratos sociais não elites ou “perigosos”: “A sociedade estava organizada na razão do domínio e da prepotência”.¹⁹⁹

Não foi diferente a legitimação dos castigos aos soldados infratores no Exército brasileiro. O domínio do corpo do indivíduo foi um meio de coerção aplicado, até mesmo, no recrutamento para a guerra. Os voluntários que se alistaram para a guerra contra o Paraguai, incluídos os corpos da Guarda Nacional, tiveram que ser moldados pela disciplina militar e pelos códigos disciplinares que eram vigentes. Verificamos, na pesquisa, que os voluntários vieram de regiões mais distantes e distintas do Império do Brasil e muitos desses voluntários eram alforriados, livres da escravidão, mas presenciaram outros meios de legitimar a coerção sem ser pelo seu senhor. Desta vez, o outro senhor tinha uma espada e uma patente de oficial no uniforme. Também houve o outro lado do voluntário, que não era um ex-escravo, mas sim, um voluntário livre e branco ou mestiço, ciente que a chibata aplicava-se no escravo “indisciplinado” e “fujão”, pois os dois grupos, querendo ou não, participavam da pirâmide social escravagista. Era provável que nenhum dos dois tipos de voluntários aceitasse tais coerções; um, por lembrar seu passado como escravo e o outro por não querer se “igualar” a um escravo.

No meio coercitivo do Exército, muitos soldados não se moldaram a esse sistema criado pela elite desde o período colonial. As insubordinações ao comando e às práticas contrárias às leis militares estiveram presentes durante toda a guerra contra o Paraguai. Essas indisciplinas foram motivadas ao longo da guerra e foram mencionados nos capítulos anteriores como conflitos internos nas tropas; o próprio mecanismo de coerção, com a aplicação de punições; a insegurança alimentar e psicológica; a necessidade de evadir-se para fugir do serviço do Exército; a falta da companhia feminina, incluindo a formação de núcleo familiares dentro dos acampamentos, que, mesmo aceita pelos comandantes, era uma insubordinação; o quadro epidemiológico grave, que se instalou nos acampamentos e gerou um grande número de baixas e licenças para tratamento médico.

¹⁹⁹ COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 6ª edição, 1998, p. 292.

Procurei confrontar e dialogar com as fontes, principalmente manuscritas, seguindo um sentido temporal do período pesquisado sobre a permanência das práticas indisciplinadas no Exército em toda a guerra. Dessa forma, mostrei que mesmo com as punições e prisões dos ditos infratores, a manutenção da ordem foi uma das questões mais difíceis que os comandantes das forças brasileiras, na guerra contra o Paraguai, tiveram que enfrentar. O marquês de Caxias foi um dos comandantes que mais defendeu a punição exemplar e foi contra as numerosas petições de graça para comutação da pena de morte que muitos soldados utilizaram como recurso, em última instância. Mormente, que diversos conflitos sociais podem acontecer em um alojamento com grande número de pessoas, as possibilidades de respostas para elucidar as indisciplinas que levam pessoas a deflagrar pela dignidade, pelo código de honra e até mesmo pela falta de dignidade, foi a tônica da presente pesquisa.

O tema proposto coincidiu com a ideia na pesquisa de Maria Teresa Garritano Dourado²⁰⁰ que trata da História esquecida da guerra contra o Paraguai. Enquanto a pesquisa aqui apresentada, ainda era um projeto com diversas fontes acumuladas, Dourado já terminava seu tema da guerra. Dourado utiliza bem as fontes de memorialistas e uma vasta bibliografia sobre o tema, analisando as insubordinações, deserções, doenças e as condições sanitárias nos acampamentos. Diferente do que exponho, há o diálogo com as fontes manuscritas e impressas como as Ordens do dia e o Conselho de Estado que confronto com algumas fontes sobre os processos em andamento relativo às penalidades dos soldados. Faltou, no trabalho de Dourado, uma análise mais detalhada do ambiente epidemiológico, através das inspeções de saúde e um levantamento das maiores ocorrências das baixas hospitalares pelas Ordens do Dia. Também está em foco nesta pesquisa o núcleo familiar e sua formação, cabendo à prova dessa presença, através das fontes mais seguras do que as dos memorialistas.

Autores como Jorge Prata de Sousa, Ricardo Salles e Vitor Izecksohn, analisaram a formação do Exército e a criação dos corpos de voluntários da pátria, através do recrutamento espontâneo, forçado e do negro alforriado. Também corroboram com os meios coercitivos desde o alistamento e durante o período da guerra.

²⁰⁰ DOURADO, Maria Teresa Garritano. A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. 2010, 221f. Dissertação, USP, São Paulo.

O que faltou como ferramenta importante para a pesquisa desses autores foi observarem as Ordens do Dia de cada comando do Exército, no período da guerra contra o Paraguai. Para Izecksohn, a análise dessa fonte obteria uma melhor compreensão sobre o núcleo profissional do Exército, através das promoções à oficialidade onde constam critérios para o aumento de patentes militares para preencher a demanda nos batalhões. A fonte das Ordens do Dia mostra que as promoções por antiguidade e merecimento foram mais frequentes do que por estudos. Promoções por merecimento, por antiguidade, por bravura e por estudos servem como parâmetro, no momento em que era necessária maior circulação de corpos nos quadros do Exército, devido às baixas e batalhões dissolvidos. São dados relativos que tratam da ascensão de patentes podendo fazer uma estimativa desta movimentação de pessoal militar na retaguarda, com os critérios por merecimento e antiguidade de maior número de ocorrência. Através deste instrumento, o pesquisador teria uma visão da estrutura organizacional que o Exército praticava naquele momento, com suas particularidades e sistema promocional a que a força militar estava se adaptando e, ainda, com critérios antigos desde sua criação como força coercitiva da elite, prevalecendo aos critérios de promoção por estudos.

Jorge de Sousa e Ricardo Salles, que pesquisaram a formação dos corpos de Voluntários da pátria, entenderam que essa formação teve como base as camadas mais populares da sociedade imperial. Uma das camadas analisadas foi a dos libertos que Jorge de Sousa quantificou através dos registros de cartas de alforrias dos cartórios do Rio de Janeiro. Já, Ricardo Salles, listou um mapa do Ministério da Guerra sobre os libertos alistados para a guerra. Compreendemos que essas contradições sociais uniram senhores, despossuídos e alforriados para uma finalidade, a guerra. Mesmo que não tivessem de forma explícita nas fontes de Ordens do dia dos comandos do Exército dados sobre a participação de determinadas camadas sociais, mesmo assim, os dois autores obteriam uma estimativa mais apurada para a organização e administração dos corpos do Exército para a guerra contra o Paraguai. A possibilidade de planificar todas as anotações das Ordens do dia impressas no período proporcionaria um número aproximado da organização dos corpos do Exército, assim como a origem provincial de alguns soldados e suas mobilizações entre os batalhões. Um caso especial mencionado na Ordem do dia foi do soldado Raymundo Manoel do 3º batalhão de artilharia a pé excluído do serviço militar por ser escravo e haver sido reclamado pelo Chefe de polícia

da província do Pará. Isso mostra como a fonte ainda pouco explorada é ampla para novas pesquisas.

Marco Cunha salienta que a organização bélica e profissional para a guerra com grande campanha para a mobilização nacional estendeu para escravos alforriados e outras camadas sociais, incorporados ao Exército, à percepção de cidadania. Para o autor, a coesão interna, propugnada pela campanha de mobilização foi o que conferiu ao Exército uma identidade nacional. A defesa dos interesses nacionais com a guerra contra o Paraguai fez ecoar ao imaginário brasileiro, no final do século XIX, a consciência cívica da nacionalidade.²⁰¹

Fazendo uma releitura da bibliografia sobre a guerra contra o Paraguai, desde historiografia tradicional, observamos que muito foi escrito focando o ideal nacionalista, nas batalhas vitoriosas, na diplomacia regional, nos corpos de Voluntários da Pátria, comércio, saúde, grupos sociais e trabalhos imagéticos da guerra. Contudo, o tema mais conhecido como “Guerra do Paraguai” é amplo e requer mais aprofundamento. As fontes são numerosas e atraentes para novas observações. Na ideia inicial de construir um cotidiano nos acampamentos militares, surgiram numerosas fontes manuscritas sobre a indisciplina ou, talvez, insatisfação dos soldados pelas condições da guerra.

Ainda não há uma máquina do tempo para voltar ao passado, mas chegar próximo da realidade deste passado aqui estudado é a tarefa do historiador, pois foi, através das fontes que denunciaram o comportamento humano naquele momento, que concluímos que o voluntário tentou se impor àquela ordem vigente, mas sabia da sua importância para manutenção da instituição do Exército e lutou, mesmo que insatisfeito, para voltar com respaldo da sociedade em que vivia. Afinal, a guerra foi ganha e o maior vitorioso, o Império do Brasil, conseguiu manter a *pax* regional que tanto almejou, mas a custo de muitas vidas humanas.

²⁰¹ CUNHA, Marco Antônio. Op. cit., p. 145-146.

FONTES

MANUSCRITAS**- ARQUIVO GERAL DA CIDADEDO RIO DE JANEIRO**

Fundo Câmara Municipal/série Guerra do Paraguai, doc. 44.1.47, (11/04/1870).

Fundo Câmara Municipal/série Guerra do Paraguai, doc. 44.1.48, (27/06/1865).

- ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Manuscritos, fé de ofício, indicação XXX 32.21.

Manuscritos, fé de ofício, indicação V.2.42.

- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 6, folha 20 (14/11/1865).

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 6, folha 23.

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 6, folha 127.

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 6, folha 174 (03/11/1865).

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 6, folhas 140-142 (25/06/1865).

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 6, folha 210 (11/12/1865).

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 6, folha 238 (05/12/1865).

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 7, folha 34 (14/01/1866).

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 7, folhas 99-102 (24/01/1866).

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 7, folhas 123 (31/01/1866).

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 7, folhas 133-135.

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 7, folhas 137.

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 7, folha 180 (23/03/1866).

Correspondências sobre a Guerra do Paraguai: fundo coleção diversos, código 547, volume 7, folha 238 (28/02/1866).

Cartas reservadas e confidenciais referente à Campanha do Paraguai: fundo coleção diversos, código 924, volume 2, folha 65 (01/12/1867).

Cartas reservadas e confidenciais referente à Campanha do Paraguai: fundo coleção diversos, código 924, volume 2, folha 71 (04/12/1867).

Cartas reservadas e confidenciais referente à Campanha do Paraguai: fundo coleção diversos, código 924, volume 2, folha 72 (04/12/1867).

Cartas reservadas e confidenciais referente à Campanha do Paraguai: fundo coleção diversos, código 924, volume 2, folha 73.

Cartas reservadas e confidenciais referente à Campanha do Paraguai: fundo coleção diversos, código 924, volume 4, página 187.

- BIBLIOTECA NACIONAL

Coleção Mário Barreto – 34A, 03, 001, nº 014 (10/07/1868).

Coleção Mário Barreto – 34A, 03, 001, nº 025 (04/05/1869).

Coleção Mário Barreto – 34A, 03, 001, nº 046 (27/10/1866).

Coleção Mário Barreto – 34A, 03, 003, nº 009 (12/08/1866).

Coleção Mário Barreto – 34A, 03, 003, nº 020 (08/07/1866).

Coleção Mário Barreto – 34A, 03, 005, nº 062 (?/06/1865).

Coleção Mário Barreto – 34A, 05, 001, nº 021 (29/09/1866).

Coleção Mário Barreto – 34A, 05, 001, nº 026 (24/07/1866).

Coleção Mário Barreto – 34A, 05, 005, nº 004 (04/06/1865).

Coleção Mário Barreto – 34A, 05, 006, nº 003 (20/01/1868).

Coleção Mário Barreto – 34A, 05, 007, nº 005 (11/05/1868).

Coleção Mário Barreto – 34A, 05, 007, nº 008 (20/07/1868).

Coleção Mário Barreto – 34A, 05, 009, nº 005 (15/09/1866).

Coleção Mário Barreto – 34A, 05, 010, nº 018 (03/01/1868).

- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – RIO DE JANEIRO

Coleção Barão de São Borja – DL 449.53 (19/09/1869).

Coleção Barão de São Borja – Lata: 447 – Pasta: 21 (07/10/1869).

Coleção Barão de São Borja – Lata: 447 – Pasta: 22 (11/10/1869).

Coleção Barão de São Borja – Lata: 447 – Pasta: 23 (15/10/1869).

Coleção Barão de São Borja – Lata: 449 – Pasta: 25 (07/10/1869).

Coleção Barão de São Borja – Lata: 449 – Pasta: 29 (09/09/1869).

Coleção General Osório – Lata: 230 – Pasta: 7725 (11/01/1865).

Coleção General Osório – Lata: 239 – Mss. 9334 (07/10/1865).

Coleção General Osório – Lata: 242 – Pasta: 10021 (29/10/1869).

Coleção General Osório – Lata: 243 – Pasta: 10071 (19/02/1868).

Coleção General Osório – Lata: 252 – Pasta: 36 (20/10/1868).

Coleção General Osório – Lata: 253 – Pasta: 14 (25/05/1868).

Coleção General Osório – Lata: 253 – Pasta: 20 (24/07/1868).

Coleção General Osório – Lata: 260 – Pasta: 9608 (10/10/1868).

Coleção General Osório – Lata: 260 – Pasta: 13067 (11/05/1867).

Coleção General Osório – Lata: 261 – Mss: 13147 (11/01/1865).

Coleção General Osório – Lata: 261 – Pasta: 13173 (20/06/1865).

Coleção General Osório – Lata: 263 – Mss: 13542 (31/05/1866).

IMPRESAS

Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra por Manoel Joaquim do Nascimento e Silva – 1842-1866. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

Consultas do Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra por Manoel Joaquim do Nascimento e Silva – 1867-1872. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

Ordem do Dia da Guerra do Paraguay – 1º Corpo de Exército sob o comando do Marquês do Herval, vol. I 1865.

Ordem do Dia da Guerra do Paraguay – 1º Corpo de Exército sob o comando do Marquês do Herval, vol. II 1866.

Relatos dos feitos de armas de dezembro de 1868 do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva. Publicação comemorativa do 133º do aniversário da “dezembrada”. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul/RS, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLI, Roberto B.; TAUNAY, Alfredo D'E. História Geral da Civilização Brasileira: das origens à atualidade. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Bloch Editores SA, 1973.

ALENCAR, José de. Cartas de Erasmo. In: CAVALHO, José Murilo de (org). Rio de Janeiro: ABL, 2009.

BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. 4ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2008.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BURKE, Peter (org). A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. A Escola dos Annales (1929-1989): revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

BURTON, Richard F. Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.

CALMON, Pedro. História Social do Brasil: espírito da sociedade imperial. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMINHA, Herick Marques. História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha. Brasília: FUNCEP, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1997.

CARR, Edward Hallet. Que é história? 8ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, José Murilo. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. D. Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CENTURION, Juan Crisostomo. Reminiscências Históricas sobre la Guerra del Paraguay. Buenos Aires: Imprensa de Obras, 1894.

CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980.

CHIAVENATO, Júlio José. Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 6ª edição, 1998.

COSTA, Wilma Peres. A Espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CUNHA, Marco Antônio. A chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.

D'EU, Conde. Viagem Militar ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1981.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1982.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

FILHO, Synesio Sampaio Goes. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

FRAGOSO, Augusto Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. 05 volumes. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Outras visões do Rio de Janeiro: antologia de textos (1582-1808). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000.

FRIDMAN, Fânia. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

GUIMARÃES, Pinheiro. Um Voluntário da Pátria. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2ª edição, 1958.

HAHNER, June E. A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, Tomo II, 4º volume, 5ª edição, 1995.

IZECKSOHN, Vitor. O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997.

LEMOS, Renato. Cartas da guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: Editora IPHAN, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MENDES, Fábio Faria. Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Belo Horizonte: Argumentvm Editora Ltda, 2010.

MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

NEUMANN, Eduardo Santos e GRIJÓ, Luiz Alberto (org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apiauri, 2010.

PERROT, Michelle. A mulheres ou os silêncios da história. Bauru, EDUSC, 2005.

PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

POMER, León. Paraguai: nossa guerra contra esse soldado. 4ª edição, São Paulo: Global Editora, 1986.

RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil. 3ª edição, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1978.

SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

_____. Guerra do Paraguai: memórias e imagens. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

SEEBER, Francisco. Cartas sobre la Guerra del Paraguay 1865-1866. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso, 1907.

SILVA, José Bonifácio de Andrada, Miriam Dolhnikoff (org.). Projetos para o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, Jorge Luiz Prata de. Escravidão ou morte: os escravos na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/ADESSA, 1996.

TAUNAY, Carlos Augusto. MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). Manual do agricultor brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAUNAY, Visconde de. A retirada da Laguna. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.

_____. Diário do Exército: Campanha do Paraguai 1869-1870. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002.

THOMPSON, George. A Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

TORAL, André Amaral de. Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

VERSEN, Max Von. História da Guerra do Paraguai. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1976.

VILAR, Pierre. Iniciación al vocabulário del análisis histórico. Barcelona: Grupo Editorial Grijalbo, 1981.

WASSERMAN, Cláudia. História da América Latina: cinco séculos. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

WEIGLEY, Russell F. (org.). Novas Dimensões da História Militar. Rio de Janeiro: BIBLIEX, Volume II, 1982.

TESES E DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. A presença indígena na Guerra com o Paraguai (1864-1870). Mestrado História UFMT 2006.

ARAÚJO, Johny Santana de. BRAVOS DO PIAUÍ! ORGULHAI-VOS. SOIS DOS MAIS BRAVOS BATALHÕES DO IMPÉRIO: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866. Doutorado História UFF 2009.

BARROS, Ruy Coelho de. A Guerra com o Paraguai: Aspectos polêmicos. Aprofundamento. Mestrado História UFMT 2007.

CARVALHO, Maria Meire de. Vivendo a verdadeira vida: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combate. Doutorado História Unb 2008.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na guerra do Paraguai. Mestrado História UFMS 2002.

_____. A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. Mestrado História Social USP 2010.

FRADE, Everaldo Pereira. Os ex-combatentes da Guerra do Paraguai nas ruas do Rio de Janeiro: discursos e práticas em torno de um exército vencedor (1870-1874). Mestrado História UERJ 2006.

LAVARDA, Marcus Túlio Borowinski. A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico Semana Ilustrada – 1865-1870: Um discurso visual. Mestrado História UF da Grande Dourados 2009.

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. A noite das Kygua Vera: A mulher a reconstrução da identidade nacional paraguaia após a Guerra da Tríplice Aliança (1867-1904). Doutorado História UFF 1998.

SOUZA, Maria Regina Santos de. Impactos da “Guerra do Paraguai” na província do Ceará (1865-1870). Mestrado História UFC 2007.

REFERÊNCIA DA INTERNET

BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. São Paulo: Estudos avançados, ago.1995, vol.9, nº 24, p.269-285. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401419950>. Acesso em: 4 de outubro de 2010.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-Sul: séculos XVII e XVIII. Revistas de História Regional. n.3(2): Inverno 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/>>. Acesso em: 12 de março de 2011.

CENTER for Research Libraries. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. São Paulo: Dicionário de Medicina Popular. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br>>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

COLEÇÃO das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1864. Brasília/DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/publicacoes/doimperio/colecao>>. Acesso em: 18 de julho 2012.

DECRETO-LEI. Brasília/DF: Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>. Acesso em: 01/08/2012.

DORATIOTO, Francisco. História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Jan.2009. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/49012>>. Acesso em: 7 de junho de 2011.

MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia da instauração à restauração historiográfica (1871-2002). Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Mar.2009. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/55579>>. Acesso em: 08 de junho de 2011.

PUBLICAÇÃO, Conselho de Estado sobre negócios relativos ao Ministério da Guerra 1842-1872. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>. Acesso em: 21 de agosto de 2012.

SENADO, do Governo Federal. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=60517&norma=76388>>. Acesso em: 02 de outubro de 2012.

SILVA, Antônio Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em: 28 de setembro de 2011.

ANEXOS

ANEXO 1

Decreto nº 3.371

“Atendendo às graves e extraordinárias circunstâncias em que se acha o País, e à urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do Corpo Legislativo, todas as providências para a sustentação no exterior da Honra e Integridade do Império, e tendo ouvido o meu Conselho de Ministros, hei por bem decretar:

Art. 1º. São criados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas.

Art. 2º. Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exército, mais 300 réis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixas, e prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.

Art. 3º. Os Guardas Nacionais, praças de pré, que se apresentarem, serão alistados na primeira linha com as mesmas vantagens do artigo 2º, passando nos postos que tiverem nos Corpos da mesma Guarda, a que pertencem.

Art. 4º. Os Voluntários compreendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que for declarada a paz, dando-se-lhes imediatamente passagem para onde solicitarem, no caso que tenham de se transportar por mar.

Art. 5º. As baixas não dependerão de ordem do Governo, ficando os Comandantes dos respectivos Corpos autorizados a dá-las logo que forem reclamadas pelos indivíduos que tiverem direito.

Art. 6º. Os Voluntários terão todas as regalias, direitos e privilégios das praças do Exército, para serem reconhecidos cadetes ou particulares, sem que para isso percam as vantagens do artigo 2º e possam ser promovidos a oficiais quando se distinguirem.

Os que tiverem direito a ser reconhecidos cadetes ou particulares poderão usar logo dos respectivos distintivos, até que se proceda aos Conselhos de Direção e Averiguação, quando o Quartel-General o faculte, ficando dispensados da apresentação de escritura de alimentos.

Art. 7º. Aqueles que desistirem da baixa, depois de feita a paz, e continuarem a servir por mais três anos, receberão, além das outras vantagens, 300\$000, sendo 100\$000 nesse ato e o resto no fim de três anos.

Art. 8º. Os Voluntários de tratam os artigos 2º e 3º ficarão isentos do serviço do Exército e Marinha, assim como do serviço ativo da Guarda Nacional, quando não se queiram prestar voluntariamente. Os do artigo 3º, quando prestem, terão preferência na promoção aos postos de oficiais, dada igualdade de circunstância com outros.

Art. 9º. Os Voluntários terão direito aos empregos públicos de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos.

Art. 10º. As famílias dos Voluntários, que falecerem no campo de batalha ou em consequência de ferimentos recebidos nela, terão direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os oficiais e praças do Exército. Os que ficarem inutilizados por ferimentos recebidos em combate perceberão durante sua vida soldo dobrado de voluntário.

Art. 11º. Todos os Voluntários de que trata este Decreto terão no Braço esquerdo uma chapa de metal amarelo com a Coroa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras – “Voluntários da Pátria” – da qual poderão usar mesmo depois da baixa.

Art. 12º. O Governo concederá, em atenção aos serviços relevantes prestados pelos ditos Voluntários, graduações de oficiais honorários do Exército; e solicitará do Corpo Legislativo autorização para conceder-lhes vitaliciamente o soldo por inteiro ou em parte correspondente aos seus postos.

Art. 13º. As praças dos Corpos Policiais do Império e os indivíduos que já tiverem obtido baixa desses Corpos e dos de 1ª linha terão todas as vantagens concedidas aos voluntários Guardas Nacionais.

Art. 14º. Gozarão de todas as vantagens aqueles que na Corte e Província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas províncias mais próximas no de 3 meses, e nas mais remotas em 4, contados da data da publicação deste Decreto, nas respectivas capitais, os Guardas Nacionais aos Comandantes Superiores, e onde os não houver aos Comandantes dos Corpos, e os outros voluntários às Autoridades que o Governo designar.

Art. 15º. Ficam provisoriamente revogadas as disposições em contrário.

Os meus Ministros e Secretários de Estado dos Negócios das diversas Repartições assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de janeiro de 1865; 44º da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador,

Francisco José Furtado, José Liberato Barroso, Carlos Carneiro de Campos, João Pedro Dias Vieira, Henrique Beaurepaire Rohan, Francisco Xavier Pinto Lima, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.”

ANEXO 2

Biblioteca Nacional

Coleção Mário Barreto: 34A, 05, 005 n° 027.

Autor: OLIVEIRA, Maria Clara de.

Tit.: Carta ao comandante em chefe do Exército no Rio Grande do Sul, Barão de Porto Alegre, denunciando a violência praticada por praças do 8° batalhão.

Local: São Borja – 16/02/1866

Ilm° Exm° Sr° Tenente General Barão de Porto Alegre Comandante em chefe do Exercito em operações nesta província.

Maria Clara de Oliveira vêm com todo o respeito, implorando a devida vênia, expor á V. Ex^a a violência do que Ella e suas filhas, Athanasia Paes de Oliveira, e Antonia Paes de Oliveira, acabam de ser vitimas tendo sido atacadas e insultadas em sua própria casa, sito na Rua do Sol desta Villa, pelas 10 horas mais ou menos da noite de 11 do corrente, violência essa praticada por 6 praças do 8° batalhão de Voluntários da Pátria, como V.Ex^a se dignará ver pela exposição, que passará á fazer.

No dia 8 do corrente, Exm° Sr°, o cabo d'Esquadra Manoel Sant'Anna Cardozo aparecia à porta de casa da suplicante à pretexto, de pedir fogo, e aproveitou este ensejo para dirigir à sua filha Antonia [...] exações, que não só a decência, como profundo respeito devido á posto de V. Ex^a mandão calar. Apesar da repulsa que teve em resposta, confirmou aquele cabo à aparecer todos os dias, até que no dia 11, tendo passado por vezes, á tarde ali voltou todo vestido de branco, armado [pois consta que se achava de ronda ou patrulha], e acompanhado de um soldado; e despeito de por não ser recebido ainda desta vez, como desejava, prorrompeu em insultos e ameaças, e retirou-se.

Às 10 horas da noite mais ou menos, o mencionado cabo e mais 5 praças tentarão forçar as portas da casa da suplicante, ameaçando-as, caso não lhes fosse franqueada a entrada, e se não conseguissem satisfazer seus libidinosos desejos.

A suplicante já avançada em idade, e adoentada fugiu espavorida [pois achava-se então nos fundos da casa], implorando em altos gritos socorro dos vizinhos, e confiada em uma guarda, que existe na mesma sua guardando em deposito, a qual impossível era não ouvir seus gritos por não ser grande a distancia entre sua casa da suplicante e a dita guarda. Ninguém lhe acudiu.

Achando forças no amor de mãe, e procurando sobre a sorte de suas infelizes filhas, teve de voltar à sua casa, mas em caminho foi encontrada por seus perseguidores, que a procurarão. Foi então que o cabo Manoel Sant'Anna Cardozo, ameaçando sobre a suplicante, e intimando lhe que se calasse, quando não – a mataria – descarregou lhe, com um sabre, duas fortes pancadas, uma sobre a cabeça felizmente envolvida em um lenço, e outra no ombro direito, à cuja dor teve de ceder caindo por terra, e seus algozes desaparecerão protegidos pela escuridão da noite, e sem haver infelizmente quem lhes fosse no encalço. Nesta ocasião, aparecerão suas duas filhas, que doentes como estavam e até em tratamento, como se pode provar, venham em socorro de uma miséria mais, resultando de semelhante abalo, e do mau tempo que então fazia, se terem agravado seus incômodos, e soube então a Suplicante que os referidos soldados conseguirão deitar abaixo uma das portas dos dois únicos quartos que ali existem, a qual caiu sobre a cabeça de uma filha Athanasia, molestando a bastante, mas assustados pelos gritos da suplicante foram em sua procura, e maltrataram-na, como assim se expôs.

A guarda do depósito declarou as filhas da suplicante não ter visto passar pessoa alguma, alegando a escuridão da noite.

Pela exposição feita verá V.Ex^a à que perigos estão expostos desde aquela fatal noite a Suplicante e suas filhas, se porventura tentarem aquelas praças ou qualquer outra vir tomar um desforço pelo mau êxito – daquelas tentativas, no caso de ficarem impunes os autores de semelhantes atentado.

Vêm, pois a Suplicante implorar a valiosa proteção de V. Ex^a, na certeza de que V. Ex^a, se dignará acobertar sua família, devolvida e sem o mesmo auxilio, de uma nova violência e aliança á V. Ex^a que embora muito pobre, e trabalhando, para obter o pão de todos os dias, não pode nem e dever ver semelhante acontecimento o resultado da vida desregrada de sua família, pois sua humilde casa nunca foi o ponto de reunião de soldados, nem de pessoas que procedam de modo repreensível.

Não vem a Suplicante implorar à V. Ex^a proteção levada pelo sentimento de o dia ou de vingança, mas sim e unicamente para que V. Ex^a com suas sabias providencias restitua a sua família a paz e sossego, de que até então gozarão, garantindo mesmo a vida da Suplicante e de suas filhas.

Os nobres sentimentos de V. Ex^a fazem a Suplicante confiar inteiramente que V. Ex^a lhe fará toda a Justiça.

Villa de S. Borja 16 de Fevereiro de 1866

O rogo da Suplicante por não saber escrever. Astrogildo Antônio de Oliveira.

ANEXO 3

Documento arquivo IHGB - Coleção General Osório

Lata: 243 - Pasta: 10071

D. Anna Delphina de Farias Paiva.

Saudosa mãe. Acampamento em Tuyu-Cuê 19 de Fevereiro de 1868.

Nunca quis mandar-lhe dizer que me achava preso, porem agora como estou vendo diante de meus olhos o abismo, é que vou dar-lhe esta triste noticia. Fui sentenciado a ser fuzilado e hoje 18 de Fevereiro fiz uma petição de graça ao Nosso Imperador, o pai da Nossa pátria que não deixará de atender perdoando-me. Não se aflija, peço o cuidado, logo que esta receber embarque e vá a ele, preste-se de joelhos e implore o meu perdão que estou bem certo não deixará de lhe atender. Vou contar-lhe o fato e a injustiça. Era eu comandante de um piquete de 30 homens, estes, recrutas e crianças, ultimamente vindos com o 4º Corpo q. se foi organizar na Província, e colocando-me além de um extremo e profundo banhado no campo inimigo, tomei todas as providencias colocando as sentinelas precisas, porem a 1 hora da tarde foram surpreendidas as sentinelas e quando deram o sinal do inimigo já estavam perto do piquete, de maneira que só tive tempo de mandar montar a Cavallo e retirar o piquete por ser a força atacante de 60 a 70 homens com um reforço de igual numero á pequena distancia para se fosse preciso reforçar; porem eu não tenho proteção alguma a esperar tratei de retirar por que era impossível que com 30 homens a pé, pudesse combater com cento e tantos homens, e só o poderia fazer se eu tivesse proteção, porem lembro-me que existia de proteção ao piquete o 10º Batalhão de Infantaria que se achava aquém do banhado, porem este batalhão não podia dar-me proteção não só pela extensão do banhado como sua profundidade. Tudo quando digo é a verdade e que está provado no Conselho podendo minha mãe apresentar esta carta a V. M. Imperial. Mostre esta carta ao Gabriel. Lembrando-me mais de 3 soldados cobardes e infames que se achando de sentinela por eu não cumprir com o meu dever por ter um [...] bem fazejo e não desejam fazer mal ao próximo, eles reconhecendo estarem criminosos, tratarão de fazerem tudo o quanto pudessem contra mim, pois estas praças se achavam mais avançadas e não podiam jurar no processo por serem as sentinelas. Aqui fico na esperança que vem me

arranjará com o nosso Imperador o perdão. De muitas saudades a quem perguntas por mim, e sem fim de abraços na lembrança.

Adeus até [...]. De vosso filho obediente que sua benção pede lhe Este – Luis Gabriel de Paiva.

ANEXO 4

Inspeção de saúde (mar-dez/1865)	Doenças	Quantidade de doentes	Observações:
01	Nenhuma moléstia	86	
02	Reumatismo	59	
03	Hérnia inguinal	51	
04	Tuberculose	42	
05	Ferimento	36	Em combate
06	Sífilis	29	
07	Bronquite	27	Leve e crônica
08	Gastro-hepatite	25	Também incluído gastrite
09	Hepato-splenite	19	Splenite: inflamação do baço
10	Hemorróida	17	
11	Hepatite	16	
12	Aleijão	16	Ferido ou amputação
13	Estreitamento uretra	15	
14	Coração	13	Complicações
15	Anemia	12	
16	Visão	11	Opacidade/miopia
17	Entero colite	10	
18	Hidrocele/elefantíase	9	Elefantíase
19	Escrophulas	9	Ulcerações na pele devido a clima frio e alimentação

20	Pneumonia	9	
21	Surdez	7	
22	Fístula	7	Sexual/por ferimento/inflamação
23	Pulmões	7	Tuberculose/pneumonia
24	Má formação	6	Pouco físico
25	Asma	6	
26	Paralisia	6	Braços/pernas
27	Epilepsia	5	Alguns casos de alegação de surto pelo soldado
28	Gangrena	5	Maioria por congelamento de membros
29	Gastralgia	5	Dor no estômago/gastrite
30	Indeterminado	4	Sem definição ou não mencionado
31	Hemoptise	4	Escarro com sangue
32	Anquilose	4	Inflamações das articulações
33	Diarréia	4	
34	Dartros	3	Erupção cutânea/herpes/impetigo
35	Hemiplegia	3	Paralisia da metade do corpo
36	Catarata	3	
37	Orchite crônica	3	Inflamação nos testículos
38	Sarnas	3	
39	Epiplocele abdominal	3	
40	Tumor	3	Olho
41	Ascite	3	Barriga d'água/doença hepática

42	Pleurodinia	3	Dor no peito
43	Varicocele	2	Dilatação das veias do cordão espermático
44	Cegueira	2	Perda de olho/ferimento
45	Obstrução de órgãos	2	
46	Blenorragia	2	Venérea
47	Erisipela	2	Inflamação de pele
48	Ophthalmia	2	
49	Cefalalgia	2	Dor de cabeça
50	Fraqueza	2	Cachexia/exaustão
51	Hipertrofia baço	2	
52	Prolapso reto	2	Reto exposto
53	Fratura	2	
54	Engorgitamento	2	
55	Bronco hepatite	1	
56	Cálculos	1	
57	Apoplexia	1	Derrame cerebral
58	Delírios	1	
59	Monomania	1	Ideia fixa/psicológico
60	Raquitismo	1	Problema de estrutura óssea
61	Adnite inguinal	1	Inflamação de gânglio linfático
62	Paralisia cerebral	1	
63	Angeoleucites	1	Do escroto

64	Cistite	1	Inflamação bexiga
65	Disenteria	1	
66	Artrite	1	
67	Hematuria	1	Sangue na urina
68	Febre	1	
69	Albuminurica	1	Doença renal/diabetes
70	Dispepsia	1	Problemas digestivos
71	Amaurosis incipiente	1	
72	Dysuria	1	Dificuldade de urinar
73	Aphonia	1	Sem voz
74	Ocatericia	1	
75	Ptyrigons	1	
76	Hipertrofia do fígado	1	
77	Congestão fígado	1	
78	Convalescente	1	
79	Otite	1	
80	Cirrose	1	
81	Cravos boubáticos	1	
82	Epiplocele	1	
83	Abcesso	1	
84	Forúnculo	1	
85	Velhice	1	

86	Escorbuto	1	
87	Blepharotis	1	Inflamação pálpebra
88	Miosite	1	Inflamação nos músculos
89	Nefrite	1	Inflamação dos rins
90	Hidropericardite	1	
91	Lesão coluna	1	
92	Paraplegia	1	Paralisia abdominal
93	Cicatriz	1	Perda de substância/ferimento
Total		671	

Fonte: Ordem do dia do general Osório do período entre março e dezembro de 1865.

Observações pela www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/4, acesso e 03/09/2012.

Nomenclatura da fonte Ordem do dia mantida para as doenças.

ANEXO 5

Inspeção de saúde (Nov/1865-mar/1866)	Doenças	Quantidade de doentes	Observações:
01	Nenhuma moléstia	138	
02	Tuberculose	90	
03	Reumatismo	70	
04	Hérnia inguinal	68	
05	Gastrointerite	60	Colite/gastrite
06	Hepatite	51	
07	Anemia	35	
08	Sífilis	27	
09	Coração	25	
10	Bronquite	21	
11	Splenite	20	Splenite: inflamação do baço
12	Estreitamento uretra	18	
13	Fístula	17	Anal/escroto
14	Aleijão	16	
15	Psicológico	15	Idiotismo/desarranjo intelectual congestão cerebral
16	Visão	15	Opacidade

17	Epilepsia	14	
18	Má formação	14	Pouco físico
19	Hemorróida	14	
20	Hidrocele	13	
21	Asma	12	
22	Orquite	11	Inflamação nos testículos
23	Ferimento	10	
24	Erisipela	10	Inflamação de pele
25	Pulmões	10	Hepatisação
26	Febre	10	
27	Cegueira	9	Perda de olho/ferimento
28	Anchilose	9	Inflamações das articulações
29	Gangrena	7	Por congelamento
30	Cachexia	6	Fraqueza/exaustão
31	Surdez	6	
32	Perda do olho	6	Ferimento
33	Hemoptise	6	Escarro com sangue
34	Escrófulas	5	Ulcerações na pele devido a clima frio e alimentação
35	Diarréia	5	
36	Dartros	5	Erupção cutânea/herpes/impetigo
37	Ascite	4	Barriga d'água/doença hepática
38	Indeterminado	4	Sem definição

39	Elefantíase	4	Inchação de membros
40	Faltam movimentos	4	Mãos
41	Edema	4	Perna
42	Artrite	4	
43	Cicratização viciosa	3	Gangrena
44	Monomania	3	Ideia fixa/psicológico
45	Cancro	3	Verruga/sexual
46	Amputação	3	Gangrena
47	Catarata	3	
48	Hipertrofia amígdalas	3	Amigdalite
49	Velhice	3	
50	Hemeropia	3	
51	Escorbuto	3	
52	Paralisia	3	Membros
53	Gastro-splenite	2	Gastrite
54	Laringite	2	
55	Peumonia	2	
56	Consumção	2	Diminuição das forças/tísica
57	Cárie sterno	2	Também maxilar
58	Alburgo	2	
59	Desintéria	2	

60	Escáfulas	2	
61	Pericardite	2	
62	Aphonia	2	Sem voz
63	Hipertrofia do fígado	2	
64	Conjuntivite	2	
65	Exostose	2	Tumor ósseo causado por sífilis
66	Adenite inguinal	2	Inflamação de gânglio linfático
67	Hidropericardite	1	
68	Úlcera	1	Ânus
69	Hipertrofia parótida	1	
70	Hipoemia	1	
71	Endocardite	1	
72	Stranguria	1	Dificuldade de urinar
73	Incontinência urinária	1	
74	Blefaroplegia	1	Pálpebra
75	Úlcera	1	Olho
76	Hidrosarcocele	1	
77	Erupção cutânea	1	
78	Hipertrofia	1	Braço
79	Periostose	1	
80	Anasarca	1	Inchação pelo corpo

81	Torticolis	1	
82	Desarticulação	1	
83	Eventracção	1	
84	Depuria	1	
85	Tumor	1	
86	Paraplexia	1	
87	Hematúria	1	Sangue na urina
88	Phimosis	1	
89	Exostose	1	
89	Kaeralite pustulosa	1	
90	Sleratite	1	
91	Icterícia	1	
92	Falta de dentes	1	
93	Opilação	1	Anemia
94	Sarnas	1	
95	Tumor fibroso	1	
96	Endocardite	1	
97	Hematocele	1	Hematomas
98	Úlcera gengiva	1	
99	Varizes	1	
100	Queimadura	1	
101	Sclerotite	1	

102	Blenorragia	1	Venérea
103	Otorréia	1	Inflamação de ouvidos
104	Dipuria	1	
105	Dilatação	1	Linha Alba
106	Distensão	1	Ligamentos
107	Escoriação epigástrica	1	
108	Aderência pleurítica	1	
Total		993	

Fonte: Ordem do dia do general Osório entre o período de novembro de 1865 a março de 1866.

Observações pela www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/4, acesso e 03/09/2012.

Nomenclatura da fonte Ordem do dia mantida para as doenças.